



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 83

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 20 de outubro de 2022

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Paulo Silveira e José Gabriel Eduardo (substituídos no decorrer da sessão pelos Deputados Marco Costa, que foi substituído posteriormente pela Deputada Elisa Sousa, e Tiago Branco)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

A manhã de trabalhos foi preenchida com a apresentação e aprovação, por unanimidade, de diversos votos.

- [Voto de Congratulação pelos 75 anos do Clube Naval da Horta](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Tiago Branco (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*).

- [Voto de Congratulação pelo 75.º aniversário do Clube Naval da Horta](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*).

- [Voto de Congratulação pela comemoração dos 175 anos da Empresa Transporte Marítimo Parece Machado](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Joana Pombo Tavares (*PS*), usou da palavra a Sra. Deputada Elisa Sousa (*PSD*).

- [Voto de Congratulação à Casa do Povo de São Caetano - 50.º Aniversário](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra o Sr. Deputado Marco Costa (*PSD*), a quem coube a apresentação do voto, e a Sra. Deputada Marta Matos (*PS*).

- [Voto de Congratulação aos docentes da Região Autónoma dos Açores](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Nídia Inácio (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Rodolfo Franca (*PS*), António Lima (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- [Voto de Congratulação pela conquista da supertaça em Voleibol Sénior Masculino - Associação de Jovens da Fonte do Bastardo](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*).

- [Voto de Congratulação Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, vitória na Supertaça de Voleibol Masculino](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, cabendo a sua leitura ao Sr. Deputado Paulo Gomes (*PSD*).

- [Voto de Congratulação ao atleta César da Cunha Bettencourt pelo recorde nacional na competição de Imersão Livre](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*).

- [Voto de Congratulação ao atleta César da Cunha Bettencourt](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Manuel Ramos (*PS*).

- [Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário da Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*), usaram da palavra a Sra. Deputada Ana Luís (*PS*) e o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*).

- [Voto de Congratulação - Andreia Carreiro distinguida com o European Sustainable Energy Award 2022, na categoria Woman in Energy](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, mais precisamente pela Sra. Deputada Célia Pereira (*PS*).

- [Voto de Congratulação ao Clube Asas de São Miguel](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Jaime Vieira (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*).

- [Voto de Congratulação a Júlia Cabral - Campeã Nacional de Ginástica Rítmica](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra as Sras. Deputadas Guilhermina Silva (*PSD*), para fazer a apresentação do mesmo, e Andreia Cardoso (*PS*).

- [Voto de Congratulação Afonso Lencart Costa - Primeiro atleta açoriano internacional em Karaté e vencedor da Taça de Portugal](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pela Sra. Deputada Guilhermina Silva (*PSD*).

- [Voto de Saudação pela terceira edição do Azores Bravos Trail](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a apresentação do voto pelo Sr. Deputado Pedro Pinto (*CDS-PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Gomes (*PSD*) e Tiago Lopes (*PS*).

- [Voto de Saudação pelos 500.º Aniversário do nascimento de Gaspar Frutuoso](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Flávio Soares (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*).

- [Voto de Saudação aos trabalhadores e às trabalhadoras do comércio e grande distribuição que se manifestaram por melhores condições de trabalho e remunerações mais dignas](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*) usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*).

- [Voto de Saudação – 500 anos do terramoto e subversão de Vila Franca do Campo](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*) usaram da palavra a Sra. Deputada Sandra Faria (*PS*) e o Sr. Deputado José Pacheco (*CH*).

- [Voto de Saudação ao atleta Terceirense Afonso Lencart Costa pela vitória da Taça de Portugal em Karaté](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Sobre o voto em apreço, usaram da palavra os Srs. Deputados Pedro Pinto (*CDS-PP*), para fazer a leitura do mesmo, e Tiago Lopes (*PS*).

- [Voto de Saudação Pelas Manifestantes que Lutam pelos Direitos das Mulheres no Irão](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Alexandra Manes (*BE*), usaram da palavra a Sra. Deputada Délia Melo (*PSD*) e os Srs. Deputados Pedro Pinto (*CDS-PP*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e José Pacheco (*CH*).

A Agenda da Reunião iniciou-se com a apresentação de duas iniciativas:

- [Apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 74/XII – “Cria o SIFROTA – Sistema de Incentivo à Renovação das Frotas dos Operadores de Tráfego Local da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do IL, usando da palavra para o efeito o Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*).

- [Apresentação em Plenário do Projeto de Resolução n.º 140/XII – “Criação de apoio monetário para combate ao declínio demográfico”](#), apresentado pelo Deputado Independente, usando da palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Carlos Furtado (*Indep.*).

A sessão prosseguiu com a continuação do debate e votação do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII – “Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.º 41/2003/A, de 6 de novembro, 2/2007/A, de 24 de janeiro, 1/2010/A, de 4 de janeiro e 4/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova o estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores \(organização e funcionamento dos serviços de saúde da Região Autónoma dos Açores\)”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após o uso da palavra pelo Sr. Deputado Carlos Furtado (*Indep.*), iniciou-se a votação, tendo o diploma sido aprovado por unanimidade.

Usou da palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*).

Posteriormente passou-se para a [reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2022 – “Procede à Organização do Trabalho Médico Suplementar nos Serviços de Urgência e de Atendimento Permanente do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores”](#).

No debate, na generalidade, usaram da palavra os Srs. Deputados António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), José Pacheco (*CH*), Rui Martins (*CDS-PP*), Salomé Matos (*PSD*), Tiago Lopes (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Seguiu-se a votação da confirmação do diploma que registou a aprovação por maioria.

No debate na especialidade usaram da palavra os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), Pedro Neves (*PAN*), Rui Martins (*CDS-PP*), Salomé Matos (*PSD*),

Tiago Lopes (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), António Lima (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Para um protesto usou da palavra a Sra. Deputada Délia Melo (*PSD*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

De seguida, e pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), foi apresentado o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 65/XII – “Aumento do acréscimo regional ao salário mínimo”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

No debate, participaram o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*) e os Srs. Deputados Carlos Silva (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*), Rui Martins (*CDS-PP*), Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Furtado (*Indep.*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

Usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*).

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 04 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados. Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Faz favor, Sr. Secretário.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Célia Otelinda Borges **Pereira**

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria Isabel Góis **Teixeira**

Maria **Valdemira Gouveia** Andrade **Carvalho**

Mário José Dinis **Tomé**

Marta Ávila **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**

Rui Filipe Vieira **Anjos**

Sandra Micaela Costa Dias **Faria**

Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Vasco Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**

Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Délia Maria **Melo**

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva

Maria Salomé Dias de Matos

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Ricardo Beato Gomes Vieira

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vitória Alexandra Correia Pereira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Alexandra Patrícia Soares Manes

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

CHEGA (CH)**José Eduardo Cunha Pacheco*****Iniciativa Liberal (IL)*****Nuno Alberto Barata Almeida Sousa*****Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)*****Pedro Miguel Vicente Neves*****Independente*****Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, esta manhã está reservada ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Os tempos são os seguintes: o Governo dispõe de 20 minutos, o Partido Socialista dispõe de 48 minutos, o PSD de 40 minutos, o CDS-PP dispõe 16 minutos, o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem, cada, de 12 minutos, as representações parlamentares de 10 minutos cada, e o Senhor Deputado Independente de 5 minutos.

Vamos iniciar com os votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro é o Voto de Congratulação pelos 75 anos do Clube Naval da Horta, apresentado pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Branco, para a sua apresentação.

Deputado Tiago Branco (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 75 anos do Clube Naval da Horta

Na sequência da aprovação dos seus estatutos pela Direção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, o Clube Naval da Horta foi fundado a 26 de setembro de 1947.

Com o objetivo de estimular a prática dos desportos náuticos de recreio e competição esta instituição de utilidade pública instalou-se, em janeiro de 1948, no Castelo de Santa Cruz, na ilha do Faial.

Naquela fase inicial da sua existência, apenas possuía uma pequena chalupa, designada por “Ilha Azul I” e uma biblioteca dedicada à náutica.

Nesse mesmo ano, a 19 de setembro, promoveu o seu primeiro festival náutico através da realização de uma prova de natação e de uma regata à vela, na qual participaram 21 embarcações. Desde então, as provas de remos, corridas de chatas, saltos artísticos, demonstrações de natação, passaram igualmente a figurar nas atividades desenvolvidas por este clube.

Um dos objetivos da sua existência consiste na atribuição de formação teórica e prática aos seus associados, tendo no ano de 1949 inaugurado o seu primeiro curso para a aquisição de cartas náuticas.

Nos anos 50, com a intenção de alargar as condições existentes para a prática da vela, o Clube Naval da Horta adquiriu três embarcações à vela. Contudo, os custos inerentes ao desenvolvimento da atividade levaram a que as mesmas não decorressem de forma tão regular quanto se desejaria. Porém, naquela época, o mergulho subaquático e a pesca desportiva passaram a constar das atividades dinamizadas pelo clube, originando, por essa via, um novo interesse por este tipo de desportos.

Com a perspetiva de angariar fundos para fazer frente às dificuldades financeiras sentidas, o clube dinamizou a projeção de filmes no interior do

Castelo de Santa Cruz até 1968, ano em que se viu obrigado a abandonar aquele espaço e a vender parte do seu espólio.

Em 1973, impulsionado pela vontade de um grupo de sócios - que apesar de diversas dificuldades insistiram na sua revitalização - o Clube Naval da Horta, na altura sediado na antiga casa dos remadores da Alfândega, promoveu um conjunto de iniciativas de carácter recreativo-cultural, mas também formativo e competitivo.

Abril de 1974 também lhe proporcionou novas perspetivas resultantes da reconfiguração constitucional e política verificada em Portugal, as quais traduziram-se no crescimento das receitas, dos quadros técnicos e na melhoria das infraestruturas existentes. Regularizou a sua atividade, alargando-a de forma autónoma a diversas atividades náuticas. Aprofundou a sua vocação formativa ao promover anualmente cursos através da escola de iniciação da prática de vela.

O Clube Naval da Horta é parte integrante da dinâmica resultante do iatismo que caracteriza a cidade e a ilha do Faial quer na vertente competitiva quer no âmbito da promoção turística. A ele deve-se a realização do maior festival náutico do país na festa maior da ilha do Faial - Semana do Mar -, onde na baía da Horta e no canal são realizadas dezenas de atividades durante dez intensos dias com o envolvimento de centenas de participantes, dirigentes, trabalhadores e voluntários que com o seu esforço e dedicação asseguram a qualidade singular deste evento há 45 anos.

Destaca-se igualmente a sua forte participação nas ligações marítimas internacionais que se cimentaram, nomeadamente a França, com especial particular para a regata “*Les Sables – Horta – Les Sables*”, que este ano realizou a sua 9.^a edição e na qual dezenas de velejadores tem vindo a ganhar o hábito de, em formato de competição, percorrer 1240 milhas náuticas entre França e os Açores.

Por outro lado, é ao Clube Naval da Horta que esta Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se junta, através do seu alto patrocínio para, anualmente, concretizar a Atlantis Cup – Regata da Autonomia que, também por esta via, fomenta a unidade regional e o sentimento autonómico dos açorianos, tratando-se de uma das mais importantes provas náuticas do país e a principal regata de vela de cruzeiro realizada no mar dos Açores.

São inúmeros os eventos de âmbito regional, nacional e internacional em que participa ou organiza e a dimensão da sua atividade leva-o a ser convidado frequentemente a participar em diferentes salões náuticos nacionais e internacionais.

Hoje continua a afirmar-se como uma instituição de referência da ilha do Faial e da Região Autónoma dos Açores com cerca de 900 sócios, 11 secções ativas e centenas de atletas que desenvolvem atividades ao longo de todo o ano.

O Clube Naval da Horta demonstrou sempre capacidade e vontade de fazer mais e melhor, fossem lhe disponibilizadas as condições necessárias. É, por isso, fundamental que as entidades públicas e privadas continuem a apoiar estas instituições nas suas múltiplas atividades, na formação e nos hábitos de vida saudáveis que promovem, bem como na melhoria das suas condições materiais e infraestruturais para que assim possam continuar a assegurar a qualidade e o profissionalismo que têm tido até aqui no desenvolvimento da sua missão.

Por todo o percurso realizado ao longo destes 75 anos e pelo seu relevante papel no desenvolvimento do desporto náutico, bem como na projeção e no desenvolvimento socioeconómico da ilha do Faial e da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PS/Açores propõe, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 20 de outubro de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem do 75.º aniversário

do Clube Naval da Horta, felicitando os seus corpos sociais, sócios, colaboradores, atletas e todos aqueles que desde a data da sua fundação contribuíram para o sucesso desta instituição.

Que do presente voto seja dado conhecimento aos órgãos sociais do Clube Naval da Horta, à Assembleia Municipal da Horta e ao Conselho de Ilha do Faial.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2022.

Os Deputados: Vasco Cordeiro, Tiago Branco, Ana Luís, Andreia, Cardoso, Sandra Dias Faria, Carlos Silva

Deputados Vasco Cordeiro e Carlos Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

É para dizer, de forma breve, que o Grupo Parlamentar do CDS associa-se a este voto e congratula-se pela passagem e pelos sucessos alcançados pelo Clube Naval da Horta, dada a importância que tem naquilo que é a atividade náutica, não só na ilha do Faial, mas obviamente a importância e o relevo que tem do ponto de vista regional, nacional e internacional.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao próximo voto também pelo 75.º aniversário do Clube Naval da Horta, apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos para a sua apresentação.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

75.º Aniversário do Clube Naval da Horta

Recentemente, mais precisamente a 26 de setembro de 2022, o Clube Naval da Horta (CNH) comemorou o seu 75º aniversário. Desde o longínquo ano de 1947, data da aprovação dos seus estatutos pela Direção Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, até aos dias de hoje, esta instituição, surgida na senda de dar continuidade a um passado marcado pela simbiose *cidade-mar*, bem presente desde o tempo dos Dabney, tem dado provas da sua capacidade de adaptação e transformação, evoluindo e proporcionando aos seus associados e atletas um variado leque de atividades e modalidades.

Hoje, pretendemos também evocar aqueles que há 75 anos tiveram a audácia e a disponibilidade para assumirem a primeira Comissão Administrativa constituída por Manuel Melo de Carvalho, Ruy César Chaby Lara, Raúl Goulart de Ávila, Manuel Statmiller de Saldanha Albuquerque, Eduíno Labescat da Silva e Eurico de Castro e Silva.

A 19 de setembro de 1948, o CNH organiza o seu primeiro festival náutico, com uma prova de natação e uma regata à vela onde participaram 21 embarcações.

Tendo como um dos seus objetivos a formação teórica e prática dos seus associados, inaugura no início do ano de 1949 uma jornada de cursos que acontecem até aos dias de hoje.

Depois de um período financeiramente conturbado e de quebra na prática do desporto náutico, no início da década de 70, a antiga casa dos remadores

passou a acolher a sede do CNH transformando-se no local de excelência de convívio entre locais e iatistas. O enorme sucesso alcançado em 1975, na receção da regata oceânica Mocra Azores Race – Portsmouth UK/Horta, deu o mote para a realização anual de um festejo náutico designado de Semana do Mar, onde teve origem a confeção do famoso caldo de peixe, que se mantém até aos dias de hoje.

Em 1989 surgiu a merecida oportunidade de possuir nova sede, à data dotada de excelentes condições, contudo ao longo destes trinta e três anos poucas foram as intervenções efetuadas no edifício, sendo atualmente visível a sua degradação exterior bem como interior, não permitindo aos seus utilizadores o usufruto digno que lhes é devido.

Responsável pela organização de inúmeros certames náuticos, pela receção de outros tantos que aportam ao Faial, de âmbito regional, nacional e internacional, é de destacar a organização anual da Regata Atlantis Cup – Regata da Autonomia (AC-RA), regata de vela de cruzeiro que une no mar açoriano dezenas de embarcações e seus velejadores, sob o alto patrocínio da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Mas este Clube e os seus atletas, fazendo uso do seu importante e emblemático espólio, têm igualmente marcado presença em incontáveis eventos, acumulando um leque de cobiçáveis classificações que muito orgulham os faialenses.

Com uma atividade regular, este Clube é responsável pela dinamização de várias modalidades náuticas inseridas em diversas secções, todas elas com atividades e calendários sobejamente preenchidos, como sejam a Apneia e outras atividades subaquáticas, Natação, Pesca Desportiva, Pesca Desportiva de Barco, Canoagem, Vela e Remo em Botes Baleeiros, Vela Ligeira, Vela de Cruzeiro e o Radiodelismo. Para além da sua intensa atividade desportiva náutica anual e da procura da divulgação e promoção dos Açores e do Faial em particular, os seus programas sazonais são mais uma porta aberta à comunidade jovem e curiosa por experimentar os desportos náuticos,

caraterística frequente e natural naqueles que nasceram e cresceram voltados para o mar. O *Programa Férias Desportivas* e o *Programa Vela Espetacular* são anualmente um polo de atração e captação de novos praticantes dos desportos náuticos, sem esquecer o *Projeto Vela Para Todos – Faial Sem Limites*, onde em parceria, a APADIF e o CNH promovem a inclusão de todos na prática da vela. Destaque também para a parceria com os estabelecimentos de ensino da ilha no ensino que passaram a integrar a vela ligeira como modalidade curricular no âmbito do Ensino Especializado em Desporto.

A importância e abrangência da ação deste Clube foi merecedora do reconhecimento da sociedade tendo-lhe sido atribuída a insígnia autonómica de Mérito Cívico em 2017. Com esta atribuição a Região Autónoma dos Açores pretendeu prestar homenagem formal e solene a esta instituição faialense, que ao longo dos tempos se tem distinguido na dinamização das atividades náuticas em todos os seus domínios, engrandecendo a comunidade faialense.

Na vida de qualquer instituição, os seus dirigentes têm um papel agregador, desempenhando as suas funções de forma dedicada e competente, dando o melhor de si. Por esse motivo, pretende este voto prestar também uma homenagem pelo trabalho, empenho e dinamismo de todos as Direções desta instituição louvando a sua tenacidade ao longo dos anos. É atualmente, e desde março de 2021, Presidente da Direção do Clube Naval da Horta, Lúcio Manuel da Silva Rodrigues.

Ao CNH devemos a difícil tarefa de, ano após ano, estimular o gosto pela prática dos desportos náuticos de recreio e de competição de uma forma inclusiva e responsável e não se confinando apenas à atividade desportiva, tem desempenhado um papel preponderante no apoio ao iatismo internacional, não só num quadro náutico-competitivo mas também na promoção turística.

Parabenizando de uma forma especial todos quantos contribuíram para o fortalecimento do CNH, nomeadamente os membros dos órgãos sociais, atletas, associados, colaboradores nas mais diversas secções e sectores, entidades oficiais e patrocinadores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelos 75 anos de existência do Clube Naval da Horta, sublinhando o seu importante contributo na formação dos mais jovens, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua Direção, à Câmara Municipal da Horta, à Junta e à Assembleia de Freguesia das Angústias e ao Serviço de Desporto da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 20 de outubro de 2022.

Os deputados regionais, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Marco Costa, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa e Salomé Matos.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é pela comemoração dos 175 anos da Empresa Transportes Marítimo Parece Machado.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Bom dia.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Comemoração dos 175 anos da Empresa Transporte Marítimo Parece Machado

No passado dia 8 de outubro de 2022, a empresa Transportes Marítimo Parece Machado celebrou os 175 anos da sua primeira viagem marítima, sendo desde a sua existência, imprescindível para garantir a frágil coesão territorial entre as ilhas de Santa Maria e São Miguel, garantindo um abastecimento de bens essenciais à ilha de Santa Maria.

A empresa Transporte Marítimo Parece Machado é a segunda empresa mais antiga, ainda em funcionamento da Região Autónoma dos Açores, tendo efetuado a sua primeira viagem, a 8 de outubro entre o porto de Vila Franca do Campo e o Porto de Vila do Porto na ilha de Santa Maria, no Iate “Santo António”, no qual era seu Mestre e Armador Vitorino José Parece. Sucedeu-lhe o seu filho Mestre António José Parece, sendo que a partir dos finais do século XIX passou também a escalar, para além das ilhas de São Miguel e Santa Maria, as ilhas do Grupo Central.

Em 1932 é adquirido pelo armador Parece, o iate “Senhora da Guia”, construído em 1904, sendo que nessa mesma data o iate “Santo António” tem como seu Mestre José Augusto Parece. Em 1987 ambas as embarcações são adquiridas por Arménio Parece Machado e Victor Parece Machado do Couto, passando a pertencer à empresa “Transporte Marítimo Parece Machado, Lda”.

No ano 1991 foi adquirido o navio “Baía dos Anjos”, registado no Porto de Ponta Delgada, que desde então até aos dias de hoje é essencial e imprescindível na ligação marítima entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria.

A 23 de março de 2021, a EBP- Empresa de Barcos do Pico, adquire a totalidade do capital da empresa Transporte Marítimo Parece Machado, Lda.

Uma das perguntas no quotidiano de vida dos Marienses é “Hoje é dia de Pareces?”, sendo também umas das primeiras rotinas que são apresentadas aos novos residentes na ilha, pois são os Pareces que abastecem, quase na sua

totalidade, os “frescos” à ilha. É o Baía dos Anjos que nos reduz a distância territorial entre o restante arquipélago, mas essencialmente que nos reduz a distância entre a ilha de São Miguel, imprescindível para o transporte de bens de primeira necessidade, mas que também se tornou imprescindível, mostrando-se a empresa, logo disponível, para auxiliar os produtores locais do nosso produto IGP, a nossa “Melo de Santa Maria”, para iniciar a exportação para fora da ilha. Especialmente quando, no ano de 2021 foi negada à ilha possibilidade de transportes mais regulares semanais.

Pela sua importância imprescindível à nossa condição de Região insular, pela sua importância quer no fornecimento de bens essenciais à ilha, mas também por ser um veículo que permite a exportação dos nossos produtos para outras localidades, os Marienses aguardam semanalmente “por mais uma voltinha à ilha do sol” como carinhosamente anunciam os inícios das suas viagens.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão planária do mês de outubro, a aprovação do Voto de Congratulação pelos 175 anos da Empresa Transporte Marítimo Parece Machado

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à família fundadora, à empresa Transporte Marítimo Parece Machado, à Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, à Assembleia Municipal de Vila do Porto e à Câmara Municipal de Vila do Porto.

Horta, Sala das Sessões, 20 de outubro de 2022.

Os Deputados, Joana Pombo Tavares, João Vasco Costa e Vasco Cordeiro

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Elisa Sousa, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Elisa Sousa (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD-Açores associa-se, naturalmente, ao Voto de Congratulação apresentado pelos 175 anos de Empresa de Transporte Marítimo Parece Machado, como reconhecimento do imprescindível contributo que os “Pareces”, como carinhosamente são chamados pelos marienses, dão à economia da Ilha de Santa Maria, permitindo não só a entrada dos nossos bens mais perecíveis, mas também a exportação dos nossos produtos marienses.

E, portanto, à empresa Parece Machado, o nosso muito obrigado.

Deputados João Bruto da Costa e Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é à Casa do Povo de São Caetano. É apresentado pelo PSD. Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Marco Costa.

Deputado Marco Costa (PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto Congratulação

Casa do Povo de São Caetano

50.º Aniversário

A 1 de setembro de 1972 foi fundada a instituição da Casa do Povo de São Caetano, fruto do empenho de um grupo de cidadãos locais que tinha como

objetivo principal a criação de um espaço, onde fosse possível prestar assistência médica e de enfermagem, assim como apoio social a todos aqueles que, numa freguesia, claramente rural, sentiam dificuldades na resolução desses problemas.

A Casa do Povo de São Caetano completa, assim, 50 anos de existência.

Entre esses notáveis locais e mentores da iniciativa, destacaram-se o Sr. Carlos Fagundes, o Sr. Manuel Joaquim Mancebo, o Sr. Manuel Silveira Azevedo, o Sr. Fernando Arruda, o Sr. João Melo, o Sr. Manuel Ferreira, o Sr. Manuel Celestino Garcia entre muitos outros, assim como a atual presidente Maria Cecília Correia e os corpos sociais, que se dedicam de corpo e alma a esta causa.

Uma palavra de apreço ao Senhor Manuel Celestino Garcia, o primeiro presidente deste organismo, que se dedicou a esta causa de corpo e alma. Na verdade, este ilustre homem foi mais além, ao construir de raiz uma moradia familiar, que disponibilizou para que aí fosse sediada a instituição da Casa do Povo, com todos os seus serviços administrativos e de assistência médica.

Mais tarde, aquando do sismo de 1973 e em virtude de o proprietário necessitar do espaço para a sua residência própria, a Casa do Povo passaria a funcionar na Junta de Freguesia, onde congregava todos os serviços de pagamento de pensões e respetivos apoios sociais, até junho de 1997.

A 26 de junho de 1997, concretizou-se a inauguração da sede própria da Casa do Povo de São Caetano, um edifício que ainda hoje continua a reunir excelentes condições, numa postura polivalente ao serviço da comunidade.

Atualmente com 142 sócios, esta instituição desenvolve um importante papel social e cultural, dando resposta às diversas faixas etárias da população, através do centro de convívio para idosos, do Grupo Folclórico, assim como várias outras atividades marcadas pelo dinamismo, pela promoção e valorização da cultura e tradição local, além de contribuir para a projeção da Madalena dentro e fora da Região.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que seja aprovado um voto de congratulação à Casa do Povo de São Caetano pelo seu quinquagésimo aniversário, reconhecendo o mérito da sua ação que, diariamente, contribuir para a dinamização da freguesia de São Caetano e para a envolvência da sua população, assim como agradecendo o empenho de todos aqueles que, ao longo destes 50 anos, se dedicaram à atividade cultural e social e ao serviço da comunidade de São Caetano. Neste sentido, deste voto deverá ser dado conhecimento aos corpos sociais desta Casa do Povo, bem como à Junta e Assembleia da Freguesia de São Caetano, à Câmara Municipal da Madalena e à Assembleia Municipal da Madalena.

Horta, Sala das Sessões, 20 de outubro de 2022.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa e Marco Costa

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Marta Matos, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, naturalmente, ao presente voto, felicitando a Casa do Povo de São Caetano pela celebração do seu 50.º aniversário, saudando os seus corpos sociais e colaboradores pela ação que desenvolvem em prol da freguesia de São Caetano e da ilha do Pico, e aproveitando também para destacar a importância do trabalho que é desenvolvido pelas Casas do Povo da região junto das nossas populações, um serviço público meritório no apoio social e na dinamização sociocultural das nossas localidades, que merece ser enaltecido.

Obrigada.

Deputado Rui Anjos (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PSD aos docentes da Região Autónoma dos Açores. Para a sua apresentação, tem a palavra a Senhora Deputada Nídia Inácio.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

AOS DOCENTES DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Voto de congratulação à classe docente da Região Autónoma dos Açores pelo trabalho exercido, desde o ensino pré-escolar até ao secundário, sendo expressiva a perseverança que tem pautado o seu desempenho ao longo dos últimos anos, nem sempre sob as melhores condições de trabalho, ultrapassando uma panóplia de obstáculos que se caracterizam desde a aceção técnico-laboral, das infraestruturas, até às próprias restrições demarcadas pela realidade insular.

São várias as fragilidades que se encontram no sucesso escolar açoriano, não fosse tal persistência da classe docente, os resultados seriam bastante diferentes. Há que assimilar que numa Região que se demarca, no contexto europeu, pela sua condição geoeconómica periférica, a Educação tem um papel basilar, e se não a chave, para o seu desenvolvimento social e

económico a longo prazo. Neste sentido, cabe aos educadores de infância e aos professores a tarefa de construtores de uma sociedade contemplada de cidadãos dotados de competências, ao nível das exigências contemporâneas, emanados pelo espírito cívico, guiados pela ética e conscientes do papel dos Açores no mundo, sem esquecerem o património cultural da Região.

Neste contexto de formadores e construtores de Homens do futuro, os docentes imprimem uma marca de influência na construção social de uma humanização constantemente necessária à vida dos jovens para calcetarem e trilharem o seu futuro e preparando o dos seus filhos. Nesta linha de orientadores para uma sociedade mais justa e mais igualitária, devemos considerar numa atitude fraterna e de justiça uma Menção honrosa aos docentes com mais de 40 anos de carreira, movidos pela tenacidade e convicção no papel estrutural que desempenham numa sociedade desenvolvida e cada vez mais orientada para a tecnologia, mas que se quer assente nos princípios essenciais dos valores humanistas. Embora marcados por um desgaste pessoal progressivo, que se deve às especificidades da profissão, são ativos de grande valor na estrutura da Educação Açoriana devido à sua vasta experiência, acumulada ao longo da carreira docente, e tidos como modelos de referência para as jovens e futuras gerações de professores e de construtores de Homens.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação aos Educadores de Infância e professores que exercem funções docentes na Região Autónoma dos Açores.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Secretaria Regional de Educação e Assuntos Culturais, às 40 Unidades Orgânicas da Região Autónoma dos Açores, aos Estabelecimentos de Educação e Ensino da Rede

Particular, Cooperativa e Solidária, ao Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) e ao Sindicato Democrático dos Açores (SDPA).

Horta, Sala das Sessões, 20 de outubro de 2022.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Ricardo Vieira, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Nídia Inácio e Marco Costa

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Senhor Deputado Rodolfo Franca, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Não poderia, o Grupo Parlamentar do PS, de deixar de se levantar, uma vez mais, para aplaudir a classe docente, designadamente a classe docente da Região Autónoma dos Açores.

Nunca é demais acarinhar os professores, porque, na verdade, como aqui foi já dito, há pouco, são eles os construtores, ou que têm nas mãos o nosso futuro, o futuro da nossa Região, porque são eles que, com os alunos que estão nas nossas escolas, procuram moldar um futuro melhor para todos nós.

Agora, posto isto, há que dizer o seguinte:

Não esperam os professores, não esperam as nossas escolas, que aquilo que façamos aqui seja pura e simplesmente, em dois minutos, levantar-nos e aplaudir de uma forma, talvez morna, o trabalho dos professores e o trabalho de todos os trabalhadores das nossas unidades orgânicas.

Esperam os professores, esperam todos os trabalhadores das nossas unidades orgânicas que, aqui mesmo que sentados e na sombra, trabalhemos, arduamente, para que os professores e todos os restantes trabalhadores sejam valorizados, porque é deste modo que verdadeiramente os professores e todos os outros trabalhadores se sentirão valorizados.

É claro que todos gostamos de receber o aplauso. Não está isso em causa.

O que importa aqui fazer é, na verdade, trabalhar os diplomas; é, com toda a honestidade e empenho, valorizar as carreiras, não só dos professores como de todos os trabalhadores das nossas escolas, porque é assim que ajudamos as nossas escolas.

Não é apenas aplaudindo. Isso é um pouquinho, muito pouco do que poderemos fazer e do que deveremos fazer.

Temos que trabalhar, em conjunto, ainda que com opiniões diferentes, divergentes,...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas por favor, Senhoras e Senhores Deputados, trabalhem a sério no lugar de nos limitarmos, de vez em quando, a fazer um voto de congratulação, como também o PS já fez há menos de um ano e depois as coisas continuam a rolar, como se na verdade o importante fosse isto.

O importante, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo, (o mais importante) é ajudar as escolas, e o que mais podemos fazer para ajudar as escolas é legislar, é valorizar as carreiras e é para isso que aqui estamos.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Ao ouvir este voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, tentei perceber ao que é que ele se deveria nesta altura, com este objeto e com este teor.

Da audição que tivemos do voto que foi lido, não foi feita referência alguma a nenhuma efeméride ou a nenhum dado concreto que o justificasse, embora saudar os professores seja sempre justificável.

Mas, de facto, o Grupo Parlamentar do PSD esqueceu-se de colocar neste voto, talvez, o motivo para ele, que seria, ou pelo menos deveria ter sido, a comemoração do Dia Internacional do Professor, a 5 de outubro, que foi instituído pela UNESCO. Mas é um esquecimento que, julgo eu, o Grupo Parlamentar do PSD poderá corrigir numa intervenção subsequente.

Mas se o voto de celebração desse dia se justifica, e não tendo sido esse o objetivo, parece que o objetivo do Grupo Parlamentar do PSD foi talvez procurar disfarçar o desastre que foi o início deste ano letivo e que os professores tentam remediar nas escolas.

Esse é que parece ter sido o objetivo do Grupo Parlamentar do PSD, porque os professores que têm que lidar com este caos (com 99% de funcionamento que talvez seja apenas 59) é que estão efetivamente, e os outros funcionários, a garantir o funcionamento das escolas.

Ainda esta semana vimos bibliotecas fechadas, bares de escolas que não funcionam. Este caos, este desastre que foi este início do ano letivo, é responsabilidade do mesmo Grupo Parlamentar do PSD que vem agora aqui disfarçar as incompetências do Governo Regional. Aliás, incompetências e incumprimentos com o que foi a decisão deste Parlamento, e a recomendação que teve, e que fez o Governo renovar todos os programas ocupacionais que estavam em vigor até final do ano, até o tempo suficiente para os concursos que iam ser promovidos fossem concluídos. E como se viu, nem isso o Governo cumpriu.

É esse o motivo deste voto, é disfarçar as incompetências do Governo Regional.

Muito obrigado.

Deputada Délia Melo (PSD): Faça uma declaração política para poder obter resposta!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A pior coisa que se pode fazer, no âmbito de um voto de congratulação (e este é aos docentes da Região Autónoma dos Açores) é instrumentalizá-lo para as questões partidárias.

Essa instrumentalização significa exatamente o oposto daquele voto que é anunciado.

Deputado Berto Messias (PS): O voto é do PSD!

Deputado Carlos Silva (PS): Essa crítica é para o PSD!

O Orador: O que é aqui preciso reconhecer é que este tipo de críticas, neste contexto, são absolutamente descontextualizadas e são uma utilização que considero pouco ética dos professores e do papel que desempenham.

Portanto, digo-vos já que considero este tipo de intervenções absolutamente lamentáveis. O que eu quero aqui referir é que da parte deste Governo há um esforço tremendo, que é reconhecido pela classe docente, por os professores, que estavam há muitas décadas submetidos a uma situação de falta de futuro, do ponto de vista profissional, em que tínhamos gente contratada décadas e que finalmente tiveram uma oportunidade de desenvolver as suas carreiras,...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é verdade! É real!

O Orador: ... de integrar os quadros das escolas e de terem um futuro que lhes é garantido desta forma.

Foi esta justiça que foi feito por parte deste Governo. Isso é reconhecido por todos os docentes.

Vir agora fazer este discurso que nunca esteve tão mau, ou que é preciso dar mais atenção, quando ao longo destes 24 anos essa atenção não foi dada, por parte do Partido Socialista...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É isso que é importante aqui referir.

Vir agora, num voto de congratulação, aproveitar para fazer esse tipo de política é lamentável. Só eu digo aqui porque é preciso rebater esse conjunto de argumentos que os senhores apresentaram e que são uma vergonha e que não correspondem à realidade, porque nestes dois anos, o que se observou foi uma valorização, como nunca foi feita nos últimos anos, da classe docente. Foi isto que foi feito e que os senhores não fizeram.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias para a sua apresentação.

Deputado Berto Messias (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Conquista da Supertaça em Voleibol Sénior Masculino – Associação de Jovens da Fonte do Bastardo

No passado dia 1 de outubro a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo conquistou a Supertaça de Voleibol sénior masculino, no que se constitui como mais um grande feito deste clube no panorama desportivo nacional.

A Supertaça é o primeiro troféu oficial disputado da época. No Pavilhão de Santo Tirso, a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo impôs-se ao Campeão Nacional vencendo por 3-1 o Sport Lisboa e Benfica.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e da Deputada Alexandra Manes)

Desta forma, a Associação de Jovens da Fonte Bastardo junta ao seu palmarés, pela primeira vez, a Supertaça de Voleibol, juntando-a aos outros títulos nacionais já conquistados da Divisão A2, da Divisão A1, da Divisão de Elite A1 e da Taça de Portugal.

A Associação de Jovens da Fonte do Bastardo é uma associação sem fins lucrativos, fundada a 21 de outubro de 1975, sediada na Freguesia da Fonte do Bastardo, no Concelho da Praia da Vitória. Tendo sido o principal objetivo da sua fundação o da promoção desportiva, cultural, recreativa e

social da juventude em particular e do povo em geral da freguesia da Fonte do Bastardo, em muito essa fronteira já terá sido ultrapassada.

Esta coletividade é hoje uma referência no panorama desportivo nacional, na modalidade de voleibol, representando ao mais alto nível a Região Autónoma dos Açores nas competições nacionais e europeias.

Acresce ainda sublinhar que o projeto desportivo da Fonte do Bastardo não se resume à equipa de seniores masculinos de voleibol. A formação é também uma aposta forte deste Clube, quer pela prática desportiva regular que propicia a muitos jovens, pelas várias vitórias nas provas locais e regionais quer ainda pela chamada de jovens às seleções nacionais.

Além dos méritos desportivos, reconhece-se também o mérito pelo trabalho de âmbito social e educativo desenvolvido em prol da comunidade onde se insere, contribuindo assim para a formação integral dos muitos praticantes da modalidade enquanto atletas e enquanto cidadãos.

Saudamos, assim, esta instituição, os seus atletas, equipa técnica, órgãos sociais, patrocinadores, apoiantes e simpatizantes e todos aqueles que ao longo dos seus quase 50 anos de existência contribuíram para que fosse possível conquistar mais este importante título, a Supertaça de Voleibol masculino, primeiro título oficial da época, que muito honra a Região Autónoma dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista Açores propõe um voto de congratulação pela conquista da Supertaça de Voleibol sénior masculino 2022 pela equipa de voleibol da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo.

Que deste voto seja dado conhecimento aos órgãos sociais desta instituição, à Federação Nacional de Voleibol, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Praia da Vitória, à Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Fonte do Bastardo.

Horta, Sala das Sessões, 20 de outubro de 2022

Os deputados: Vasco Cordeiro, Berto Messias, Francisco Coelho, Andreia Cardoso, Rodolfo Franca e Tiago Lopes

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Está de parabéns a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, que conquistou, pela primeira vez, a supertaça de voleibol. É o primeiro clube açoriano a conquistar este importante troféu.

É um clube que tem uma presença marcante na modalidade a nível nacional e regional. Contribui, anualmente, para a formação de centenas de jovens do concelho da Praia da Vitória, mas também de Angra do Heroísmo.

Obviamente que nos associamos a esta felicitação proposta pelo Partido Socialista.

Estão de parabéns os atletas, está de parabéns a equipa técnica, estão de parabéns todos os associados e a direção do clube que tem se empenhado, fortemente, ao longo dos anos, na constituição de uma equipa que muito honra os Açores e a ilha Terceira.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é também à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Associação de Jovens da Fonte do Bastardo – Vitória na Supertaça de Voleibol masculino

Foi no passado dia 1 outubro, no Pavilhão Municipal de Santo Tirso, que a equipa de Voleibol Masculino da Associação de Jovens da Fonte Bastardo voltou a escrever mais uma brilhante página da sua história, ao conquistar a Supertaça nacional.

A vitória sorriu aos bravos terceirenses por uns categóricos 3-1, perante um dos principais emblemas da modalidade, o Sport Lisboa e Benfica. Depois de já ter vencido dois campeonatos nacionais e uma Taça de Portugal, foi a vez do troféu de vencedor da Supertaça vir para a Ilha Terceira. E todos os açorianos devem estar orgulhosos de tão meritório feito.

A Associação de Jovens da Fonte do Bastardo foi fundada a 21 de outubro de 1975, com o objetivo de promover a atividade cultural, social, recreativa e desportiva da freguesia da Fonte do Bastardo e da Ilha Terceira. Certamente que, à data da fundação, os seus dirigentes não imaginariam um futuro tão brilhante daquele emblema no panorama desportivo nacional. A instituição tem sido um veículo de promoção da nossa região no continente, mas também na Europa.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro de

2022, a aprovação de um Voto de Congratulação à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, pela conquista da Supertaça de Voleibol masculino.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, à Direção Regional do Desporto, à Câmara Municipal da Praia da Vitória e à Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo.

Horta, Sala das Sessões, 20 de outubro de 2022.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa e Marco Costa

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Não havendo vamos colocar à votação este Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é também apresentado pelo PSD ao atleta César da Cunha Bettencourt. É apresentado pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa, a quem dou a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

AO ATLETA CÉSAR DA CUNHA BETTENCOURT PELO RECORDE NACIONAL NA COMPETIÇÃO DE IMERSÃO LIVRE

As ilhas dos Açores, as nossas ilhas, são pródigas em atletas campeões em modalidades desportivas. É verdade que não ouvimos que este sucesso se estenda muitas vezes aos desportos náuticos, sinal do muito que ainda temos de fazer nesse setor. No entanto, não é o caso de César da Cunha Bettencourt, açoriano natural de Santa Cruz da Graciosa, onde reside atualmente, e que,

como tantos, tem perfil de campeão, porque além de vencer provas, também bate os seus próprios recordes, que são também recordes nacionais.

Podemos dizer, com toda a certeza, que este distinto desportista nascido nos Açores é um verdadeiro colecionador de recordes.

César Bettencourt começou por frequentar o ensino básico e secundário na ilha Graciosa e mais tarde cumpriu os estudos superiores na Escola Náutica Infante D. Henrique, em Lisboa, onde terminaria o seu mestrado em pilotagem de navios de carga e passageiros.

Começou então a sua carreira profissional na empresa de transportes marítimos Transinsular, passando, em 2014, a fazer parte dos quadros da Portos dos Açores, como Piloto de Barra, na ilha que o viu nascer.

Desde cedo que o seu percurso é marcado por atividades ligadas ao mar, nomeadamente a caça submarina e o mergulho em profundidade. Ou como ele confessou em entrevista recente: “sempre me fascinou estar sem respirar, ir mais fundo e aguentar mais tempo.” Ou seja, um verdadeiro desafiador dos seus limites físicos.

Anos mais tarde começa a praticar apneia pura, prática que, no ano de 2012 o leva a participar em diversas provas desportivas, como o North Freedive Challenge, prova indoor realizada em piscina onde bateu o seu primeiro record nacional na modalidade de apneia dinâmica sem barbatanas, com a marca de 94 metros. Nesse mesmo ano representa Portugal no campeonato do mundo por equipas, o World Championship 2012, realizado em Nice, França. É neste momento da sua carreira que o seu nome começa a surgir com regularidade nos meios da especialidade, e volvidos dois anos, em 2014, compete na 7ª Mediterrean World Cup, realizado na Grécia, uma prova outdoor, nas modalidades de peso constante, com e sem barbatanas, e imersão livre. Nesta competição viria a bater três records nacionais: dois na modalidade de imersão livre, com 60 e 63 metros, e um na modalidade de peso constante sem barbatanas, atingindo os 45 metros.

Ainda em 2016, na competição 1º Azores Freediving Open, realizado em São Miguel, César Bettencourt volta a bater o seu próprio record nacional, alcançando os 65 metros, para, na mesma prova, bater os 70 metros na modalidade de imersão livre.

Dois anos mais tarde, em 2018, vence novamente, desta vez na 3ª edição do Atlantic Freediving Cup, na ilha de Tenerife, nas Canárias, sendo o único português em prova, obtendo o melhor resultado na categoria de mergulho livre, entre 10 concorrentes de diferentes nacionalidades.

E mesmo com o passar dos anos, César Bettencourt não desiste da alta competição, e na passada semana bateu novo record nacional na categoria de imersão livre, com a marca de 70 metros, nos Freedom Depth Games 2022 AIDA, que decorreu em Larnaca, na ilha de Chipre, novamente a representar Portugal. Neste mesmo evento bateu também o record nacional na modalidade de peso constante sem barbatanas, com a marca de 51 metros.

Estes recentes resultados originaram uma congratulação de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, que muito nos deve orgulhar enquanto açorianos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação ao atleta César da Cunha Bettencourt pelas sucessivas conquistas de recordes nacionais na competição de imersão livre, do qual deve ser dado conhecimento ao próprio, à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, à Secretaria Regional da Saúde e Desporto e à Federação Nacional de Atividades Subaquáticas.

Horta, Sala das Sessões, 20 de outubro de 2021.

Os Deputados Regionais, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa e Marco Costa

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições?

Vamos passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista também apresentou um Voto de Congratulação ao mesmo atleta, ao César Bettencourt.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos.

Deputado Manuel Ramos (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

César Bettencourt, recorde nacional de mergulho em apneia, na disciplina de Peso Constante sem Barbatanas

César da Cunha Bettencourt é natural da Ilha Graciosa, onde reside atualmente. Frequentou o ensino básico e secundário na ilha natal e prosseguiu os estudos superiores na Escola Náutica Infante D. Henrique, onde completou o bacharelato e mestrado em pilotagem de navios da Marinha Mercante. Após a conclusão da sua formação académica, iniciou a vida profissional nos navios de cabotagem insular.

Em 2014, ingressou na empresa pública Portos dos Açores, desempenhando as funções de piloto de Barra.

Desde muito novo nutre um gosto especial pelas atividades aquáticas, dedicando-se à pesca e em especial à caça submarina, atividade esta que o despertou para o mergulho em profundidade. César Bettencourt tem todas as características de um atleta de alta competição. Disciplinado, trabalhador e com grande capacidade de concentração. Em 2012, iniciou a prática da modalidade de mergulho livre de alto desempenho.

A apneia é um desporto regulamentado, com registo de recordes e campeonatos mundiais realizados por todo o mundo. As especialidades de mergulho em apneia mais conhecidas são o peso constante, o peso variável regulamentado, a imersão livre, a apneia estática e a apneia dinâmica. O nosso recordista já estabeleceu, por várias vezes, a maior marca nacional da modalidade.

Primeiro em North Freedive Challenge, prova indoor realizada em piscina, onde bateu o seu primeiro recorde nacional, com a marca de 94 metros, na modalidade de apneia dinâmica sem barbatanas, obtendo a classificação de primeiro lugar na geral. Ainda durante esse ano, representou Portugal no campeonato do mundo por equipas, no World Championship 2012, realizado em Nice, França.

Em 2014, voltou a competir no 7º AIDA Mediterranean World Cup, que teve lugar na Grécia, uma prova outdoor realizada no mar e com as modalidades de peso constante, com e sem barbatanas e imersão livre. Nessa mesma competição, conseguiu bater três records nacionais, sendo dois na modalidade de imersão livre, com 60 e 63 metros, e um na modalidade de peso constante sem barbatanas, atingindo os 45 metros. Na classificação geral conquistou o 4.º lugar entre 22 atletas.

No verão de 2016 competiu no 1º Azores Freediving Open. Nesta prova voltou a bater o seu próprio record nacional, alcançando os 65 metros, e no segundo dia os 70 metros, na modalidade de imersão livre, batendo o record nacional de freediving, no 1º Azores Freediving Open, prova que o Graciosense venceu.

Contando com um rico palmarés nas competições em que participa, César Bettencourt venceu o Atlantic Freediving Cup 2018, na 3ª edição desta competição, na ilha de Tenerife, nas Canárias. Foi o único português em prova, obtendo o melhor resultado, com 115 pontos, na categoria de

mergulho livre, entre os 10 concorrentes de diferentes nacionalidades que participaram nas duas provas de apneia.

Recentemente, estabeleceu um novo recorde nacional de mergulho em apneia, na disciplina de Peso Constante sem Barbatanas, atingindo a profundidade de 51 metros.

O atleta graciosense representa Portugal nos Freedom Depth Games 2022 AIDA, que decorreram até meados de outubro de 2022, em Lárnaca, na República do Chipre, contando já com cinco recordes nacionais.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de dezembro, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo feito desportivo alcançado por César da Cunha Bettencourt, ao estabelecer o novo recorde nacional de mergulho em apneia, na disciplina de Peso Constante sem Barbatanas, honrando o desporto Açoriano e levando mais longe os nomes da Ilha Graciosa e da Região Autónoma dos Açores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao atleta, à Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas, Câmara e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, Sala das Sessões, 20 de outubro de 2022.

Os deputados: Manuel Ramos, José Ávila e Vasco Cordeiro

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Não havendo inscrições vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é pelo 25.º Aniversário da Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta. É apresentado pelo PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25.º Aniversário da Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta

A ausência de uma plataforma que mantivesse vivas as relações humanas e de trabalho desenvolvidas ao longo de uma marcante etapa foi o ponto de partida para a criação de um espaço associativo que reunisse os Antigos Alunos do Liceu da Horta.

Reforçar os vínculos de solidariedade entre os antigos discípulos, fomentar o contato entre gerações, aprofundar as temáticas culturais sugeridas pelo sentido de pertença a um património espiritual e material comum, contribuir para a valorização e o prestígio do projeto educativo inspirado na memória permanente daquele estabelecimento de ensino, pode ler-se como sendo o objetivo principal da Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta (AAALH), com sede na Casa dos Açores, em Lisboa.

Apesar de fundada em 1997 por um grupo de entusiastas capazes de levar a bom porto este grande objetivo, a criação da Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta por escritura pública aconteceu apenas em 1998.

Esta Associação tem desempenhado um papel importante na valorização e preservação da história e do património faialenses, através de várias iniciativas das quais se destaca um dos mais emblemáticos projetos da história da AAALH, a criação do Museu dos Cabos Submarinos. Por esse motivo e simbolicamente, a seleção da data escolhida, para a sessão dos 25 anos da AAALH, foi a da amarração do 1º Cabo Submarino no Faial em 1893.

A AAALH tem tido um papel ativo na sociedade faialense, sendo que, a sua atividade privilegia colóquios, palestras, homenagens, entre muitas outras atividades culturais para além da componente social entre os antigos alunos, que ocorre também em outras paragens.

Este projeto, pela sua importância, foi sendo impulsionado pelos sócios, todos eles partilharam o mesmo espaço de aprendizagem e desenvolvimento na sua juventude, pese embora as oportunidades da vida de cada um desses alunos os tenham geograficamente afastado, o passado comum e a partilha do sentimento incontornável da Saudade voltou a juntá-los,

O seu já longo e valioso percurso associativo soma diversos momentos marcantes em prol do património da cidade da Horta, destacando-se a defesa da preservação e evocação da memória de Manuel de Arriaga, I Presidente da República, bem como o apoio e acompanhamento prestado aquando do lançamento da Universidade Sénior nesta ilha. Na busca de garantir um importante acervo de memórias sobre histórias de vida para o futuro, a AAALH para além do seu rico e sempre assíduo Boletim, tem editado várias obras desde 2002.

Com este voto agradecemos e reconhecemos, naturalmente, aqueles que através da sua generosidade lideraram ao longo dos anos esta Associação, assumindo a sua Presidência, para além de todos os que com ela colaboraram direta ou indiretamente. É Presidente da Direção da AAALH, desde a sua fundação, Henrique Melo Barreiros.

Assim, desejando a todos os associados e dirigentes desta associação a continuação de grandes sucessos, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo 25º aniversário da Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta do qual deve ser dado conhecimento formal à sua Direção, ao Conselho Executivo da Escola Secundária Manuel de Arriaga, à Câmara Municipal da Horta e à Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais.

Horta, sala das sessões, 20 de outubro de 2022.

Os deputados regionais: João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Salomé Matos e Marco Costa

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís. Faça favor.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Partido Socialista naturalmente associa-se a este Voto de Congratulação apresentado pelo PSD aos 25 anos da Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, um voto que retrata muito bem o percurso desta associação nestes seus 25 anos de atividade.

Eu destacaria aqui também o papel que esta associação teve na recuperação da memória de Manuel de Arriaga, que é o patrono do Liceu da Horta, atual Escola Secundária Manuel de Arriaga, que adotou também o nome do seu patrono.

Lembrava que esta associação esteve inclusivamente na origem da proposta (mais tarde, levada à Assembleia da República, em parceria com a Câmara Municipal da Horta), para a transladação dos restos mortais de Manuel de Arriaga para o Panteão Nacional.

Esta proposta com origem, como disse, nesta associação e na Câmara Municipal da Horta, foi apresentada na Assembleia da República pelo Deputado do Partido Socialista, o nosso saudoso José Medeiros Ferreira, e no dia 22/05/2003 foi aprovada por unanimidade, sendo que a transladação ocorreu a 16/09/2004.

Referia também, uma vez que estamos aqui no Parlamento que a preservação da Memória de Manuel de Arriaga, através desta associação, também tem sido feita numa estreita parceria com a nossa Assembleia, num sem-número de atividades, eventos e publicações que permitem deixar a memória e o percurso do nosso primeiro Presidente da República a gerações mais novas.

Permitam-me, a finalizar, uma palavra também de apreço e de reconhecimento para o papel fundamental que teve, desde a fundação desta associação, o seu original e atual Presidente, o Professor Henrique Barreiros, um homem extremamente disponível, persistente, por vezes mesmo insistente, mas alguém que nunca baixa os braços à luta pela sua ilha, pela história da sua ilha, pelo património da sua ilha e que merece aqui também o nosso reconhecimento, através deste voto de congratulação.

Também um reconhecimento, obviamente, a todos os órgãos sociais, a todos os seus sócios.

Parabéns e longa vida à Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta.

Deputados Vasco Cordeiro e José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra Rui Martins, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS, naturalmente, associa-se a este Voto de Congratulação pela passagem dos 25 anos do Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, pelos motivos expostos e pelo facto desta associação ter desempenhado no passado e continuar ativamente a ter um papel

preponderante na valorização e na preservação da história e do património faialense.

Também permitam-me salientar mais uma outra atividade. Foi graças a esta Associação dos Antigos Alunos que, no fundo, foi desencadeada e que acabou por culminar com o descerramento de um busto do Professor Frederico Machado, no Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos. E digo o Professor Frederico Machado, também por ser um ilustre faialense que, obviamente, em tantos factos importantes à volta do Vulcão dos Capelinhos, eventualmente terá ficado um bocadinho mais na penumbra da história, mas que, graças à Associação dos Antigos Alunos, também teve, neste momento, o reconhecimento devido e merecido, porque o Professor Frederico Machado teve um papel importantíssimo no estudo e no desenvolvimento de modelos que permitiram também o alerta das populações e que permitiram eventualmente que na altura do Vulcão dos Capelinhos não houvesse vítimas a registar.

E por isso saúdo aqui, e obviamente congratulo-me e associamo-nos a este Voto Congratulação pelo 25.º aniversário da Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições. Penso que não existem.

Vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é a André Carreiro. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra a Senhora Deputada Célia Pereira para a sua apresentação.

Deputada Célia Pereira (PS): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Andreia Carreiro distinguida com o European Sustainable Energy Award 2022 na categoria Woman in Energy

No passado dia 26 de setembro Andreia Melo Carreiro, 36 anos, natural de Ponta Delgada, foi distinguida com o European Sustainable Energy Award 2022 na categoria Woman in Energy. Esta distinção reconhece a sua liderança e impulso em projetos e tecnologias de transição energética, sendo considerada pioneira na adoção de tecnologia e políticas públicas nos Açores. A Comissão Europeia, através do European Sustainable Energy Award, reconhece indivíduos e projetos que se destacam pela sua inovação e esforços em eficiência energética e energias renováveis. Sendo reconhecidas, na categoria Woman in Energy, mulheres que pela sua liderança e trabalho se destacam em atividades promotoras de avanços na transição para a energia limpa na Europa.

Com um Mestrado em Engenharia Biomédica (2009) e em Energia para a Sustentabilidade (2012), pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, é doutorada em Sistemas Sustentáveis de Energia (2018) no âmbito do Programa MIT Portugal, possui um MBA pela Universidade Autónoma de Lisboa e conta com mais de 20 publicações em conferências internacionais e revistas científicas. Foi perita Internacional em Medição e Verificação de Eficiência Energética (CMPV – Certified Measurement & Verification Professional ®) e possui formação em Gestão de Projeto (PMP – Project Management Professional) certificada pelo PMI – Project Management Institute.

No desenvolvimento da sua atividade profissional geriu diversos projetos europeus e nacionais de investigação e desenvolvimento, com elevada incidência em inovações tecnológicas de produtos e sistemas, aplicados aos novos paradigmas do desenvolvimento sustentável, nomeadamente, SmartGrids, SmartCities, SmartHomes e IoT – Internet of Things. Desempenhou funções de Gestão de Inovação e Estratégia, com foco no aumento da competitividade e internacionalização empresarial. Foi responsável pelo desenvolvimento, implementação e execução de um programa de estágios em ambiente empresarial, com o objetivo de fomentar sinergias e cooperação entre a indústria e o mundo académico. Em 2016 foi responsável pelo gabinete de gestão de projetos (PMO – Project Management Office) no CEiiA – Centro de Engenharia e Desenvolvimento de Produto, focado no desenvolvimento de projetos, produtos e serviços para as indústrias da mobilidade.

Andreia Carreiro dirigiu e desenvolveu instrumentos de política energética para os Açores, em linha com os instrumentos nacionais e europeus, enquanto Diretora Regional da Energia dos Açores no XII Governo Regional dos Açores, com especial foco nas fontes de energia renováveis, na eficiência energética e na mobilidade elétrica. Coordenou o desenvolvimento de ações de sensibilização e formação com o propósito de disseminar as melhores práticas e promover a formação contínua dos quadros regionais em matéria de energia. Impulsionou a discussão pública, fomentando a participação ativa dos cidadãos no debate e definição de políticas públicas. Foi responsável pelo desenvolvimento dos mecanismos necessários para a implementação da mobilidade elétrica na Região Autónoma dos Açores.

Foi membro do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Integrou o Gabinete do Secretário de Estado da Energia no XXII Governo Constitucional, onde participou no desenvolvimento da legislação base do Setor Elétrico Nacional, coordenou o programa de

Eficiência de Recursos na Administração Pública (ECO.AP) e participou no desenvolvimento dos programas de incentivo ao Abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal (PRR), em matéria de energia.

Atualmente, integra a equipa da Cleanwatts enquanto Diretora de Inovação Estratégica. É cofundadora da Kenergy, empresa criada nos Açores, em 2022, com o intuito de acelerar a transição energética em ilhas. É membro dos Future Energy Leader Portugal da APE - Associação Portuguesa da Energia. Participa em unidades letivas enquanto convidada e é palestrante em diversas conferências nacionais e internacionais em matéria de energia. Desenvolve atividades de consultoria energética a nível nacional e europeu.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pela distinção de Andreia Melo Carreiro com o European Sustainable Energy Award 2022 na categoria Woman in Energy.

Mais se propõe que do presente voto seja dado conhecimento à premiada, à Câmara Municipal da Povoação e à Câmara Municipal de Ponta Delgada, à empresa Cleanwatts, à Associação Portuguesa da Energia, ao Governo Regional dos Açores, ao Governo da República, à European Sustainable Energy Week e à Comissão Europeia.

Horta, Sala das Sessões, 20 de outubro de 2022.

Os Deputados: Vasco Cordeiro, Célia Pereira, Carlos Silva, Sandra Dias Faria e Andreia Cardoso

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E à Junta de Freguesia da Ribeira Quente!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, ao Clube Asas de São Miguel. Tem a palavra o Senhor Deputado Jaime Vieira para a sua apresentação

Deputado Jaime Vieira (PSD): Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores e Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Membros do Governo.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Clube Asas de S. Miguel

Decorreu no passado mês de junho em Montalegre, na Serra do Larouco, o campeonato nacional de parapente, assim como um open internacional desta categoria, denominado Iberian Cross Open, em que os participantes percorreram distâncias entre 45 e 83 quilómetros de voo.

Participaram nesta prova cerca de 150 pilotos de várias nacionalidades como Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Lituânia e Ucrânia, e, dos quais, 68 eram portugueses.

Neste que foi considerado o melhor e mais competitivo Campeonato Nacional de sempre, o Clube Asas de São Miguel e o seu piloto José Rebelo renovaram o título de campeões nacionais, elevando e prestigiando assim, por mais uma vez, o nome dos Açores.

É de realçar e relevar o piloto micalense José Rebelo, porque além de ter sido campeão nacional, foi também o vencedor absoluto do Open.

Este foi também mais um feito importante para o Clube Asas de S. Miguel, sediado no concelho da Ribeira Grande, pelos resultados alcançados no campeonato Nacional de voo, na Modalidade de Parapente.

A distinção em eventos como este, demonstram o profissionalismo, a qualidade, e dedicação dos nossos participantes e associações, evidenciando assim o papel importante que estes têm na nossa sociedade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação ao Clube Asas de São Miguel e sua direção, bem como ao atleta José Rebelo, reconhecendo o trabalho que está a ser executado e realçando não só os resultados que obtiveram, mas também a forma como dignificaram o seu Clube e a nossa região, e do qual deve ser dado conhecimento formal à sua direção e ao atleta.

Horta, Sala das Sessões, 20 de outubro de 2022.

Os deputados regionais, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa e Marco Costa

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado, o voto tem a palavra. O Senhor Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, com gosto, ao presente voto de congratulação, pelo prémio atribuído, no campeonato nacional, ao Clube Asas de São Miguel, uma instituição com sede na Ribeira Grande e que tem prestigiado ao longo do tempo, quer a Ribeira Grande, quer os Açores, em inúmeras provas onde tem participado.

Este voto realça a dedicação dos atletas, em particular do piloto José Rebelo. Fruto do seu trabalho, da sua dedicação, tem contribuído para engrandecer o nome da Ribeira Grande e dos Açores e, portanto, associamos com gosto ao

presente voto pela pelo prémio atribuído ao Clube Asas de São Miguel. Muito obrigado.

Deputada Sandra Dias Faria: Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, é a Júlia Cabral. É apresentado pela Senhora Deputada Guilhermina Silva, a quem dou a palavra, faça favor.

Deputada Guilhermina Silva (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Júlia Cabral - Campeã Nacional de Ginástica Rítmica

Júlia Cabral, atleta do Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira, sagrou-se, no passado mês de julho. Campeã Nacional de Ginástica Rítmica - escalão de Iniciadas.

Com apenas 9 anos de idade, Júlia Cabral alcançou o 1º lugar da geral no seu escalão, vencendo nas modalidades de Bola e de Corda, conquistando ainda o 2º lugar em Arco e o 3º lugar em Movimentos Livres.

Foi a primeira vez que uma atleta açoriana conquistou o título de campeã nacional de Ginástica Rítmica, conseguido no Campeonato da Primeira Divisão.

Os resultados traduzem o trabalho desenvolvido e a dedicação da jovem Júlia e da sua treinadora Joana Costa, assim como do Clube Desportivo da

Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira, num relançamento da modalidade conseguido nos últimos dois anos e já com provas dadas. A equipa tem cerca de 80 atletas em competição.

A prova desse trabalho está igualmente no treino diário de cerca de 4 horas para que Júlia Cabral conseguisse apurar a forma que a levou a um resultado tão expressivo e de grande orgulho para os Açores.

O seu título nacional abre-lhe perspectivas de mais sucessos, e ainda a possibilidade futura de ser internacional por Portugal.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação à atleta Júlia Cabral, pela vitória no Campeonato Nacional de Ginástica Rítmica, escalão de iniciadas.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira, à Direção Regional do Desporto e à família da atleta

Horta, Sala das Sessões, 20 de outubro de 2022

Os Deputados: João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Guilhermina Silva e Marco Costa

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada. Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Senhora Deputada Andreia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A modalidade de ginástica rítmica foi iniciada na Terceira na década de 80 do século passado, pela Professora Manuela Duarte, que, ao longo de décadas, formou atletas e consolidou o gosto pela prática da modalidade ao longo de anos.

Estas atletas deram continuidade à prática da modalidade, tornando-se elas treinadoras, formadoras e juizes de ginástica rítmica. Todo este percurso tem permitido à região atingir resultados nesta modalidade a nível nacional, como é o caso da Júlia Cabral, a quem muito particularmente se dirige este voto.

Não podia terminar sem fazer uma referência à Professora Lurdes Ávila Carvalho, uma das primeiras atletas da modalidade dos Açores, que integrou ainda recentemente a equipa de juizes internacionais desta modalidade nos Jogos Olímpicos, com um percurso notável na formação a nível nacional e internacional, dando bem nota do percurso desta modalidade nos Açores. Deixamos assim uma saudação à treinadora e aos dirigentes da ACM pela conquista de mais este título, mas sobretudo pelo empenho que colocam na formação pessoal das jovens atletas. São competências para a vida, dedicação, resiliência, disciplina e criatividade.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é ao atleta Afonso Lencart Costa. É apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Guilhermina Silva.

Deputada Guilhermina Silva (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Congratulação

**Afonso Lencart Costa – Primeiro atleta açoriano internacional em
Karaté e vencedor da Taça de Portugal**

Afonso Maria Lencart Rochinha Silva e Costa integrou a Seleção Nacional de Karaté que participou no Campeonato Europeu de Cadetes, Juniores e Sub-21, realizado em Praga, na República Checa, contando com 1084 atletas de 48 países. Foi o primeiro açoriano internacional de Karaté.

A presença de Afonso Lencart Costa, de 15 anos de idade, na Seleção Nacional, foi um feito único e inédito na Região, em mais de 40 anos daquela modalidade no arquipélago.

O atleta, que detém o estatuto de Jovem Talento Regional, integrou o grupo de 27 escolhidos pela Federação Nacional de Karaté – Portugal. Foi o único português da categoria de – 57kg, onde estiveram 37 competidores, divididos por duas “pools”.

Já neste mês de outubro, Afonso Lencart Costa, venceu a Taça de Portugal, na Póvoa de Varzim, também na categoria de – 57kg, disciplina de Kumite (combate). Saiu vitorioso em todos os embates que teve.

O atleta do Clube de Karaté-Do Shotokan de Angra do Heroísmo já foi vice-campeão nacional de Cadetes, ganhou vários torneios nacionais e internacionais e consta da liderança da Liga da Federação Nacional de Karaté – Portugal.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro de 2022, a aprovação de um Voto de Congratulação ao atleta Afonso Lencart Costa, por ter sido o primeiro açoriano a integrar uma Seleção Nacional de Karaté, fazendo-o no Campeonato Europeu de Cadetes, Juniores e Sub-21, realizado em Praga, na República Checa, assim como pela vitória na recente Taça de Portugal.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Clube de Karaté-Do Shotokan de Angra do Heroísmo, à Direção Regional do Desporto e à família do atleta.

Horta, Sala das Sessões, 20 de outubro de 2022.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Guilhermina Silva e Marco Costa

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Não havendo inscrições vamos passar à votação do voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 03 minutos.

Vamos dar continuidade à apresentação e votação dos votos. Entramos nos votos de saudação.

O primeiro e é apresentado pelo CDS-PP pela terceira edição do Azores Bravos Trail.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para a sua apresentação.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Saudação

Voto de saudação pela terceira edição do Azores Bravos Trail

Realizou-se no passado dia 8 de outubro a terceira edição do Azores Bravos Trail, na Ilha Terceira, que contou com a inscrição de 314 participantes provenientes de 13 distritos nacionais, da Região Autónoma da Madeira, de 5 ilhas Açorianas e do estrangeiro.

Tratou-se de uma organização da Associação de Atletismo da Ilha Terceira em conjunto com o Governo dos Açores, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a Câmara Municipal da Praia da Vitória, contando com a participação de 35 parceiros empresariais e o apoio institucional de seis entidades locais, constituindo um evento congregador e dinamizador da economia local e das instituições da Ilha Terceira.

É merecedor de realce o trabalho desenvolvido por dezenas de voluntários e elementos da Associação de Atletismo da Ilha Terceira que de uma forma anónima foram os bravos que no terreno deram corpo a esta grande prova de *trail running* e garantiram o apoio logístico. São cidadãos que de uma forma abnegada e altruísta deram o seu contributo para um evento com considerável impacto na economia local e na projeção dos Açores como uma região de natureza pura e deslumbrante.

Esta terceira edição da Azores Bravos Trail running demonstrou a consolidação da prova traduzida pelo crescente número de participantes inscritos: 108 em 2020; 262 em 2021 e 314 em 2022.

O *trail running* é uma modalidade desportiva em expansão mundial e a participação de um numeroso conjunto de atletas vindos do continente português, da Madeira e do estrangeiro torna esta prova numa excelente oportunidade de divulgação dos Açores e da Ilha Terceira, em particular, potenciando-os como destinos de natureza com elevadas potencialidades para atividades desportivas ao ar livre.

Verifica-se uma crescente tendência de associação desta modalidade ao turismo onde famílias e grupos de amigos aproveitam o pretexto da participação numa prova para conhecer novos destinos turísticos.

O Azores Bravos Trail foi organizado com pendor de elevada qualidade, tornando-o numa prova desafiante, tendo o evento deste ano, pela primeira vez, 4 distâncias – 15 km, 30 km, 60 km e 95 km – com partidas respetivamente do Posto Santo, Biscoitos, Clube de Golfe da Ilha Terceira e do areal da Praia da Vitória, todas com chegada ao Relvão em Angra do Heroísmo. A novidade da edição deste ano foi a distância dos 95km.

Os percursos foram desenhados de modo a levar os participantes ao interior da Ilha Terceira percorrendo lugares de icónica beleza natural.

A data do evento, nos primeiros dias de outubro, possibilitou um fluxo extraordinário de visitantes à Ilha Terceira representando para o setor do turismo uma forma de esbater a sazonalidade, contribuindo de forma positiva para a economia local.

A realização de provas desta natureza potenciando as nossas características endógenas naturais, a nossa riqueza paisagística, associando o desporto ao lazer, são contributos substanciais para acrescentar valor e divulgar o destino Açores.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro de 2022, um voto de saudação com o seguinte teor:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda a Associação de Atletismo da Ilha Terceira e todos os seus parceiros pela organização da terceira edição da prova “Azores Bravos Trail 2022”.

Que este voto seja dado conhecimento aos municípios da Ilha Terceira, à Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo e à Federação Portuguesa de Atletismo.

Os Deputados, Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Saudação apresentado pelo CDS.

E este é mais um exemplo do que o desporto, além de ser um veículo de promoção da saúde e de hábitos saudáveis, também pode ser um veículo promotor, do turismo e do melhor que temos para oferecer na nossa região, que é a natureza.

Destacar também o crescimento que esta prova tem tido ao longo dessas transmissões em que, como disse o Senhor Deputado Pedro Pinto, já triplicou o número de participantes.

É importante também a parceria entre todas as partes, as Câmaras Municipais, o Governo Regional e a Associação de Atletismo, bem como todos os empresários que colaboraram na sua organização.

Como disse no início, a questão turística, estando nós já a caminhar para o inverno, esse tipo de prova ajuda a mitigar a sazonalidade que pode ocorrer nessa altura.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A terceira edição do Azores Bravos Trail Running evidenciou uma vez mais a evolução muito significativa que este evento tem tido ao longo dos últimos anos e que é materializada efetivamente pelo maior número de participantes que a prova tem vindo a ter, nas suas várias edições. É uma prova efetivamente com cada vez mais inscritos, com uma elevada qualidade em termos organizativos e em termos competitivos, que tem permitido efetivamente um potenciar do aumento do fluxo de visitantes à Ilha Terceira. É efetivamente de enaltecer o trabalho que voluntários e todos os elementos da Associação de Atletismo da Ilha Terceira desenvolveram em torno da organização deste evento, que possibilitaram a sua dinamização e a sua concretização, como eu disse, com um elevado grau de qualidade. E por tudo isso, é um evento que se tem vindo a revelar exemplar e que por isso, merece por parte do Grupo Parlamentar do PS, todo o reconhecimento e, nessa medida, o Grupo Parlamentar do PS associa-se claramente a este Voto de Saudação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Saudação, pelos 500 anos de Nascimento de Gaspar Frutuoso, tem a palavra o Senhor Deputado Flávio Soares para a sua apresentação.

Deputado Flávio Soares (PSD): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Saudação pelo 500º aniversário

do nascimento de Gaspar Frutuoso

Gaspar Frutuoso nasceu na lha de São Miguel, em Ponta Delgada, em 1522, e faleceu na Ribeira Grande em 1591.

Pouco se sabe da sua juventude, permanecendo no registo de alguns cronistas a especulação do que teria saído da ilha para estudar. Como refere Miguel Tremoço de Carvalho, “a escassez de dados sobre este período pré-universitário de Frutuoso não permite uma resposta certa e concreta”.

Frutuoso foi, isso sabemos bem, um notável intelectual, desde historiador, sacerdote, humanista e pródigo escritor. Constitui uma referência no âmbito da História, da Genealogia, da Literatura, da Geografia, Biodiversidade, Geologia e Vulcanologia da nossa terra e das nossas gentes. Sem ele, a nossa memória coletiva seria mais pobre ou inexistente.

Estudou na Universidade de Salamanca entre 1548 e 1549 e depois entre 1553 e 1558, embora com algumas interrupções.

Deste período de estudo, resultou o seu bacharelato em Artes, em 1549, a sua ordenação como presbítero em São Miguel, em 1553, e o seu bacharelato em Teologia, em 1558.

Foi pároco na freguesia de Santa Cruz, na Lagoa, entre 1558 e 1560.

Entre 1560 e 1564, residiu em Bragança, onde ter-se-á doutorado.

Por carta de confirmação de 20 de maio de 1565, foi nomeado vigário e pregador da Matriz de Nossa Senhora da Estrela, da então Vila da Ribeira Grande, cargo que exerceu, durante 26 anos, até à sua morte. Nesse período dedicou-se à vida paroquial e à prática de caridade, dentro e fora da ilha de São Miguel.

Destacou-se pela autoria da obra Saudades da Terra, título atribuído à sua obra maior e mais recuada memória atlântica existente, uma detalhada descrição histórica e geográfica dos arquipélagos dos Açores, Madeira e

Canárias, para além de múltiplas referências ao arquipélago de Cabo Verde e a outras regiões atlânticas.

Todo este trabalho faz de Gaspar Frutuoso um verdadeiro cronista insulano, já que a sua obra interessa ao conhecimento de toda a Macaronésia.

A seu respeito, refere o Professor José Damião Rodrigues: “Gaspar Frutuoso, com as Saudades da Terra, pretendeu fazer um elogio aos Açores e às suas gentes, servindo o texto como um instrumento para a promoção do arquipélago junto da corte castelhana. (...) Gaspar Frutuoso produziu uma narrativa no interior da qual as ilhas açorianas surgem devidamente integradas no mundo atlântico e insular de Quinhentos”.

O seu nome faz parte da realidade micalense, plasmado em instituições e toponímia, como é o caso da Fundação Gaspar Frutuoso, instituição de grande relevância para a investigação científica, o Largo Gaspar Frutuoso, junto à matriz da Ribeira Grande, entre outros locais demonstrando a relevância que teve para os Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de saudação pelo 500º Aniversário do nascimento de Gaspar Frutuoso. Do presente voto seja dado conhecimento à Câmara e Assembleia Municipal da Ribeira Grande, Câmara e Assembleia Municipal de Ponta Delgada e ao Governo Regional dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 20 de outubro de 2022.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Marco Costa e Flávio Soares

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao presente voto de saudação pelo quingentésimo aniversário do nascimento de Gaspar Frutuoso. Gaspar Frutuoso foi, de facto, um notável intelectual, historiador, sacerdote e humanista, e um escritor de referência, com destaque para a sua obra “Saudades da Terra”, que engrandece em muito o nome dos Açores e espelha bem as nossas especificidades.

A história em memória de Gaspar Frutuoso é também a história de São Miguel, em particular da Ribeira Grande, tendo ficado associado, em várias cerimónias, e devidamente representada a sua importância para os Açores.

E por este sentido, nós associamos ao presente voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Saudação é apresentado pelo Bloco de Esquerda aos trabalhadores do comércio e grande distribuição que saíram à rua na Ilha Terceira.

Faz favor, Sra. Deputada Alexandra Manes, para a sua apresentação.

Deputada Alexandra Manes (BE): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

Aos trabalhadores e às trabalhadoras do comércio e grande distribuição que se manifestaram por melhores condições de trabalho e remunerações mais dignas.

No passado dia 10 de outubro, os trabalhadores do comércio e grande distribuição saíram à rua, na ilha Terceira, para reivindicar condições de trabalho e de remuneração dignas, nomeadamente, um horário de trabalho de 40 horas – como a maioria dos restantes trabalhadores do sector privado – e aumentos salariais de aproximadamente dez euros por cada nível remuneratório.

Foram cerca de 100 os trabalhadores de diferentes empresas que se juntaram e fizeram ouvir as suas vozes para demonstrar repúdio e indignação perante a proposta da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo – que representa os empresários das ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa – que pretende impor um horário de trabalho de 60 horas semanais e um regime de transferência entre estabelecimentos comerciais sem que isso implique qualquer contrapartida financeira para os trabalhadores.

Ou seja, estes trabalhadores podem passar a ter que trabalhar 12 horas por dia de forma consecutiva até ao limite anual de 200 horas e podem passar a ser transferidos de estabelecimento comercial de forma definitiva ou temporária, para qualquer local dentro de cada ilha, por decisão unilateral da empresa, tudo isto sem qualquer compensação financeira.

Pretendem ainda os representantes dos empresários fazer tábua rasa do que foi aprovado neste parlamento, que reduziu nos Açores para 90 dias o período experimental para trabalhadores que estejam à procura de primeiro emprego e para desempregados de longa duração, propondo o aumentando para 180 dias o período experimental para estes trabalhadores.

É justo lembrar que durante mais de dois anos de pandemia, os supermercados e as grandes superfícies comerciais mantiveram sempre a sua

atividade, o que implicou sacrifícios por parte destes trabalhadores, que estiveram sempre na chamada “linha da frente”.

E é importante também salientar que nos últimos meses, perante uma inflação galopante, o sector do comércio a retalho registou grandes aumentos de vendas e de lucros em comparação com o ano passado.

É inaceitável que, numa altura em que os resultados financeiros do sector são positivos, a proposta dos representantes dos empresários para alcançar um acordo coletivo de trabalho seja penalizadora para os trabalhadores, particularmente num sector marcado por horários de trabalho muito exigentes, com prejuízo para a vida familiar, e em que o salário mínimo continua, infelizmente, a ser a regra.

Assinalamos a coragem e a determinação demonstrada por estes trabalhadores que, perante um ataque aos seus direitos, não hesitaram e juntaram forças para lutar por melhores condições de trabalho e remunerações mais dignas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de saudação aos trabalhadores e às trabalhadoras do comércio e grande distribuição que se manifestaram por melhores condições de trabalho e remunerações mais dignas.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Alimentação, Bebidas e Similares, Comércio, Escritórios e Serviços, Hotelaria e Turismo dos Açores (SITACEHT/AÇORES) e à Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

Horta, 20 de outubro de 2022

O Grupo Parlamentar do BE/Açores: António Lima e Alexandra Manes

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada. Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições.

Senhor Deputado Francisco Coelho, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo. O Partido Socialista associa-se a este voto e a tudo aquilo que ele significa. Creio que os proponentes concordarão comigo: o que está na origem desse voto, se fosse absolutamente corriqueiro e comum, talvez não justificasse, e ficaríamos todos felizes, um voto de saudação.

Mas a verdade é que sabemos que as matérias das condições de trabalho, onde, clarissimamente, desde sempre, a mão invisível do senhor Adam Smith, além de invisível, é ineficaz e ineficiente, justificou não só um ramo de direito específico de tratamento mais favorável aos trabalhadores, a constituição de direitos fundamentais de natureza económica e social, diretamente aplicáveis e previstos na nossa Constituição, e justificou todo o movimento social de dignidade da pessoa humana, que, inclusive, é a matriz fundacional da política das correntes genuínas da social democracia, do socialismo democrático e do trabalhismo.

Assim sendo, não podem os poderes políticos ser indiferentes às relações de trabalho, às dinâmicas que elas geram, e devem, de uma forma pró-ativa, intervir no sentido de tentar restabelecer uma igualdade efetiva de armas, de dinamizar uma verdadeira contratação coletiva, de fixar salários mínimos justos e de tudo fazer para que este salário mínimo se repercuta através da contratação coletiva no leque salarial dos trabalhadores e das empresas.

Também aqui temos algumas especificidades. Também aqui sabemos que a esmagadora maioria dos trabalhadores, o que é um pouco nacional, mas aqui por maioria de razão, ganha o salário mínimo nacional.

Sabemos que a contratação coletiva por vezes, é difícil.

Sabemos que muitas vezes a contratação coletiva fixa os primeiros escalões salariais abaixo do salário mínimo também, o que não deixa de se repercutir, na prática, em todo o leque salarial, daí que seja justo lembrar o esforço que

na República tem sido feito, nos últimos anos, no sentido de um aumento efetivo e substantivo do salário mínimo nacional e também saudar o recente acordo de rendimentos conseguido em sede de concertação social, em que, exatamente, também se pretende que esses aumentos efetivos se repercutam numa série de trabalhadores, também na iniciativa privada, além do salário mínimo e que, inclusive, se dê e se premei, ao nível fiscal, as empresas que tenham uma contratação coletiva, dinâmica, efetiva e recente.

Nesta altura de crise, é uma altura para todos, ao seu nível de responsabilidade, estarem atentos e intervenientes ao nível da ajuda aos trabalhadores, a esmagadora maioria da população, àqueles que trabalharam e à população em geral.

Talvez a dificuldade de aceder hoje a certos bancos justifique ou nos indique, que algumas das medidas que o Governo da República tomou recentemente são, afinal, verdadeiramente importantes para as pessoas.

Temos convidado, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, este Governo Regional, a juntar-se dentro das suas possibilidades e no seu âmbito de competências, a esta ajuda.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O que temos visto, sinceramente, é pouco e insuficiente.

Os trabalhadores conseguiram aqui fazer ouvir a sua voz, lutar pelos seus direitos, lutar para que a Constituição seja uma Constituição, na matéria laboral, efetivamente aplicada. Devemos saudar este jogo democrático e devemos apoiá-lo como sendo normal, útil e necessário em democracia, em nome de uma efetiva igualdade e da dignidade das pessoas.

E saudando, não deixando, tal como comecei a dizer, que temos a esperança de que este tipo de comportamentos e de ações se torne mais frequente, mais normal, mais fácil no país e na Região Autónoma dos Açores, de tal forma que não seja um pouco uma exceção que mereça ser saudada e apoiada por votos de saudação.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Saudação é pelos 500 anos do terramoto e subversão de Vila Franca do Campo. É apresentado pelo PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado para a sua apresentação.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Saudação

500 anos do terramoto e subversão de Vila Franca do Campo

Entre os finais do século XV e as primeiras décadas do século XVI o povoado de Vila Franca do Campo foi-se afirmando paulatinamente. Elevada à categoria de sede de município em 1472, a vila fixava as principais instituições civis e religiosas da ilha, sendo o local de residência do capitão donatário, e por consequência o centro das atividades.

Sem nunca ter sofrido qualquer calamidade de monta, nem nunca ter experimentado a guerra, Vila Franca do Campo chegou a 1522 próspera e em franco desenvolvimento.

Porém, este mês, passam 500 anos sobre a catástrofe natural mais destruidora da história dos Açores.

Na madrugada de 22 de outubro de 1522, Vila Franca do Campo, então capital da ilha de São Miguel, acordou pelas duas horas da manhã, “*estando o céu estrelado e claro, sem aparecer nuvem alguma, se sentiu em toda a ilha um grandíssimo e espantoso tremor de terra, durou por espaço d’um credo, em que parecia que os elementos, fogo, ar e água, pelejavam no centro d’ela, fazendo-a dar grandes abalos, com rancos e movimentos horrendos, como ondas de mar furioso, parecendo a todos os moradores da ilha, que se virava o centro d’ela para cima e que o céu caia, e acabando o espaço do Credo ou de um Pater Noster e Ave Maria a todo o mais*”, assim escreveu Gaspar Frutuoso, em “Saudades da Terra”.

Acredita-se que o sismo sentido em São Miguel em 1522 foi de magnitude X na escala macrossísmica europeia, sabendo-se que gerou inúmeros movimentos de vertente em várias localidades.

Mas foi em Vila Franca do Campo que o seu impacto se fez sentir da forma mais destruidora, uma vez que as derrocadas de vertentes soterraram por completo a Vila, que se assumia então como o centro político e económico da ilha.

Gaspar Frutuoso relata também que a enorme massa de lama, além de cobrir ruínas causadas pelo sismo, destruiu edifícios e culturas, matou animais e quase uma população inteira e “essa enorme massa que varreu a vila por completo, ao entrar no oceano formou um pequeno tsunami, destruindo algumas embarcações que se encontravam ancoradas junto do ilhéu de Vila Franca: “...havia no porto então quatro ou cinco navios abrigados no ilhéu para partirem para Portugal, o que foi causa de morrer ainda mais gente ali onde se ajuntava de toda a ilha para fazer aquela viagem”, fim de citação.

Assim foi destruída Vila Franca do Campo, tendo perdido a vida entre 3 mil e 5 mil pessoas, a maior parte debaixo da lama ou arrastadas ao mar pela avalanche.

Toda a parte central da vila ficou soterrada e o porto desapareceu sob uma espessa camada de pedra pomes. Morreu praticamente toda a população que ali se encontrava. No palco da catástrofe crescem hoje lindíssimas plantas e luxuriantes pastagens verdes, mascarando o local onde outrora milhares de pessoas pereceram.

Nos 500 anos desta tragédia, que é um marco da história da ilha de São Miguel e dos Açores, recordamos um evento que reconfigurou a centralidade do território, marcando a resiliência da população açoriana e, em particular do povo de Vila Franca do Campo, que, perante a adversidade e a destruição, sempre encontrou a força, ao longo dos séculos, para a superação e a reconstrução.

Assim nasceu aquela que para todos os Vilafranquenses é conhecida como a Vila Nova e que depois, naturalmente, se expandiu de novo pela localidade, no seu todo.

Honremos a memória de todos os nossos antepassados, os que viveram aquele dia de horror, os que lhes sucederam, os que relataram ao longo de séculos a força necessária depois de tal catástrofe, e todos aqueles que ensinaram a várias gerações de Vilafranquenses que, independentemente da adversidade que se impõe, há que enxugar lágrimas, arregaçar as mangas e encher o peito de coragem para começar de novo.

Honrar o legado de ser Vilafranquense é também seguir sempre, olhando em frente e para cima.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro de

2022, a aprovação de um Voto de Saudação à população, e seus antepassados, de Vila Franca do Campo.

Deste voto deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo, à Câmara Municipal de Vila Franca do Campo e a todas as Juntas de Freguesia do Concelho.

Horta, Sala das Sessões, 20 de outubro de 2022.

Os Deputados: João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros, Paulo Gomes, Jaime Vieira, Elisa Sousa, Sabrina Furtado e Marco Costa

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada. Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Senhora Deputada Sandra Dias Faria tem a palavra, faz favor.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo.

O presente e o futuro também se fazem pelo reconhecimento e homenagem à memória dos nossos antepassados. É à bravura, coragem e determinação com que enfrentamos as dificuldades e agruras impostas pela natureza, que marca a vivência nas nossas ilhas.

E o seguir em frente, ultrapassar e vencer catástrofes como esta, marca a identidade e a alma do nosso povo.

E neste sentido, os vilafranquenses de há 500 anos merecem ser lembrados e homenageados, tal como os vilafranquense, de hoje e do amanhã que há de vir, merecem o nosso apoio e consideração.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Muito obrigada!

A Oradora: Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto, não propriamente saudando os 500 anos do terramoto, mas sim a resiliência do povo vilafranquense, a sua capacidade de ultrapassar este que foi um momento difícil.

Muito obrigada.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Obrigada!

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada. Tem agora a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo.

O Chega associa-se a este voto, saudando o povo vilafranquense, do qual eu tenho uma costela também. Sou neto de vilafranquenses, são meus vizinhos atualmente, mas mais importante que isso, há 500 anos, já mostrávamos o quanto de valente somos e o quanto conseguimos ultrapassar as dificuldades e um terramoto devastador, como foi. Cá estamos, 500 anos depois, a falar dele e a dizer que ultrapassámos isto.

Também relembrar onde vivemos, nas terras que vivemos, sujeitas a isto e às vezes descuidamos e temos como adquirido que tudo o que está erguido aqui continuará.

Às vezes não é bem assim e é bom não nos abstrair disto, sem alarmismos, mas tendo o cuidado e nós também políticos, tendo a responsabilidade de prevenir, porque acontecer pode acontecer sempre.

É assim viver nos Açores. Não é com medo, é com bravura, mas também com consciência.

Temos de estar sempre preparados.

Parabéns, Vila Franca por seres quem és e 500 anos depois aqui estamos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos colocar à votação este Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Saudação é ao atleta terceirense Afonso Lencart Costa, pela vitória da Taça de Portugal em karaté, apresentado pelo CDS-PP. Para a sua apresentação tem a palavra Senhor Deputado Pedro Pinto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de saudação

Voto de saudação ao Atleta Terceirense Afonso Lencart Costa pela vitória da Taça de Portugal em Karaté

Afonso Lencart Costa, atleta do Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo, venceu a Taça de Portugal de Karaté, na categoria de -57Kg, em cadetes, em Kumite, a disciplina de combate.

A Taça de Portugal que se realizou na Póvoa do Varzim, nos passados dias 1 e 2 de outubro, foi a prova onde este jovem atleta de 15 anos coroou um ano de muito trabalho e grandes conquista pessoais e para a modalidade nos Açores.

Afonso Costa, que detém o estatuto de Jovem Talento Regional, este ano foi chamado a integrar a Seleção Nacional de Karaté, um feito histórico para o karaté regional que pela primeira vez tem um atleta integrado na seleção.

Foi nesse âmbito da Seleção Nacional que integrou a comitiva nacional de 27 atletas que competiram entre 17 e 19 de junho no 48.º Campeonato da Europa de cadetes juniores e no 14.º Campeonato da Europa de Sub21, um evento com mais de mil atletas oriundos de 48 países, que decorreu em Praga, na República Checa.

A 24 de setembro participou, com a sua colega de clube Beatriz Rocha Ávila, na Lion Cup, no Luxemburgo, uma prova internacional de kumite com mais de 800 atletas de 21 países, onde foram os únicos portugueses nas suas

categorias tendo disputado as finais dos respetivos grupos de apuramento e conquistado honrosas classificações finais.

No início de maio, Afonso Costa sagrou-se duplamente campeão em kumite no Ericeira Karaté Open (EKO) e na II Liga de Karaté (IILK) e no final desse mês integrou a seleção dos Açores que participou nos Jogos das Ilhas 2022, em Palma de Maiorca, Espanha, tendo conquistado um honroso terceiro lugar.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro de 2022, um voto de saudação com o seguinte teor:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda Afonso Lencart Costa, Jovem Talento Regional, e a equipa técnica do Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo pelo percurso atlético que se materializa nos resultados alcançados nas diversas provas nacionais e internacionais, culminando com a vitória da Taça Nacional de Karaté.

Que deste voto seja dado conhecimento ao próprio, ao Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo, à Associação de Karaté dos Açores e à Federação Nacional de Karaté-Portugal.

Os Deputados, Pedro Pinto, Catarina Cabeceiras e Rui Martins

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado

Pergunto se há inscrições?

Senhor Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Clube de Karaté-do Shotokan, de Angra do Heroísmo, através dos seus atletas, neste caso concreto, o jovem atleta Afonso Costa, de 15 anos, tem

conseguido dar corpo e asas, ao longo dos últimos tempos, com recurso a um trabalho impressionante, com empenho com abnegação, que se vem traduzindo em conquistas nacionais e internacionais, culminando mais recentemente com a vitória, como é expresso neste voto, na Taça de Portugal de Karaté, na categoria de menos 57 kg em Cadetes em comité na disciplina de combate.

Assim, pelo exposto, naturalmente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de saudação e saúda igualmente o atleta terceirense Afonso Costa, bem como toda a equipa técnica Clube de Karaté-do Shotokan, de Angra do Heroísmo.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Saudação pelas manifestantes que lutam pelos direitos das mulheres no Irão, é apresentado pelo Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Senhora Deputada Alexandra Manes.

Deputada Alexandra Manes (BE): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voto de Saudação

pelas Manifestantes que Lutam pelos Direitos das Mulheres no Irão

Em setembro, a jovem de 22 anos, oriunda do Curdistão iraniano, Mahsa Amini deixou as suas últimas palavras escritas no diário "Ir para Teerão. Visita ao centro".

Masha Amini chegou efetivamente ao Teerão, contudo, lá, foi detida pela Polícia de Moralidade, porque o hijab, lenço que serve para cobrir a cabeça, não cobria a totalidade do seu cabelo. A jovem foi detida enquanto passeava pela capital com o seu irmão, sendo este informado de que a jovem seria libertada após lhe ser dada uma "lição de reeducação" sobre a utilização do hijab.

No entanto, passadas algumas horas, Mahsa foi transportada para o hospital, vítima de brutais agressões, onde veio a falecer após um coma de três dias.

Esta morte levou a manifestações em todo o Irão, que representam o maior desafio da década contra o regime. Multidões têm saído à rua para se manifestar contra o sistema opressivo. Milhares de pessoas, homens e sobretudo mulheres estão a queimar publicamente o hijab, e a cortar os cabelos, enfrentando a regulação que o Estado Teocrático faz dos seus corpos e das suas escolhas.

No Irão, vive-se num sistema opressivo já há muitos anos, com uma política de agressão, que atenta contravalores como a liberdade, a democracia, a tolerância, a igualdade, e a defesa da vida e da dignidade humana.

A reação governamental contra as manifestações que ocorrem contra o regime opressivo vivido em todo o país tem sido completamente desproporcionada.

Para além de cortarem a Internet em todo o Irão, as respostas das forças de segurança, aquando dos protestos da população, têm resultado em dezenas de vidas perdidas.

A morte de Mahsa Amini tornou-se num símbolo contra a opressão que se vive no Irão. E, portanto, é essencial destacar a coragem das mulheres que saem às ruas, sabendo que enfrentam uma possível morte.

Esta luta, é uma luta muito desigual, mas necessária, e como tal, é fundamental que haja solidariedade internacional.

Já vimos ao longo da história muitas situações em que, sem esta solidariedade, é muito difícil aos povos que querem resistir dentro destes regimes opressivos avançarem para uma solução democrática e justa.

A luta das mulheres no Irão tem sido acompanhada por diversas manifestações, em muitos países, demonstrando solidariedade com a sua luta, contra o regime opressivo que desrespeita a dignidade das mulheres, não lhes permitindo nem o direito de escolha acerca do seu corpo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Continuamos, no século XXI, com mulheres que morrem exatamente por que são mulheres e como tal, têm de ser submissas às regras impostas por homens. Mahsa morreu porque não colocou devidamente, segunda as regras do Irão, o hijab.

Temos que juntar a nossa, às vozes destas pessoas que querem que os direitos e as liberdades sejam garantias, e, como tal, saudá-las, num gesto simbólico, pela coragem de se manifestarem contra a violência do regime teocrático do Irão.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de saudação pelos homens e mulheres que lutam pela defesa dos direitos das mulheres no Irão.

Horta, 20 de outubro de 2022

O Grupo Parlamentar do BE/Açores: António Lima e Alexandra Manes

Deputadas Ana Luís e Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Senhora Deputada Délia Melo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

As imagens que nos chegam do Irão deixam-nos indignados e incrédulos, porque em pleno século XXI ainda assistimos a essas ações atrozés, a uma morte que aconteceu, única e exclusivamente, pela colocação incorreta de um véu, segundo as regras do Irão.

Nós compreendemos que o lenço poderá ser um símbolo de expressão religiosa e cultural, mas nada justifica que as mulheres sejam brutalmente reprimidas pelo mau uso do lenço.

Portanto, aquilo que aconteceu aqui foi uma clara e grave violação dos direitos humanos e aquilo que aconteceu com esta jovem de 22 anos levantou uma grande onda de solidariedade por todo o mundo, com forte expressão no Irão.

As manifestantes correram sérios riscos, mas ainda assim vieram à rua manifestar a sua solidariedade. Isso também é motivo de admiração;...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... admiração por um povo que luta pela liberdade, pela igualdade, pela justiça e pela paz e por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do PSD também se associa a este voto, porque também está solidário com esta causa.

Deputados João Bruto da Costa e Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Efetivamente verificamos que no Irão existem regras, regras que atentam contra a autodeterminação individual dos seus cidadãos.

Obviamente que o CDS está contra isso. Somos um partido que se preza pelos valores da liberdade e da autodeterminação.

Portanto, obviamente, vamos votar favoravelmente este voto porque nos associamos a essa causa mundial. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Tomo a palavra, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em primeiro lugar, para felicitar o Bloco de Esquerda, e a Senhora Deputada Alexandra Manes, pela iniciativa de apresentar este voto.

E se é certo que de entre o Grupo Parlamentar do PS muitas e muitos Senhores/as Deputados/as poderiam ter tomado a palavra, faço-o, porque este voto e as circunstâncias, a situação que lhe subjaz, vão muito para além das fronteiras do género, ou das fronteiras do território.

É, no fundo, uma questão de direitos humanos.

É, no fundo, a questão desta Assembleia, como assembleia política que é, expressar também uma posição política quando está em causa a morte e a repressão de um ser humano, apenas porque não se veste da forma como aqueles que detêm o poder entendem que se devia vestir.

E isto tem a ver com direitos humanos, sobretudo com direitos humanos. É, no fundo, uma questão que extravasa também o território, porque isto não tem a ver com o Irão. Isto tem a ver com cada um de nós, tem a ver com aquilo que nós entendemos que dever ser a sociedade, o mundo em que vivemos e se pactuamos, ou não pactuamos, com estas circunstâncias em que a liberdade mais elementar é condicionada, é posta em causa, é suprimida por

parte de quem tem o poder e em função de uma determinada concepção ideológica.

Mas saúdo o Bloco de Esquerda e a Senhora Deputada Alexandra Manes pela iniciativa deste voto, porque, ultrapassando a fronteira do género e do território, esse voto tem também um sentido de muita atualidade.

Tem sentido de muita atualidade, porque quando por todo o mundo assistimos, aqui e ali, ao crescimento do obscurantismo, ao crescimento do extremismo, daqueles que pretendem condicionar as liberdades mais elementares, no caso, tem a ver com a liberdade de se vestir como muito bem entender, mas também o condicionamento de outras liberdades há muito dadas por adquiridas, é importante que este Parlamento, como assembleia política que é, possa também dizer o que entende e possa também tomar uma posição, porque é também daí que deriva, a nossa natureza e a nossa legitimidade como Assembleia política que somos.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Senhor Presidente.

Nesta matéria, que tem a ver com a situação concreta do Irão, mas com tantas outras questões e com tantos outros exemplos, mais perto e mais longínquos, de crescimento, de obscurantismo, de cercear, expressa ou tacitamente, aquelas que são liberdades básicas do ser humano, o que me preocupa, o que nos deve preocupar, não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PPM também se associa a este Voto de Saudação pelos manifestantes que lutam pelos direitos das mulheres no Irão e em todo o mundo, porque há imagens que nos mostram que este é já um protesto que é realizado em grande parte do nosso planeta.

Mas é evidente que estas manifestações devem ser valorizadas pelo facto de ocorrerem no Irão, com um regime repressivo, com uma teocracia. Não é fácil. E os manifestantes, como em qualquer ditadura, correm riscos muito grandes por simplesmente protestarem contra as autoridades estabelecidas, contra o poder ditatorial que preside, neste momento, aos destinos do Irão.

Mas esta questão do estatuto das mulheres, não é uma questão apenas do Irão. Também sucede na Arábia Saudita, por exemplo, em muitos outros países islâmicos, em que o estatuto da mulher é um estatuto subordinado, é um estatuto tutelado e em que, verdadeiramente, às mulheres é retirado um conjunto de direitos que nós já alcançámos no mundo ocidental.

Há quem diga, quem defenda a tese do relativismo cultural, ou seja, que não devemos imiscuir-nos naqueles que são os costumes e as tradições de uma parte destes povos.

Mas a verdade é que há países islâmicos que os avanços foram muito significativos nesta matéria e eu estou absolutamente convencido que nesta questão não devemos ceder a estas correntes que nos dizem que estes são os hábitos e os costumes desta região. Os direitos das mulheres devem ser defendidos como direitos universais que devem estar vigentes em todos os locais do nosso planeta e todos nós nos devemos bater para que estes direitos sejam instituídos e prevaleçam em todas as zonas do nosso planeta e que todas as mulheres possam usufruir desta autonomia e deste conjunto de direitos.

Trata-se, por isso, de defender que esta questão, como muitas outras na história anteriormente (a questão da escravatura; existiam muitos países que tentaram instituir como uma tradição, ou como direitos específicos), esta luta, foi ganha, ou em grande parte ganha.

Também aqui, nos direitos das mulheres, trata-se de uma batalha, uma batalha que só se ganha quando esse direito for um direito universal e devemos fazer tudo por isso. Mas é mais fácil para nós vivermos em democracia. Muito mais difícil é para quem tem que combater por estes direitos, manifestar por estes direitos, com fortes represálias de um sistema teocrático, de um sistema ditatorial. Muito obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Chega também se associa a este voto. E mais do que isto também, quase a título pessoal, muitas vezes confunde-se aquilo que é uma religião, que é o islamismo, com os atos praticados pelos radicais que dizem que é em nome desta religião.

E eu como católico, também *mea culpa* faço quando nós, cristãos, em nome da fé, muitas vezes praticamos maus atos.

Tenho o maior respeito por todas as religiões que praticam o bem e que olham para o seu semelhante de forma igual, de forma equilibrada, de forma justa, democrática, como queiram.

Quanto às mulheres, cada vez mais na sociedade, na nossa sociedade, com as conquistas que vamos tendo, às vezes já nem pensamos tanto nisto. E bem, as mulheres foram ganhando aquele que é o espaço delas por direito: o espaço de convivência são, saudável, com direitos e regalias e deveres, tal como qualquer ser masculino.

E num país que se mata alguém, porque o costume é diferente, eu também não consigo aceitar, eu também não consigo defender que numa sociedade que os costumes vão contra as regras daquilo que é o que nós sentimos ser o certo, que isto possa ser um ato vil de matar outra pessoa, ou de maltratar outra pessoa. E atenção: não é só no Irão!

Já acontece na Europa.

Nós não gostamos de falar disto, nós fingimos que não existe, mas esse islamismo radical que nos entrou pelas portas dentro, já é praticado. É ir aos bairros de Paris, é ir aos bairros de Bruxelas. Isto não é aceitável.

Nós temos que viver com as regras de cada lugar. Nós não podemos aceitar as regras, enfim, bárbaras, de outros lugares, mas também não as podemos importar.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E termino já, Senhor Presidente.

Não podemos importar tudo: e vem o bem, e vem o mal.

Nós não queremos o mal da nossa Terra; não gostamos de o ver na terra dos outros.

E assim nos associamos. E que as mulheres e os homens sejam sempre tratados de forma justa, até pelos princípios que acredito: os princípios de igualdade e do cristianismo.

Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Atingimos a nossa hora regimental, vamos fazer o nosso intervalo para almoço. Eu precisava de falar um assunto com os líderes. Agradecia que se abeirassem da Mesa.

Eram 13 horas e 02 minutos.

(Após o intervalo os Deputados Marco Costa e Tiago Branco ocuparam o seu lugar na Mesa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Entramos na Agenda da Reunião com a apresentação de iniciativas em plenário, pedidas pela Representação Parlamentar da IL e pelo Senhor Deputado Independente.

Vamos começar pela primeira que deu entrada: **Apresentação em Plenário do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 74/XII – “Cria o SIFROTA – Sistema de Incentivo à Renovação das Frotas dos Operadores de Tráfego Local da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do IL.

Deputado Nuno Barata (IL): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

“Melhorar o sistema de transportes e as suas estruturas é o nosso desígnio”. Estava escrito, e está escrito, no capítulo dos transportes, no Programa do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores, apresentado e aprovado nesta Assembleia, em novembro de 2020.

Na senda desse pressuposto já está adjudicada a realização de um estudo sobre modelos de transporte marítimo de mercadorias entre o continente e os Açores, a conhecida capotagem insular, e entre as nossas ilhas arquipelágicas, o conhecido tráfego local. É certo que é mais um estudo, é mais um empurrar para a frente de soluções que são necessárias encontrar.

Importa, por isso, não descurar que, apesar de concorrencial, o modelo atual de transporte marítimo de mercadorias impõe aos operadores de capotagem insular uma série de obrigações, como a realização de vários toques em todas as ilhas e a garantia de preços iguais, independentemente da ilha de destino ou da origem da mercadoria, seja ela em Lisboa ou em Leixões.

Há ainda a considerar que a operação portuária, na maioria dos portos comerciais da região, não se encontra dotada de equipamentos em terra que permita uma operação do navio sem que ocorra a utilização de meios próprios, ou seja, a utilização de navios com grua, condicionando assim o tipo de navio a utilizar e que obriga ao recurso de navios cada vez mais obsoletos e escassos no mercado internacional.

Nesse particular, estamos no terceiro mundo.

Apesar das limitações que lhes são impostas, os operadores marítimos de capotagem insular têm, grosso modo, cumprido com as suas responsabilidades no mercado concorrencial e muitas vezes abaixo do preço de custo.

Por outro lado, o sistema de transportes de mercadorias interilhas é também assegurado por empresas de tráfego local que realizam ligações marítimas regulares entre as diferentes ilhas da Região Autónoma dos Açores.

Hoje, de manhã, aprovámos, por unanimidade, um voto de congratulação à passagem dos 175 anos da empresa Transportes Marítimos Parece Machado, que é um bom exemplo disto que aqui acabei de dizer.

Estas empresas de tráfego local, apesar de prestarem um serviço complementar essencial, também completamente privado e não subsidiado por dinheiros públicos, padecem atualmente de um problema significativo que condiciona a sua operação.

O envelhecimento e a desadequação das suas frotas, o velhinho Baía dos Anjos é bom disso sinal.

Este problema (importa lembrar) resulta de um constrangimento que foi criado ao longo dos últimos anos por anteriores governações, que tinham como objetivo investir na construção de navios para transporte de passageiros, viaturas, mercadorias em carga rodada entre as diferentes ilhas do arquipélago, numa operação que se realizaria durante todo o ano, a manutenção de um sistema privado concorrencial e não subsidiado, nem pelo Estado, nem pela região.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O sistema de transportes marítimos de mercadorias entre o continente e a região e a ligação interilhas, independentemente dos modelos que venham a ser indicados pelo estudo recentemente adjudicado, deve assentar nessas premissas que a Iniciativa Liberal disse há pouco: a manutenção de um sistema privado, concorrencial e não subsidiado, nem pelo Estado, nem pela Região.

Deve assentar também na receção e exportação das mercadorias de/e para Lisboa e Leixões, a partir dos portos açorianos, onde são movimentadas cerca de 80% do total dessas mercadorias, e deve assentar ainda em viagens semanais entre o continente e a Região Autónoma dos Açores.

Isso é, em traços gerais e na visão da Iniciativa Liberal, a cabotagem insular passa a ser assegurada diretamente dos portos nacionais para os portos de

Ponta Delgada e Praia da Vitória, onde as mercadorias chegam ao início da semana, sendo as cargas destinadas à questão das ilhas transportadas por operadores de tráfego local.

Assim se garantirá maior regularidade de ligações necessárias ao abastecimento de todas as ilhas e à exportação dos produtos nelas produzidos, assegurando-se também, na mesma semana, que todas as ilhas recebem carga do continente e consigam enviar carga para o seu exterior, o que neste momento, como é conhecido por todos, não acontece.

No entanto, para que tal operação seja possível, importa que as empresas de tráfego local tenham condições de proceder a investimentos de renovação da sua frota.

Nesse sentido, torna-se necessário criar um sistema de incentivos de base regional (já que o de base dos fundos comunitários não é possível) que dará um contributo essencial à melhoria significativa da operação do transporte marítimo de mercadorias interilhas.

É com esta visão reformista e de futuro que a Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal apresenta esta proposta de criação do SIFROTA, Sistema de Incentivos à Renovação das Frotas dos Operadores de Tráfego Local da Região Autónoma dos Açores.

Com este sistema de incentivos regional abre-se a possibilidade aos operadores de tráfego local de realizar os investimentos na renovação e adequação das suas frotas, abrindo-se assim a possibilidade ao transporte misto, ou seja, à aquisição de embarcações de transporte de mercadorias, viaturas e passageiros.

Poderão candidatar-se a esses incentivos, caso venham a ser aprovados, empresas com sede na região, única e exclusivamente, visando a renovação das frotas destinadas à operação do tráfego local, podendo as embarcações a adquirir serem novas ou usadas.

A natureza do investimento proposto reveste a forma de apoio não reembolsável de 75% do total do investimento realizado.

O sistema de incentivos deve vigorar pelo período de 4 anos, envolvendo uma verba total que ronde os 4 milhões de euros.

A Iniciativa Liberal não tem dúvidas: saibam os operadores de tráfego local aproveitar os incentivos, que se estão agora a desenhar, e a região, brevemente, terá uma melhoria significativa ao nível do transporte marítimo de mercadorias, de passageiros, interilhas e da região com o exterior.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Alguns dirão que esta não é uma medida liberal. A diferença está entre a vontade de estimular as empresas a serem capazes de servir os Açores, ou a intenção do Estado passar a vida a dar-lhes uma esmola. É verdade.

Nós propomos um inovador sistema de estímulo. Outros no passado davam subsídios por portaria que criavam e mantinham dependências.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): É verdade!

O Orador: Nós propomos um sistema de incentivos para a renovação da frota, estimulando até a entrada de novos *players* no mercado, porque só assim se pode chegar a um mercado liberalizado.

Outros no passado pagavam aos instalados, uma espécie de rendimento social de sobrevivência, dando-lhes apoios à manutenção da frota, velha, obsoleta e ultrapassada.

Não serve de nada apresentar propostas de votos de congratulação pelos 175 anos de funcionamento e depois, à saída da sala, criticar a operação.

Só teme o liberalismo, quem teme a liberdade, porque julgo que ninguém nesta sala temerá a liberdade (apelo ao sentido de responsabilidade do mesmo) à visão de futuro, à capacidade reformadora e à libertação de dogmas que possam privilegiar pequenos interesses, em vez de potenciar a melhoria

do desenvolvimento económico e social de todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores.

Só assim se conseguirá promover o desenvolvimento de um sistema de transportes marítimo de mercadorias sustentável, fomentar uma redução dos custos, permitindo uma melhoria das acessibilidades e frequências a todas as ilhas, melhorar a regularidade e a previsibilidade tão importante na economia do serviço e a estabilidade da segurança das operações a realizar. Disse.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado. Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições para eventuais pedidos de esclarecimentos.

Parece que não existem. Vamos então passar à outra iniciativa que vai ser apresentada nesta altura: **apresentação em Plenário do Projeto de Resolução n.º 140/XII – “Criação de apoio monetário para combate ao declínio demográfico”**. É uma iniciativa apresentado pelo Senhor Deputado Independente. Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado para a sua apresentação. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A criação de um apoio monetário para o combate ao declínio demográfico reveste-se da maior importância na nossa região.

Como todos sabemos, infelizmente todas as ilhas dos Açores padecem de um declínio demográfico que tem vindo a acentuar-se ano após ano.

Por isso entendemos que é da maior urgência que se crie algo que seja diferenciado, algo que permita aos açorianos ter confiança no futuro e perceber que esta terra tem condições para dar confiança, para dar futuro aos seus filhos. O declínio demográfico é talvez, e no meu entender, o principal responsável pelo insucesso de uma sociedade.

Uma sociedade envelhecida não consegue projetar investimentos transgeracionais, não consegue introduzir confiança nas famílias, nas

empresas e em todo o setor social, não consegue justificar investimentos de maior dimensão, não consegue, a prazo, inverter o seu próprio ciclo de declínio.

Por outro lado, ou contrariando isso, o investimento demográfico torna-se fundamental para manter a média etária de uma sociedade, assegurar o povoamento, justificar investimentos, introduzir confiança na sociedade, nas empresas e nas instituições sociais, assegurar o crescimento socioeconómico, tornar a sociedade competitiva e adequada aos tempos futuros.

Permite ainda perpetuar os valores culturais e sociais das nossas terras. Permite ainda manter associações desportivas, associações culturais, associações sociais que tão bons serviços prestam à nossa sociedade.

Por esta razão, entendo que é tempo de, e uma vez que estamos em vésperas de discutir o Plano e Orçamento para o próximo ano, alertar o Governo para que nos documentos provisionais para o próximo ano acautele a dotação necessária a pôr em prática um programa de combate a este mesmo declínio demográfico, porque o combate ao declínio demográfico, tem de ser encarado como um desígnio importante para a nossa sociedade, porque esse combate ao declínio demográfico terá de ser, no meu entender, algo que seja permanente, pelo menos durante um longo prazo de tempo, de forma a que assegure às famílias e a toda a sociedade um ambiente de confiança, a que elas também façam o seu projeto de vida, que possam ter os seus filhos, que possam perceber que por parte do Estado há a devida atenção nesse investimento social, que é constituir uma família e ter filhos.

Esse investimento que deverá ser feito pelo Governo, como eu disse, deve ser algo que perdure no tempo, algo que pelo menos tenha um horizonte temporal nunca inferior a 4 anos, que seja aplicável desde a gravidez até pelo menos o período em que as crianças entram no pré-escolar, porque são alturas da vida em que as famílias têm de, por um lado, custos mais acrescidos na educação dos seus filhos, mas também, e não podemos esquecer disso, que há

as despesas relacionadas com a gravidez, há as despesas relacionadas, infelizmente, com o facto de ainda não termos uma rede de creches e jardins de infância que dê cobertura a toda a sociedade e por isso temos famílias na nossa região que, infelizmente, ainda hoje não têm um lugar para pôr os seus filhos nas creches e, por essa razão, têm que pagar custos acrescidos para poderem, no fundo, arranjar alguém que tome conta dos seus filhos. Portanto, no meu entender, é que não tendo ainda a Região condições para proporcionar igualdade de tratamento a todos os filhos desta terra, nomeadamente nas creches, mas também no atendimento nos centros de saúde, através dos médicos de família, que seja a região a assumir também a sua quota de responsabilidade pelo facto de não dispor esse tipo de condições a todas as famílias.

Por isso, entendo que é tempo de alertar o Governo Regional neste sentido. Este Projeto de Resolução tem esse objetivo e pretende materializá-lo, em tempo, em Projeto de Decreto Legislativo Regional, porque é da maior importância que nos foquemos no declínio demográfico da nossa região, porque isso é algo que não tem preço.

No meu entender, qualquer medida que possa custar 2 a 3 milhões de euros por ano à região, num Orçamento e Plano Regional, que ronda quase os 2 milhões, eu acho que a aplicação de 1 por 1000 milhões de euros, ou 2 por 1000 milhões de euros, num investimento nos nossos filhos, nos filhos dessa terra, não será por certo dinheiro mal empregue.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições para eventuais pedidos de esclarecimento ao autor.

(Pausa)

Não havendo, vamos, então assim avançar na nossa Agenda. Vamos terminar o ponto em que estávamos ontem, quando encerrámos os nossos trabalhos, que é o ponto 6: **“Quinta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de julho, que aprova o Estatuto do Serviço Regional de Saúde dos Açores.**

A Mesa não tinha mais inscrições na altura. Pergunto se há mais inscrições? Vamos então passar às votações?

Vamos começar, naturalmente, por votar a primeira iniciativa.

Faz favor, Senhor Deputado Carlos Furtado.

(* **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Sr. Presidente, eu tinha-me inscrito.

Presidente: Tinha-se inscrito, para?

(* **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Para uma intervenção.

Presidente: A respeito do diploma de ontem? Faz favor, tem a palavra.

(* **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O diploma que esta tarde estamos a acabar de discutir, apresentado pelo Partido Socialista, com várias propostas de alteração, nunca será um diploma justo.

Para que fosse justo, era preciso que toda a Região fosse igual, que todas ilhas tivessem um hospital e tivessem Centros de Saúde, que todas as ilhas tivessem o mesmo número de médicos especialistas, que todas as ilhas tivessem todo um conjunto de serviços e de disponibilidade de serviços que existe na ilha maior, na Ilha de São Miguel.

Portanto, tudo o que aprovarmos aqui nesta Casa será seguramente sempre algo que nunca fará justiça para com todos os açorianos.

Aquele que nasceu numa ilha mais pequena e que lá vive terá sempre os constrangimentos do facto de não viver numa ilha grande, porque não tem hospital.

Mas não podemos aqui, neste momento, discutir só exclusivamente a justiça. Temos que discutir o mal menor.

Eu estou em crer que o mal menor, neste caso, será conforme a primeira proposta de alteração que foi apresentada, em que não se podendo proporcionar todas as mesmas condições de acesso ao serviço de saúde aos açorianos, pelo menos vamos tentar compensar aqueles que são todos os dias discriminados pelas circunstâncias da vida, que vivem nas ilhas mais pequenas.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Assim será.

Portanto, e em função disto, devo dizer que apesar de não ser uma solução perfeita, eu acho que o mais adequado neste momento é aprovar a isenção das taxas moderadoras nos centros de saúde das ilhas mais pequenas e deixar que nas ilhas onde tem hospital continue a existir as taxas moderadoras, porque só dessa forma poderemos não proporcionar a justiça que queríamos, mas a solução menos mal.

E nesse pressuposto julgo que devemos todos pôr a mão na consciência e perceber que, se não podemos ajudar a todos, ajudemos pelo menos alguns.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos então passar à votação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Vamos votar na generalidade, naturalmente.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII, apresentado pelo PS, foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 Deputado Independente e 1 voto de abstenção do Chega.

Presidente: Tendo sido aprovado na generalidade, vamos passar ao debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, falta a votação da proposta de substituição.

Presidente: Teríamos que votar se essa tivesse sido rejeitada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Segundo o 136.º são votadas e depois uma passa à especialidade!

Presidente: Ok. Para não haver dúvidas, vamos votar a proposta de substituição integral, apresentada pela Comissão de Assuntos Sociais.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao Projeto Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII, apresentada pela Comissão de Assuntos Sociais, foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM e 1 Deputado Independente, 25 contra do PS, 1 da Iniciativa Liberal e um do PAN e um voto de abstenção do Chega.

Presidente: Tendo então sido aprovada as duas, na generalidade, vamos fazer uma terceira votação para decidir qual é que segue para a especialidade, começando naturalmente pela primeira que deu entrada, pelo Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam que seja este o diploma a passar à especialidade, façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Senhor Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Na votação de decisão de qual das propostas segue para a especialidade, o Projeto Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII, apresentado pelo PS, foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 Deputado Independente e 1 voto de abstenção do Chega.

Presidente: Muito bem, agora, sim, vamos passar à votação e debate na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos começar por votar, em relação ao artigo 1.º do diploma, a proposta de alteração apresentada pela Iniciativa Liberal ao n.º 2, com aditamento das alíneas a), b), c), d), e), f), g), h), i), j), k), l), m) e n).

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pela Iniciativa Liberal ao n.º 4 do artigo 1.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM e 1 Deputado Independente, 25 a favor do PS, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN.

Presidente: Vamos então votar a proposta de alteração apresentada ao mesmo número pelo Bloco de Esquerda.

Está à votação uma proposta do Bloco de Esquerda, apresentada ao n.º 4.º, do artigo 1.º.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS-PP, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente, 25 contra do PS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto de abstenção do Chega.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo IL, ao n.º 5 do artigo 1.º do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 1.º do diploma, com estas propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O artigo 1.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os artigos 2.º e 3.º não foram alvo de propostas de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os artigos 2.º e 3.º, do diploma.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: Os artigos 2.º e 3.º colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manterem como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 58/XII, foi aprovado por unanimidade, em votação final global.

Presidente: Sr. Deputado Tiago Lopes, para a declaração de voto, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O diploma agora aprovado por esta Assembleia, no entendimento do Grupo Parlamentar do PS, é um diploma melhorado, porque recebeu os contributos de outros partidos com assento nesta Casa.

É um diploma mais ajustado, atendendo àquilo que nós tivemos a oportunidade de explicar na apresentação da nossa iniciativa, por via daquilo que foi, e é, a conjuntura pandémica, bem como a crise inflacionista.

No entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, era uma situação que se impunha de ajustamento daquilo que é o regime de taxas moderadoras, neste momento, praticado na região, em oposição àquilo que é praticado em território continental.

Portanto, é uma situação que é necessário corrigir e que, por esta via, pela iniciativa que hoje foi aprovada, o irá ser, infelizmente em 2023, pese embora, se tivesse havido iniciativa do Governo, pudesse já estar em vigor.

Deste modo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, coerente com aquilo que foi também a sua posição e a sua iniciativa em 2020, quando foi a data da última revisão do atual regime (a recordar que, na altura, por proposta do Bloco de Esquerda, por proposta do Partido Socialista, é que foi revisto o regime que se encontra atualmente em vigor), coerente com o seu passado, com o presente e com aquilo que nós perspetivamos para o futuro, esteve, está e estará sempre ao lado dos açorianos, em defesa dos interesses e das necessidades dos açorianos.

É por esse motivo que, no entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, não importa, neste momento, que este tal regime possa trazer menos receita para o Governo, desde que efetivamente isso signifique menos despesa para as famílias. E, portanto, é isso que nós temos em mente. É isso que é o nosso fio condutor da nossa, da nossa política e da nossa ação e, portanto, saudar a iniciativa que acaba de ser aprovada nesta Casa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Não havendo, vamos avançar e conforme deliberou a Conferência de Líderes, a pedido do Governo Regional, nós vamos agora passar ao ponto 14 da nossa Agenda: **Reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2022 – “Procede à Organização do Trabalho Médico Suplementar nos Serviços de Urgência e de Atendimento Permanente do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma dos Açores”.**

Regem estas matérias dos artigos 142.º e 143.º do nosso Regimento.

Em sede de Conferência de Líderes, os trabalhos foram organizados da seguinte forma:

No debate na generalidade, apenas pode intervir o autor, e uma senhora ou senhor deputado por cada grupo e representação parlamentar.

Os tempos foram assim distribuídos: os Grupos Parlamentares e o Governo dispõem de 5 minutos cada e as representações parlamentares de 3 minutos.

Está aberto o debate.

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Nós reapreciamos, hoje, um diploma que foi aprovado nesta Casa, e que teve, é certo, o voto contra do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, à data, e que foi vetado pelo Senhor Representante da República.

Neste diploma, no veto, foram apontados vários problemas que enformava o diploma aprovado (o decreto aprovado) e vários deles tinham sido já apontados pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, no debate.

No entanto, não foi esse o entendimento da maioria que aprovou a proposta como estava.

Em primeiro lugar, a falta de audição dos sindicatos, que, em nosso entender, foi também uma falha e é uma falha deste Parlamento.

Uma vez que dizer-se que a audição pública cumpre, e poderá cumprir, formalmente aquilo que é efetivamente legalmente exigido, aprovar uma alteração destas que influi diretamente na vida pessoal, na vida familiar, na vida laboral, da classe profissional em questão, dos médicos, mas também que influi nos cuidados de saúde, não é, em nosso entender, responsável.

Em segundo lugar, a proposta, ao retirar limites ao trabalho suplementar dos médicos, quaisquer limites, e era disso que estávamos a falar, era obviamente

um atentado aos direitos do trabalho, não só dos médicos, mas diria até de todos os trabalhadores, porque é uma exceção gravíssima que se abriria.

Em terceiro lugar, o perigo e os problemas que isso geraria nos cuidados de saúde prestados no Serviço Regional de Saúde.

Neste momento, estamos perante uma reapreciação, com uma proposta de alteração aprovada, por maioria, na Comissão de Assuntos Sociais e proposta pela coligação.

No entanto, nós continuamos não só a discordar da proposta que é apresentada, mas também da forma como estamos a reapreciar este diploma.

Não foram novamente ouvidos os sindicatos por decisão da Comissão.

Ora, como já referimos, não é de forma alguma aceitável que este diploma seja aprovado, sem essa audição.

Os sindicatos não devem ter apenas a oportunidade de se pronunciar. Eles devem ser chamados a se pronunciar, devem ser convocados a se pronunciar e, se não quiserem se pronunciar, então que o digam em viva voz, e bem alto, para que todos saibamos o que é que pensam e da sua ausência de pronúncia e ninguém aqui, nem o Governo, nem de nenhum de nós, fala pelos sindicatos, ou por outra qualquer entidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor quer obrigar os sindicatos a pronunciar!

O Orador: Por isso, essa audição é essencial para a decisão desta Casa.

Se os sindicatos dos médicos não quiseram se pronunciar, então temos que ser nós, como é óbvio, a decidir.

Em segundo lugar, a proposta da coligação não faz mais do que tentar fingir que impõe limites, ao não impor quase limites nenhuns.

Senão vejamos:

Para além das 150 horas já previstas, o limite legal, 150 horas de trabalho suplementar, a coligação quer que seja possível fazer mais de 624 horas para além desse limite.

A somar às 40 horas de trabalho semanal, que os médicos já têm, nós estamos a falar de 366 dias de trabalho, sem férias e sem fins de semana. É isso que significa o número de horas que a coligação quer tornar possível serem realizadas pelos médicos no Serviço Regional de Saúde.

E, como é óbvio, isso coloca não só problemas do ponto de vista laboral, mas também e, acima de tudo, problemas sobre a segurança e sobre a qualidade dos cuidados de saúde prestados no Serviço Regional de Saúde.

Não pode este Parlamento decidir sobre esta matéria sem ouvir quem tem a responsabilidade do ponto de vista laboral, mas também diria, a própria Ordem dos Médicos, tem que dizer o que é que pensa destes limites e destes números horas.

Por esse motivo, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda não irá votar favoravelmente esta confirmação, com ou sem propostas de alteração. É um voto de responsabilidade, não só pelos direitos laborais, mas também pela segurança e qualidade daqueles que são os cuidados de saúde prestados no Serviço Regional de Saúde.

E não há urgência que justifique que não se possa perder mais uma semana para ouvir quem tem responsabilidades também nessa matéria. Não há urgência que não permita que, em novembro, não estejamos aqui novamente a debater já, com a informação toda, porque como referi, ninguém fala pelos médicos, nem o Governo, nem nenhum deputado aqui dentro.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem agora a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal em sede de comissão votou a reconfirmação desse diploma, não obstante, o Senhor Representante da República ter tido alguma razão, porque não está referido, no preâmbulo, nem em parte nenhuma do

diploma que ele esteve em discussão pública, mas o que é facto é que ele esteve em discussão pública. E eu até percebo a preocupação do Senho Deputado António Lima relativamente aos sindicatos, mas nos países que são governados por partidos e por sistemas políticos como o Bloco de Esquerda, não existem sindicatos. É muito mais fácil de governar.

Deputado António Lima (BE): Sr. Deputado, diga qual é o país!

O Orador: A liberdade de associação é restrita. Felizmente, são cada vez menos países que se encontram nestas circunstâncias.

Deputado António Lima (BE): Qual é o país, diga lá?

O Orador: A Albânia, a Venezuela e mais, e mais, e mais, e mais e mais.

Mas há aqui outras questões que estão em causa. Nós não podemos passar a vida (nós, parlamentares, no sistema parlamentar, como é o nosso) a demitir-nos da nossa responsabilidade de legisladores e a pedir opinião a tudo o quanto mexe.

Nós não temos a obrigação... Aliás, mais! Nós temos a obrigação de sabermos legislar e pormos o diploma à consulta pública, e os sindicatos têm a obrigação de ir à consulta pública dizer o que pensam sobre o diploma.

Não somos nós que temos que ser paternalistas ao ponto de dizer assim: Não! Os sindicatos andaram distraídos; os sindicatos não souberam que o diploma estava em consulta pública. Temos que chamar os sindicatos. Nós temos que ser os “paizinhos” dos sindicatos.

Não! Porque quando é para destratar os senhores deputados, os sindicatos estão na primeira fila da frente.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Os sindicatos estão na primeira fila da frente, como estiveram ainda há dias na Comissão de Economia, para destratar o legislador e o legislador não pode andar aqui com paninhos quentes com quem não está cumprindo a sua função,...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: ... que é acompanhar o que está aqui feito e o que está em consulta pública.

Os sindicatos, neste assunto, como em outros, têm declinado a sua responsabilidade, porque ficam à espera que nós, paternalisticamente, vamos lá dizer: “venham aqui as criancinhas, dizer o que é que querem; o papaizinho está aqui para fazer o que a criancinha quer”.

Não é assim que funciona na democracia parlamentar e nós temos que assumir as nossas responsabilidades como legisladores.

Vou repetir mais uma vez, Senhor Deputado: o Estado português não é corporativo. O Estado corporativo morreu há 74-75, felizmente. Nós não podemos passar a vida a dizer que não temos capacidade de legislar, sem ouvir as corporações. Não pode ser assim!

Mas há aqui neste diploma ainda mais uma questão e nas preocupações do Bloco de Esquerda, então, há uma questão enorme.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: É o seguinte: o Bloco de Esquerda está preocupado com as horas extraordinárias, está preocupado com o trabalho a mais nos serviços de urgência.

Deputado António Lima (BE): Está preocupado com a segurança dos utentes!

O Orador: O Bloco de Esquerda, o que quer dizer é, se tiver alguém a morrer à porta do serviço de urgência, não se faz horas extraordinárias. Fica a morrer à porta da urgência!

Deputado António Lima (BE): É com a segurança dos utentes que estamos preocupados!

O Orador: Era o que mais faltava!

A segurança do utente... A hora extraordinária, se é feita, é porque necessária ser feita.

A questão é mesmo essa: é pela segurança dos utentes, que é preciso aumentar o número de horas extraordinárias.

Este diploma não obriga ninguém a fazer horas extraordinárias.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Este diploma o que dá é liberdade ao cidadão médico, ou enfermeiro, de fazer as horas extraordinárias.

Não obriga ninguém a fazer as horas extraordinárias.

Agora o que eu não posso é limitar as pessoas de estarem disponíveis para fazer mais um esforço para o Serviço Regional de Saúde.

Aquele esforço que o Serviço Regional de Saúde precisa e que nós, legisladores, aqui nessa Casa, passamos a vida a exigir do Governo.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Quando o Governo dá oportunidade de se resolver um pequinho do assunto, e é só um pequinho do assunto, aqui d'El Rei, estão obrigando as pessoas a trabalhar!

Ninguém obrigado ao trabalho suplementar!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: Ninguém é obrigado ao trabalho suplementar. Faz trabalho suplementar quem quer.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhor Membros do Governo:

Relativamente a esta reapreciação tenho que dizer que o Senhor Representante da República, por um lado, tem razão no preâmbulo por outro,

e na minha opinião e das opiniões, neste caso, de pessoas técnicas, temos uma interpretação totalmente diferente, tanto que o próprio ACT já define, já quantifica, a quantidade de horas.

Não podemos é estar a quantificar horas em cima de horas. Por isso eu não concordo com o veto do senhor Representante da República. Também não concordo com a alteração que é aqui apresentada.

Mas eu quero dizer também, muito rapidamente, que o Bloco de Esquerda diz de uma forma, quase, como se estivéssemos aqui a obrigar os médicos a fazer horas extraordinárias, ou, neste caso, que haja pelo menos que ter o cuidado...

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

O Orador: Pela sua matemática está a mostrar que eles não têm férias, não tem absolutamente nada; que dormem no hospital o ano inteiro.

Deputado António Lima (BE): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Não foi isso que disse, mas foi isso que quis transparecer. Há aqui uma grande diferença na nuance.

Mas o que o Bloco de Esquerda quer é o seguinte: porque os médicos vão estar no hospital à mesma, independentemente deste diploma for aprovada ou não. Isso é o que vai acontecer. Os médicos vão estar no hospital à mesma, mesmo que as horas extraordinárias não tenham uma majoração, que nós queremos que tenha a majoração, porque eles vão estar lá.

O que é que vai acontecer? Com esta limitação, neste caso com esta alteração que nós estamos a apresentar aqui, vai acontecer uma coisa: fica limitada, além das 150 horas, neste caso a 151.^a, que devia ser voluntário (e vou repetir, é voluntário, tem mais de 96 horas em cima)...

Deputado António Lima (BE): São 625! Não é 96!

O Orador: 96 horas, é 8 semanas.

O que é que vai acontecer? Nós vamos ultrapassar, completamente e rapidamente, esse horário.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Vamos perguntar, o que é que vai acontecer ao médico do Corvo? O médico do Corvo chega depois à 96.^a hora e vai-se embora, porque não pode fazer mais extraordinário.

O que é que vai acontecer?

O Bloco de Esquerda está a defender os precários. E porque é que defende os precários?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E isto é importante, porque no Acordo Coletivo de Trabalho, os tarefeiros não são obrigados a cumprir as 150 horas do ACT.

E então o Bloco de Esquerda quer que os tarefeiros possam substituir os médicos e que façam de forma precária, porque não têm contrato de trabalho, as horas extraordinárias, que o Bloco de Esquerda não quer que os médicos façam.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A verdade é esta: o que nós aqui estamos a discutir não tem a ver com sindicatos, tem a ver com uma coisa muito simples, o bem-estar das pessoas. E o bem-estar das pessoas é ter saúde e poder ter acesso a um médico. Aqui criou-se um mecanismo de ultrapassar algumas barreiras e podermos ter os médicos a fazer, porque não temos médicos. A verdade é esta! E como diz o outro, “quando não há até o Rei perde”.

A verdade é que aqui a preocupação, que devia ser com os açorianos, devia ser com os doentes, passou a ser se os sindicatos vão ou não vão.

Eu estou a borrifar-me para os sindicatos!

Deputada Alexandra Manes (BE): O seu partido está a criar um sindicato!

O Orador: Eu quero é saúde para os açorianos. O resto, para mim, é secundário. Eu não quero saber.

Os senhores preferem defender a “vaca sagrada” e deixar as pessoas a morrer, porque não temos médicos.

Ó senhores os açorianos estão acima disto tudo e já diz o “Marrafa”: isto deixa-me doente dos nervos!

Tenham lá paciência!

Deputada Alexandra Manes (BE): Senhor Deputado, o seu partido está a criar um sindicato! Que incoerência!

Deputado José Pacheco (CH): Mas é um sindicato de gente séria!

Deputada Alexandra Manes (BE): Ah! Acha que nos outros sindicatos não têm pessoas sérias!

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados.

Deputado José Pacheco (CH): A senhora quer ir para lá?

Presidente: Senhor Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Nós estamos a tratar da vida dos açorianos! Coitada da velhinha!

Presidente: Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e nesta reapreciação, consideramos que há três aspetos que importa relevar.

O primeiro, é que efetivamente o CDS tem tido sempre uma posição de bastante bonomia, ou seja, não gostamos de fazer um ataque *ad hominem* ao Representante da República, mas efetivamente, neste particular, o senhor Representante da República estará certamente equivocado.

Terá razão, o senhor Representante da República, na questão do preâmbulo não estar mencionado efetivamente ter existido a audiência pública. E a questão das audições públicas, importa lembrar ao senhor Deputado António Lima e ao Bloco de Esquerda, que elas existem exatamente para que todo e qualquer cidadão, não só as corporações, se possam manifestar.

Ainda no diploma anterior deveríamos ter questionado se foram ouvidos todos e qualquer utente acerca da isenção ou não isenção.

Devíamos perguntar aos 250.000 açorianos, se estavam a favor ou contra de qualquer isenção e em que moldes e em que unidades de saúde? Ou seja, foi para isso que nós fomos eleitos.

E o legislador quando legisla coloca a audiência pública exatamente para que haja um escrutínio da sociedade civil e das corporações da sociedade civil acerca daquilo que possam ser as falhas do legislador. É isso que acontece.

Deputado António Lima (BE): A partir de agora não existem mais audições, decidimos tudo sozinhos!

O Orador: As audições, Senhor Deputado, servem exatamente para nós sermos esclarecidos sobre aquilo que possam ser eventuais....

Deputado António Lima (BE): Ah! Quando dá jeito já podem ser ouvidos!

O Orador: Servem sempre! As audições servem sempre.

Deputado António Lima (BE): Mas posso discordar ou não?

O Orador: Não nos podemos é escusar do dever de legislar e de resolver os problemas sob a justificação de que não foram ouvidos, ou que não foi dada oportunidade a algum sindicato, ou alguma corporação não ser ouvida.

Deputado António Lima (BE): Tenho o direito de discordar ou não tenho?

O Orador: O senhor tem todo o direito de fazer tudo e dizer tudo aquilo que lhe apetecer.

É a democracia! Essa é a democracia! E eu tenho o direito de discordar e de lhe justificar, por que motivo é que em nenhum momento houve qualquer corporação, ou qualquer entidade pública nesta Região, de ser ouvida e de se pronunciar sobre este diploma. Esse é que é o facto, Senhor Deputado.

Continuando, o Bloco de Esquerda vem dizer que o senhor Representante da República lhes dá razão.

É mentira! E é importante que isto fique registado, porque o Bloco de Esquerda é contra toda e qualquer hora extraordinária que vá além daquilo que está no Acordo Coletivo de Trabalho. Isto é um facto. Por isso, vir colar-se a uma decisão do Representante da República é falso, é falacioso e é um oportunismo político do Bloco de Esquerda.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente aos limites do trabalho e a perigosidade de retirar limites ao trabalho suplementar, eu gostava de perguntar ao Bloco de Esquerda e ao senhor Representante da República, é o que é que acontece quando um trabalhador exerce 150 horas no privado e depois vai trabalhar para o público?

Ou seja, o que é que está em causa? É a segurança do utente, mas é a segurança do utente se ele for funcionário público, porque se ele ocupar e se ele acumular funções privadas com públicas, já não há problema. Ele pode trabalhar 48 horas seguidas e depois vir fazer banco na urgência, porque aí já não conta.

Deputado António Lima (BE): É isso que o senhor quer!

O Orador: Não, não! Isso é o que diz o senhor Representante da República e o Bloco de Esquerda.

A questão constitucional nem sequer se coloca. Uma coisa é dizer que há uma entidade empregadora que obriga um funcionário trabalhar. Isso será certamente inconstitucional, será atentatório dos direitos do trabalho.

Agora dizer que alguém pode, deliberadamente, dizer, “eu quero trabalhar” ou “eu não quero trabalhar”, isso não é atentatório. O direito a trabalhar deve ser um direito salvaguardado, ao contrário daquilo que o Bloco de Esquerda pretende.

E devo dizer-lhe, Senhor Deputado António Lima, que veicula aqui as preocupações do senhor Representante da República, que o próprio Sindicato dos Médicos tem minutas no seu *site* e todos os médicos têm conhecimento, de aceitação e de recusa do trabalho suplementar. E a recusa do trabalho suplementar prevalece sobre tudo e qualquer ordem de um qualquer superior. O dia em que o médico disser que não quer fazer horas extraordinárias, assina o seu

termo de recusa e não as faz. É só!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E era isso que, na verdade, devíamos estar a votar hoje.

Mas a realidade é que a responsabilidade obriga-nos a não causar um problema no Serviço Regional de Saúde e a que nós chegamos a janeiro e possa haver efetivamente pessoas a trabalhar dentro dos limites que nós agora estamos aqui a definir.

Mas a realidade – e eu vou lhe fazer as contas, Senhor Deputado António Lima – é que um médico na Unidade de Saúde do Corvo, ou na Unidade de Saúde da Ilha do Pico, tem um potencial de horas extraordinárias,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E termino Senhor Presidente.

... à semana, de 126 horas.

Ora, começamos o ano. Tem 150 por ano. Faz 150 na primeira semana. Ou seja, havia um potencial de 126, ele não faz as 150, faz 126. Numa semana e meia fez as 150, com as 96, são 2 semanas. Eu pergunto-lhe: quem é que vai estar na urgência nas restantes 6 semanas?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem! Exatamente!

O Orador: Se o senhor fizer o rácio, estamos a falar de um rácio de mais de 10 médicos.

O Centro de Saúde do Corvo tinha que ter 11 médicos para garantir um serviço 24 horas; o serviço do Centro de Saúde da Madalena tinha que ter 11 médicos.

O que lhe pergunto, Senhor Deputado, é onde é que estão esses médicos? Tem os no bolso? É isso que eu lhe pergunto.

E a questão do perigo?

Por isso, e para terminar, Senhor Presidente, o que eu tenho a referir é que efetivamente, neste momento, o que está em causa é nós termos uma legislação que possa dar enquadramento, no próximo ano, à prestação de cuidados e a garantir que os serviços de urgência permanecem abertos com um trabalho voluntário, porque, obviamente, os médicos não são obrigados a fazer mesmo estas 96 horas que aqui estão, porque eles podem se recusar a qualquer momento...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... mas é para permitir que pelo menos o Serviço Regional de Saúde possa pagar condignamente àqueles médicos que se disponibilizarem a fazer este trabalho extraordinário.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde é muito importante e o contributo de todos é salutar.

É oportuno ainda, de forma breve, lembrar que temos assistido, no último ano e meio, a um reforço do Serviço Regional de Saúde, por forma a dar melhor resposta ao utente.

A exiguidade de médicos no Serviço Regional de Saúde levou à dependência das empresas de prestação de serviços, como, praticamente, o único meio para assegurar os serviços de urgência de alguns hospitais e de unidades de saúde.

A exiguidade dos médicos do Serviço Regional de Saúde, importa lembrar, são também fruto da ausência de medidas concretas para a resolução deste problema, que já se adivinhava e que tardámos em colmatar, e conduziu-nos a esta crescente dependência das empresas, como único meio para assegurar os nossos serviços.

Relativamente à proposta que aqui agora apreciamos, penso que importa resumir o processo que nos levou até aqui hoje, um processo longo, porque data de novembro, a entrada da primeira iniciativa do PAN que trazia soluções para resolver este problema e que, ao fim de um ano, continuamos a ter dificuldade em concretizá-lo.

O Decreto Legislativo Regional n.º 22/2022, procede à Organização do Trabalho Médico Suplementar nos Serviços de Urgência e de Atendimento Permanente do Serviço Regional de Saúde, foi aprovado, por maioria, nesta Casa, no dia 6/09/2022, enviado para assinatura de Sua Excelência, o Representante da República nesse mesmo mês, o que lhe mereceu um veto e solicitou a sua reapreciação, dando conta das razões que motivaram a sua decisão.

A Comissão de Assuntos Sociais, reunida a 17 de outubro, e conforme ponto único da Agenda, reapreciou, relatou e emitiu um parecer sobre este diploma. Tendo sido apresentada uma proposta de alteração que dava resposta e acolhia, com naturalidade, as sugestões propostas pelo senhor Representante da República, mereceu, também em Comissão, os votos a favor do PSD, CDS-PP, Chega, IL e a abstenção do PS, dos partidos que têm direito a voto na Comissão de Assuntos Sociais.

Desde o início, aquela que foi a nossa intenção, ao acompanharmos a proposta do PAN, foi efetivamente evitar disrupções nos atendimentos de urgência, garantindo melhores condições para que os médicos se sentissem recompensados e pudessem colmatar aquelas que eram as necessidades visíveis nos serviços de urgência. Esta proposta de substituição foi conversada, articulada, pelo que é um somatório de vários *apports* e sugestões entre as partes.

Relativamente à recomendação dos limites máximos, concordamos com as intervenções anteriores, que denotam que efetivamente poderá haver alguma falta de conhecimento por parte do senhor Representante da República das

especificidades do nosso arquipélago e, portanto, a questão do teto máximo, a qual não existia no Decreto Legislativo Regional que aqui foi aprovado, tinha exatamente em conta essas particularidades e por isso estava subjacente em princípios de voluntariedade e, como tal, não fixava um limite de horas.

Uma das observações do Representante da República prendia-se com o facto de não haver menção no seu preâmbulo em que moldes haviam sido auscultados os representantes dos sindicatos e, lamentando, que não tenhamos sido devidamente rigorosos, talvez na forma como transmitimos esta informação, e exatamente por terem sido auscultados os representantes dos sindicatos em audições que foram bastante exaustivas aquando da discussão da apreciação do Projeto de Resolução do PAN, que versava exatamente a majoração monetária, que é o objeto que aqui apreciamos.

E, portanto, entendemos que eventualmente o acréscimo no preâmbulo de uma introdução em como foram observados os requisitos da participação dos representantes dos trabalhadores, decorrentes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, satisfazerá a sugestão do senhor Representante da República. Lembro também que para além da audição com a Ordem dos Médicos e Representantes de Estruturas Sindicais,...

Presidente: Agradeço que termine.

A Oradora: Já termino, Senhor Presidente.

... foram ouvidos, aquando da discussão em Comissão, este diploma esteve em apreciação pública de 8 de julho a 8 de agosto, durante 30 dias, não tendo merecido qualquer parecer desfavorável por parte das estruturas sindicais naquilo que era o período próprio para isso.

Termino dizendo que esta é, a nosso ver, uma proposta que efetivamente garante manter o normal funcionamento dos serviços, evitando as situações que assistimos no continente e que efetivamente repõe justiça e recompensa os médicos, que, para além das 150 horas que já estão plasmadas na lei em

vigor, que se voluntariem para prestar mais horas extraordinárias, colmatando as necessidades dos serviços de urgência.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Tiago Lopes faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Fazendo aqui uma breve e resumida retrospectiva histórica, este diploma que agora foi devolvido à Assembleia, vetado por Sua Excelência, o Representante da República, teve a sua origem num Projeto de Resolução apresentado nesta Casa, que foi aprovado, que fazia uma recomendação ao Governo relativamente ao trabalho suplementar médico prestado no Serviço Regional de Saúde.

Dessa recomendação surgiu uma proposta apresentada pelo Governo, que foi analisada e discutida na Comissão de Assuntos Sociais, tendo, no momento oportuno e devido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Comissão de Assuntos Sociais, ter solicitado e proposto, como diligência, a auscultação das estruturas sindicais representativas dos médicos, aqui, na região, diligência essa, diga-se de passagem, chumbada pelos partidos com acento e direito a voto na Comissão de Assuntos Sociais.

Da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nós compreendemos as questões e as reservas apresentadas por Sua Excelência, o Representante da República.

É na sequência do documento e da apreciação que o mesmo fez relativamente ao diploma que vetou, na passada segunda-feira, na última reunião da Comissão de Assuntos Sociais, foi-nos apresentada a proposta que nós temos neste momento em apreciação, cerca de 20 minutos antes do início da reunião, que tivemos oportunidade de dizer, na Comissão de Assuntos Sociais, que nos suscitava questões e que nos levantava algumas reservas relativamente ao articulado que a mesma dispunha e que tínhamos de, com sentido de responsabilidade, analisar e apreciar essa proposta para que nos pudéssemos pronunciar, favoravelmente ou negativamente, ou mesmo até apresentar propostas de alteração.

Analisada a proposta que foi apresentada na Comissão de Assuntos Sociais, vemos um pouco daquilo que também vimos e discutimos no ponto anterior e que foi discutido, durante a sessão plenária de ontem, relativamente às taxas moderadoras.

Há aqui uma falta de conhecimento também daquilo que é a situação vigente no Serviço Regional de Saúde.

A proposta apresentada e que nós temos aqui em apreciação refere, no seu ponto 2, que “a prestação de trabalho suplementar, nos termos do disposto no presente artigo, pressupõe que, atingido o limite anual previsto no Acordo Coletivo de Trabalho da carreira especial médica...”. É aqui que eu quero chegar e quero aqui acentuar. Importa aqui dizer, e lembrar eventualmente aos mais esquecidos, que, desta forma, não contemplamos os médicos que exercem funções nos três hospitais da região, porque não contempla aqueles que estão vinculados por contrato individual de trabalho e que integram, não a carreira especial médica, mas a carreira médica.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Mas isso já fazem, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, a proposta apresentada neste momento, não satisfaz, efetivamente, todas as situações, nem aquilo que foi apresentado, por Sua Excelência, o Representante da República, nem, por outro lado, aquilo que efetivamente é a situação das duas carreiras médicas que existem no Serviço Regional de Saúde.

Portanto, desta forma, importa ter isto em consideração. Coexistem duas carreiras na Região, a carreira especial médica e carreira médica, que contempla os médicos que optaram por não transitar para o regime do contrato individual de trabalho, aquando da transição dos hospitais para entidades públicas, empresas empresariais e depois, então a carreira médica para as admissões posteriores a essa transição e que são vinculados por contrato individual de trabalho.

Portanto, é nesse sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como eu disse e como nós tivemos oportunidade de chamar a atenção na Comissão de Assuntos Sociais, porque não se pode aqui, sim, fazer propostas avulsas, sem a devida apreciação, nomeadamente em termos jurídicos, daquilo que é, como eu disse, a situação real do Serviço Regional de Saúde e das duas carreiras médicas que coexistem, feita essa análise, e essa apreciação, com a devida responsabilidade, como eu disse, é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma proposta a esta Casa que conforma efetivamente com essa situação real e que responde àquilo que foi a posição e as questões levantadas por Sua Excelência, o Representante da República.

Consideramos assim, é o nosso entendimento, que esta sim, é uma é uma proposta que responde às necessidades, às questões que foram levantadas e que não difere daquilo que é a realidade e as necessidades que são prementes no Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Começo por dizer isto, porque tenho mesmo que o dizer, para ficar de consciência tranquila.

Trata-se de um veto político por parte do Senhor Representante da República, e o PPM, desde há muito (estamos aqui há quatro legislaturas), que tem uma posição sobre esta matéria. Nós discordamos que o Representante da República tenha esta competência do ponto de vista político.

Consideramos que afeta o funcionamento da autonomia – ponto n.º 1.

Ponto n.º 2 – o Governo e algumas das forças políticas aqui representadas, prepararam uma iniciativa que respondia a uma questão e a necessidades práticas.

Já aqui foi dito que a verdade é que numa situação ideal, de enorme solidez das finanças públicas regionais, e também com uma enorme oferta de médicos, seria possível aplicar algumas das teorizações que o senhor Representante da República faz no seu veto político.

Mas a verdade é que as questões, em política, são feitas de questões concretas.

Esses médicos, pura e simplesmente, não existem. Não existem!

E mais do que isso!... É preciso ter em conta também a realidade muito concreta da Região Autónoma dos Açores, que tem 9 parcelas territoriais, com populações diferentes, com respostas diferentes e com necessidades, do ponto de vista de trabalho médico, diferentes.

E algumas delas com enormes, enormes, enormes dificuldades em conseguir captar os recursos especializados que necessitamos nas diversas áreas e nesta área, em especial na área da saúde.

Portanto, isto exigia que o Senhor Representante da República, que já cá exerce os poderes há muitos anos, tivesse um conhecimento concreto da realidade específica e das dificuldades específicas que a região enfrenta.

E neste veto o que fica demonstrado é que esse conhecimento sobre as dificuldades específicas que as nossas ilhas enfrentam, o senhor Representante da República não tem esse conhecimento, ou pelo menos não o valoriza.

E a questão aqui é: e quando com estas regras e com esta legislação faltarem médicos para realizar este trabalho suplementar nos serviços de urgência e nos atendimentos permanentes? O que é que vai acontecer?

De quem é a responsabilidade? De quem é a responsabilidade pelas dificuldades que inevitavelmente vão surgir?

De quem é a responsabilidade política?

Quem é que responde pelas dificuldades que vão surgir quando as populações não tiverem a resposta que necessitam ter?

De quem é a responsabilidade política?

De quem é? Quem é que tem essa responsabilidade?

Quem é que não olhou para as necessidades da população e para a situação concreta? A questão é essa.

E, portanto, este veto político acarreta também grandes responsabilidades políticas: quando as coisas começarem a falhar, quando os utentes não tiverem a resposta que necessitam, quem é que irá sofrer as consequências políticas?

Para quem é que as pessoas, para quem é que as populações devem olhar também, não só, mas também?

Deve ser, evidentemente, para o senhor Representante da República, que tem aqui as suas responsabilidades.

Terceiro ponto:

O terceiro ponto tem a ver com a questão das alterações que o Partido Socialista aqui propõe; uma breve análise, porque estas alterações acabaram de entrar.

É preciso dizer,...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: E termino, Senhor Presidente,

... que estas alterações não acrescentam absolutamente nada, mas absolutamente nada, em relação às alterações que já foram propostas por parte dos partidos da coligação.

Deputado Tiago Lopes (PS): São duas carreiras, a especial e a carreira médica!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Secretário Regional da Saúde e Desporto, faça o favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo: Estamos aqui no âmbito de um debate estritamente parlamentar e de natureza parlamentar. A partir do momento em que há o pedido de reapreciação por parte do Senhor Representante da República, está nas mãos do Parlamento a abordagem feita sobre esta matéria. Por isso mesmo, o Governo Regional reservou-se para esta fase final do debate, por consideração exatamente por esta prerrogativa parlamentar deste debate.

No entanto, e para efeitos de esclarecimento, gostaria só de dar aqui algumas notas sobre aquela que é a perspetiva do Governo sobre este assunto.

Desde logo, este é um assunto que mereceu a atenção do Governo Regional, a preocupação deste Governo Regional, desde o início das suas funções, num

trabalho que foi feito de levantamento de horas extraordinárias, de horas de trabalho suplementar, de valores, dos custos... Tudo isto foi sendo feito ao longo do tempo.

Entretanto, com reuniões com os sindicatos e com a Ordem dos Médicos também sobre esta matéria – e devo dizer que, por exemplo, estava aqui a ver as minhas notas e uma das reuniões foi no dia 20 de janeiro deste ano, exatamente sobre esta matéria, com os dois sindicatos e com a Ordem, ao mesmo tempo – houve aqui uma tentativa de envolver os representantes dos trabalhadores, porque temos a consciência de que neste momento o Serviço Regional de Saúde não tem condições para que os serviços médicos sejam prestados apenas no âmbito do trabalho normal, sem recurso a horas extraordinárias ou a prestação de serviços. É a situação que temos.

Está a ser feito um esforço muito grande do governo e das unidades de saúde para contratar mais médicos, para que sejamos cada vez menos dependentes de trabalho suplementar. E a nossa preocupação aqui é só uma, resolver problemas de forma que não aconteça na região aquilo que acontece todos os dias a nível nacional, que são serviços de urgência todos os dias encerrados e as pessoas a terem grande dificuldade para aceder aos cuidados de saúde. E para que isso não aconteça na região, daí a nossa preocupação em avançar com este Projeto de Decreto Legislativo Regional, na sequência da Resolução apresentada pelo PAN e aprovada aqui nesta Assembleia.

Devo dizer que o caminho é, de facto, a contratação de mais e mais médicos. Conforme já tive oportunidade de referir só até 30 de junho, isto é, em menos de um ano e meio, já há no Serviço Regional de Saúde mais 73 médicos do que havia quando este Governo iniciou funções.

São 73 médicos. Não são os suficientes, mas é já um número significativo de mais médicos no Serviço Regional de Saúde.

Para além destes mais 73 médicos que estão no Serviço Regional de Saúde, do que estavam em 20/11/2020, estão a decorrer procedimentos de

contratação de mais médicos, do Corvo a Santa Maria: no Corvo, nas Flores, no Pico, no Faial, na ilha Terceira (vão entrar em funções mais 4 médicos de medicina geral e familiar), na Graciosa (iniciou esta semana um médico de medicina interna), em São Jorge (estão a decorrer concursos), na ilha de São Miguel (está a decorrer um concurso para medicina geral e familiar, mais 8 médicos), em Santa Maria (temos a boa notícia de que no concurso que está aberto,...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ... há um médico internista interessado e que possivelmente vamos ter finalmente um médico internista na ilha Santa Maria, o que significa que, para além daqueles que já estão contratados e os procedimentos que estão a decorrer, sentimos que estão a ser criadas condições para sermos cada vez menos dependentes do trabalho suplementar e, sobretudo, das prestações de serviço. Porquê?

Porque limitando o trabalho suplementar corria-se o risco de acontecer o que está a acontecer a nível nacional, que é, os médicos do Serviço Regional de Saúde rescindem com o Serviço Regional de Saúde para ficarem em regime de prestação de serviços e aí prestarem as horas todas sem qualquer limite. E é para evitar exatamente esta decorrência, que não é fortalecedora do Serviço Regional de Saúde, que entendemos, por necessário, este regime de trabalho suplementar médico.

E para finalizar, devo dizer que o pressuposto da nossa iniciativa, dos debates e da relação com os profissionais de saúde, nunca foi, nem nunca sequer isso foi entendido pelos próprios profissionais de saúde, de obrigar quem quer que seja a prestar trabalho suplementar. Isto nunca esteve em causa.

Bem pelo contrário, são os médicos que, percebendo que devia haver algum atraso na aprovação deste diploma, nos solicitavam para acelerarmos, na medida daquilo que é das nossas competências e responsabilidades, este

processo, porque são os médicos que têm interesse em que se realize esse trabalho suplementar,...

Deputado António Lima (BE): Onde é que isso está escrito?

O Orador: ... exatamente para que os médicos dos Açores não tenham, em trabalho suplementar, uma remuneração muito diferente daquela que acontece no resto do território nacional, incluindo também a Região Autónoma da Madeira.

E é apenas com este propósito de resolver problemas, de criar as melhores condições para os profissionais de saúde prestarem o seu trabalho e para que os cidadãos açorianos tenham as melhores respostas, que entendemos a necessidade de regular o trabalho suplementar médico com esta marca de situação de excecionalidade, e sobretudo com o compromisso de continuarmos este processo de contratarmos cada vez mais médicos para o Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado.

Feito o debate na generalidade, vamos passar à especialidade.

Cada Grupo e Representação Parlamentar tem 3 minutos para esse debate na especialidade, se assim entenderem, e deve incidir sobre os artigos que são alvo de propostas de alteração, apenas e só.

Sr. Deputado Nuno Barata, pediu a palavra?

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Temos uma proposta de alteração do Partido Socialista, que foi distribuída, entretanto. É para discutir essa proposta de alteração em alternativa à outra?

Presidente: Eu não controlo os tempos em que os partidos apresentam as suas propostas de alteração.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Temos três minutos na especialidade.

Presidente: Sim, temos três minutos na especialidade.

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Então estou inscrito.

Presidente: Faz favor. Tem a palavra.

Deputado Pedro Neves (PAN): Mas não votamos na generalidade?

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Já estamos na especialidade. O senhor estava distraído, por isso é que eu fiz a pergunta.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Na verdade, e na nossa opinião este primeiro ponto da proposta de alteração do Partido Socialista que abrange o ponto 1 e o ponto 2 da proposta da Comissão, no nosso entender, não faz sentido, na medida em que vai incluir, passe a expressão, no mesmo saco, aqueles médicos que estão no ACT e aqueles que estão fora do ACT e que neste momento já podem fazer 200 horas e isto aí reduziria o número horas que esses médicos poderiam dar ao Serviço Regional de Saúde.

Deputada Ana Luís (PS): É além do limite, Sr. Deputado!

O Orador: No entanto, já no caso do n.º 2 da proposta do Partido Socialista, que é o n.º 3 da proposta da Comissão, a redação parece-me melhor do que de facto a redação da Comissão. E, nesse sentido, a Iniciativa Liberal irá votar favoravelmente a proposta do n.º 1 da Comissão e a proposta do n.º 2, que será o n.º 3.

Portanto, n.º 1 n.º 2 da Comissão e a proposta do n.º de número 3, que será a redação do n.º 2 do Partido Socialista.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Membros do Governo: Apesar do Senhor Deputado dizer que eu estava distraído, mas nós não votámos na generalidade. Tenho dúvidas relativamente a isso, porque estamos a discutir na especialidade, mas ainda não votámos na generalidade.

Presidente: O erro foi meu,

O Orador: Não sei como é numa reapreciação. Tenho essa dúvida, por isso é que eu queria perguntar à Mesa.

Obrigado.

Presidente: Eu errei, porque não reconfirmámos o diploma e depois é que se inicia o debate na especialidade. Eu esqueci-me.

Portanto, é isso que vamos fazer neste momento.

Vamos proceder à votação na generalidade, que versa sobre a reconfirmação do Decreto Legislativo Regional.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, com o devido respeito, e tenho pouca experiência parlamentar.

Parece-me que a partir do momento que confirmarmos o diploma, não tem discussão na especialidade.

Presidente: Tem, tem.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Mas isto sou eu. Há aqui gente com mais experiência do que eu, desse ponto de vista.

A partir do momento em que confirmarmos o diploma com o relatório da Comissão não há discussão na especialidade. Foi por isso que foi muito rápido a pedir palavra na discussão na especialidade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Há, há.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Ah, não há, não!

Não há, não!

Nós vamos confirmar. Nós não estamos a votar na generalidade. Nós estamos a confirmar um diploma que já está votado na generalidade e já está votado na especialidade.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Veja o que o regimento diz: art.º 143.º, n.º 4!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A lógica é igual.

Presidente: É sim, Sr. Deputado. Nós temos que reconfirmar o diploma primeiro e depois...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Artigo 143.º, n.º 4

Presidente: ... vamos discutir e votar as propostas de alteração.

Então vamos votar a reconfirmação do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2022, de acordo com o artigo 143.º, n.º 3, do nosso Regimento.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Senhora e o Senhor Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 22/XII, na votação na generalidade, foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Agora, sim, reconfirmado o diploma, temos a discussão e o debate na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

Deputado Nuno Barata (IL): E eu? Não tenho tempo?

Presidente: Tem direito. Faz favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Senhor Deputado Vasco Cordeiro, diz que não com a cabeça. É só para saber. Se consideram que está feito, está feito.

Agora, se não está feita, tenham paciência, é para fazer.

Como disse há pouco, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo, a proposta que deu entrada do Partido Socialista, na verdade, o seu n.º 1 que engloba os n.ºs 1 e 2 da proposta da Comissão...

Deputada Ana Luís (PS): É para além do limite do ACP, Sr. Deputado!

O Orador: Oh, minha senhora, é para além do limite que está no ACT, mas põe no mesmo saco os que estão abrangidos e os que não estão abrangidos pelo ACT. E os que não estão abrangidos pelo ACT, neste momento, podem fazer 200 horas de trabalho extraordinário. E essa é que é a questão.

Já o n.º 2 da redação do Partido Socialista, que é o n.º 3 da redação da Comissão, na nossa opinião, está mais bem redigido, digamos, do que o da Comissão.

E, neste sentido, a Iniciativa Liberal vai votar na especialidade o n.º 1 e o n.º 2 da proposta que vem da Comissão que subscreveu na Comissão e o n.º 2 da proposta do Partido Socialista.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Exatamente como disse no início, vou votar favoravelmente a reapreciação, obviamente, mas não posso obviamente votar a favor onde haja limitação sobre a própria limitação do ACT, independentemente se é a proposta do Governo que se cinge apenas ao Acordo Coletivo de Trabalho, seja do PS, que se cinge ao Acordo Coletivo de Trabalho, bem como aos médicos que têm, não uma definição das 150 horas, mas sim as 200 horas, porque eu não concordo com a limitação posterior àquilo que já está definido por lei.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu peço a palavra porque efetivamente, após a intervenção do Senhor Deputado Nuno Barata, que subscrevo, queria apenas esclarecer, do ponto de vista formal da votação, porque, do ponto de vista do teor, o ponto 2 do Partido Socialista é equivalente ao ponto 3 da proposta que saiu da Comissão. E era apenas para garantir se, ao aprovarmos o ponto 1 e 2 da Comissão, que é essa a intenção do Grupo Parlamentar do CDS, poderemos na mesma votar o ponto 2 do Partido Socialista, uma vez que é o que tem o teor do número 3? Efetivamente, o CDS está inclinado a subscrever o ponto 2 do Partido Socialista, aliás, à semelhança daquilo que foi a intervenção do Senhor Deputado Nuno Barata, porque é uma questão de teor e não de numeração, porque a proposta do Partido Socialista obviamente vem numerada como assim o entendeu, e bem (óbvio), não poderia meter número 3 e omitir um qualquer número, mas do ponto de vista formal, de teor e conteúdo, que isso também o Regimento prevê, mas é apenas única e exclusivamente para garantir que estamos todos na mesma página, ou pelo menos o CDS está na mesma página que a Iniciativa Liberal, porque foi o entendimento que obtivemos da intervenção do Senhor Deputado Nuno Barata, mas garantir que isso é possível, ou que pelo menos é para efeitos de redação final, não estamos aqui a prejudicar, por uma qualquer proposta, com a qual até gostaríamos de votar, que neste caso é a n.º 2 do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Senhor Deputado Rui Martins, o entendimento é que, sendo aprovada a segunda proposta, a do Partido Socialista, ela prejudica a proposta feita ao mesmo número da CAS e a número 3.

Deputado Pedro Neves (PAN): Se for aprovada.

Presidente: Se for aprovada.

Faz favor. Para?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Uma interpelação à Mesa acerca do mesmo assunto.

Presidente: Faz favor.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Se não estarei equivocado, a proposta da Comissão será a primeira a ser votada.

Presidente: Certo.

O Orador: Em caso até de ser aprovada, prejudicaria, desde logo, a proposta de alteração do Partido Socialista, não é?

Mas se fizermos uma votação por pontos, uma vez que o n.º 2 do Partido Socialista é do teor da n.º 3 da Comissão, parece-me que deveríamos votar. Ou seja, a aprovação do n.º 1 e do n.º 2 da proposta da Comissão é que prejudica o n.º 1 da proposta do Partido Socialista. Se é que me faço entender.

Neste momento, já não podemos fazer alterações. Então, apelava, e parece-me que, do ponto de vista da coligação e subscrevendo (julgo que posso falar nesse sentido, porque estamos na mesma página) aquilo que disse o Deputado Nuno Barata, efetivamente concordamos com o Senhor Deputado Nuno Barata quando diz que há uma redação mais abrangente, que inclui exatamente a questão do atendimento permanente, que foi um lapso, da proposta inicial da coligação, aprovada em Comissão e que agora é da Comissão, como é óbvio.

Ou seja, o que apelava era que, pelo menos para efeitos de redação final, uma vez que é esse, no fundo, o foco da concórdia da coligação e do Senhor Deputado Nuno Barata, com este n.º 2 do Partido Socialista, tem a ver com

esta questão do atendimento permanente estar incluído, que nos parece que faz todo sentido, obviamente, porque até foi um lapso.

Muito obrigado, Senhor.

Presidente: Muito obrigado Senhor Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para a especialidade?

Senhora Deputada Salomé Matos.

Deputado Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membro do Governo:

Lamentando que o Partido Socialista tenha, na CAS, se recusado a apresentar uma proposta, ou até mesmo tenha fundamentado o seu voto de abstenção pelo facto de não ter conseguido, avaliar uma proposta que foi entregue 19 minutos antes, muito me surpreende que traga propostas de alteração a um minuto antes.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Apesar disso, e porque vamos conseguir neste tempo apreciar a proposta, reitero...

Deputado Berto Messias (PS): Não vá por aí, Sra. Deputada! A senhora precipitou-se!

A Oradora: ... que, relativamente à nossa proposta de colocar um teto máximo das horas, mesmo sabendo que poderá nos causar alguns constrangimentos, o que está plasmado no diploma nacional, é um período de referência, portanto, vamos votar, obviamente, mantendo a nossa posição relativamente à proposta que saiu da CAS.

Relativamente à outra proposta do PS e que efetivamente corrige e torna com mais clareza o âmbito em que este decreto se vai aplicar, portanto, também entendemos que com esta nova redação fica mais claro.

Obrigada.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Senhor Presidente, peço a palavra para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, eu peço a palavra para uma interpelação para perguntar ao Senhor Presidente, qual é que era a ordem da discussão do ponto que nós temos neste momento em apreço?

Dentro da ordem que estava estipulada na agenda de trabalhos, supostamente, este ponto não era para ser discutido a seguir ao ponto n.º 6, das taxas moderadoras.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem lembrado!

Deputada Salomé Matos (PSD): Mas tomaram conhecimento, não é verdade?

O Orador: Portanto, neste sentido, a acusação, enfim, displicente, deixa-me adjetivar desta forma, da Senhora Deputada Salomé Matos, a dizer que o Partido Socialista tentou fazer o mesmo que o Partido Social Democrata fez na Comissão de Assuntos Sociais, que é enxertar uma proposta a 20 minutos antes do início da reunião, tentou equiparar aquilo que não é comparável.

Deputada Délia Melo (PSD): Não, não! Quatro dias antes!

O Orador: Portanto, este ponto era para ser discutido amanhã dentro da ordem normal da agenda que nós tínhamos para esta sessão plenária e, portanto, neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou a proposta, mas penso que o Senhor Presidente nos poderá esclarecer o porquê do motivo deste ponto ser discutido agora neste momento.

Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Senhor Deputado João Bruto da Costa, pede a palavra para?

Deputado João Bruto da Costa (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, faz favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PS): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Uma interpelação, se me permite, Senhor Presidente, sobre a condução dos trabalhos e o assunto que está em discussão, para um reconhecimento, mas também um reparo.

Reconhecimento, que foi lapso meu, que não informei a Senhora Deputada Salomé, porque fiquei com a ideia daquela reunião que tivemos, em que alterámos a ordem de trabalhos, que tinha sido anunciado...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não foi!

O Orador: ... e como fomos para o almoço, omiti, não informei a tempo a Senhora Deputada e, portanto, o lapso foi meu e peço desculpa, quer à Senhora Deputada, quer à Câmara.

Um reparo: é que o Partido Socialista foi contactado na sexta-feira, sobre esta situação, se tinham propostas de alteração e, portanto, tinham naturalmente sido informados, tanto quanto nós, com suficiente prazo para a questão das propostas e do trabalho que foi feito em comissão.

Portanto, não é verdade que não tenham sido todos contactados e isso é garantido, quer pela Mesa da Comissão, quer no próprio decorrer dos trabalhos.

Deputada Ana Luís (PS): Nunca omitimos isso, Sr. Deputado!

O Orador: É o contrário e é um reparo àquilo que disse o Senhor Deputado Tiago Lopes.

Terceiro aspeto da minha interpelação, se me permite, Senhor Presidente, que é o seguinte:

Para votar esta proposta de alteração e sendo este também um procedimento pouco usado nesta Casa, na verdade, nós temos...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PSD e PS)

Presidente: Senhor Deputado, eu não estou a ouvi-lo. Peço desculpa.

O Orador: ... uma proposta de alteração, do Partido Socialista, com dois pontos, em que o ponto 1 da proposta de alteração do Partido Socialista é referente ao ponto 1 da proposta que vem da Comissão e o ponto 2 da proposta de alteração do Partido Socialista é referente ao ponto 3.

Eu sugeria que votássemos a proposta de alteração do Partido Socialista, ao ponto 1, de seguindo votássemos o ponto 2 da proposta da Comissão, e a seguir votávamos o ponto 2 da proposta do Partido Socialista, que é referente ao ponto 3 da proposta da Comissão.

Deputado António Lima (BE): Não é assim!

O Orador: Se puder ser assim a votação, muito bem. Se não temos de qualquer forma de votar sempre ponto a ponto, uma vez que não há outra alternativa para conjugar as duas propostas, digo eu. Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições para o debate na especialidade?

Senhor Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu não posso deixar de fazer aqui um reparo ao Senhor Deputado João Bruto da Costa, que é líder parlamentar do PSD, que não informou uma deputada sua sobre a antecipação deste ponto.

Portanto, temos uma deputada a discutir um ponto para o qual não estava preparada, e por isso é que nós temos a situação que nós temos neste momento, ou seja, é a mesma situação que aconteceu na Comissão de Assuntos Sociais.

Por falta de preparação, é que se apresentou uma proposta como a que o PSD apresenta e que nós temos neste momento aqui em apreciação.

Eu volto a relembrar, e estamos na discussão da especialidade, que nós temos duas carreiras, neste momento, que regulam a carreira médica na região:

- Temos a carreira especial médica, que são todos os médicos que estão contratados ao regime da Lei Geral do Trabalho em Funções

Públicas, que têm um teto máximo de horas, em trabalho suplementar, de 200 horas e é sobre esta carreira que a versão apresentada na Comissão de Assuntos Sociais, pelo PSD, versa, apenas única e exclusivamente, que é a carreira especial médica, volto a repetir – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, teto máximo de trabalho suplementar 200 horas.

- Depois temos a carreira médica que foi negligenciada.

Deputado Berto Messias (PS): Que é outra carreira!

O Orador: O que é a carreira médica? São todos os médicos que trabalham, que têm vínculo, com contrato individual de trabalho.

E, portanto, estes, sim, é que estão ao abrigo do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e que têm um teto máximo de trabalho suplementar de 150 horas, mas estes não constam aqui. Aliás, têm aqui ainda mais esta situação surreal que é de confundirem ACT com carreira. Misturam os 2 conceitos aqui.

Esquecem uma carreira que é a carreira médica. Falam só na especial, que já está ao abrigo da Lei Geral do Trabalho em funções públicas, com teto máximo 200 horas, e misturou carreira especial médica com o ACT.

O ACT é para a carreira médica que foi negligenciado na proposta que nós temos aqui.

Portanto, o que é que nós estamos aqui a fazer?

Neste atabalhoar que começa a ser, enfim, habitual na coligação e no Governo, na apresentação de documentos em cima do joelho, mal preparados, com erratas consecutivas, umas em cima das outras, estas situações depois levam-nos efetivamente aqui a tomar eventualmente decisões que não têm a devida sustentação jurídica.

Por isso é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Comissão de Assuntos Sociais chamou a atenção que, perante uma proposta que deu entrada 20 minutos antes, não estávamos em condições de nos pronunciarmos.

Deputada Délia Melo (PSD): Porque os senhores quiseram! Não deram entrada porque não quiseram!

O Orador: Senhora Deputada, quer voltar a relembrar a Comissão de Assuntos Sociais? É só ler o relatório.

Nós chamámos a atenção. Perante uma proposta que deu entrada 20 minutos antes, não tínhamos condições para nos pronunciar.

Foi isso que fizemos. E, responsabilmente, analisámos a proposta, e apresentámos a nossa contraproposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Sra. Deputada Délia Melo pede a palavra para?

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** É para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Às palavras do Sr. Deputado Tiago Lopes.

Presidente: Mas “às palavras” é muito genérico.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Continua a acusar o Partido Social Democrata de ter enviado a sua proposta 20 minutos antes da reunião.

Deputada Ana Luís (PS): Isso é um facto!

A Oradora: Mas há factos que foram omitidos e importa repor aqui a verdade.

Presidente: Sra. Deputada, eu não reconheci nas palavras do Sr. Deputado Tiago Lopes, nenhum motivo para esse protesto.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Eu peço desculpa, Sr. Presidente. Ele disse que o nosso trabalho é “atabalhado”.

Portanto, nós não fizemos nenhum trabalho desta forma. Trabalhamos de forma séria e eu gostaria de esclarecer.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Muito obrigada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Senhor Deputado Tiago Lopes insiste em frisar que o PSD enviou uma proposta 20 minutos antes da reunião e insiste em dizer que fazemos as coisas de ânimo leve e que apresentamos trabalho sem pensarmos verdadeiramente nas consequências e sem ser um trabalho sério.

Ora, eu gostaria de manifestar o repúdio total em relação a estas suas palavras, porque estamos aqui a trabalhar para o bem da sociedade...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Orador: ... e estamos aqui a fazer um trabalho sério. E tão sério que é, que quatro dias antes da reunião da CAS, no dia 13 de outubro, às 15:05 minutos,...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... foi enviado um e-mail para o Senhor Deputado e para a Senhora Coordenadora, da parte do PS-Açores, na CAS, a reiterar, porque já tinha havido um telefonema, a nossa posição. Estávamos dispostos a dialogar, a consensualizar uma proposta.

Estávamos à espera de ser contactados para podermos, então, trocar impressões.

Estavam à espera da nossa proposta? Não, porque não foi o que aconteceu com os outros partidos. Quando eu liguei para cada um dos coordenadores e que se mostraram disponíveis, nós estivemos a trabalhar em conjunto e daí nasceu uma proposta comum, com os aportes, e as sugestões de todos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E foi a proposta levada para a CAS.

Portanto, nós não podemos aceitar que o Senhor Deputado Tiago Lopes venha falar mal do nosso trabalho ou venha pôr em causa a seriedade com que nós trabalhamos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Tiago Lopes, querendo, tem direito a um contraprotesto. Faz favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Tendo a oportunidade de fazer este contraprotesto, eu reitero efetivamente aquilo que disse na minha intervenção, porque, aliás, está vertido no próprio relatório da Comissão de Assuntos Sociais.

Portanto, nós chamamos a atenção precisamente para aquilo que aconteceu na Comissão de Assuntos Sociais, de que a proposta tinha entrado há pouco tempo, 20 minutos antes da reunião, não tínhamos tido oportunidade de analisá-la, convenientemente, e, portanto, necessitávamos de tempo para nos pronunciar relativamente à mesma.

Portanto, perante propostas assim feitas do pé para a mão, nós não nos podíamos pronunciar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A vossa entrou agora!

Deputado Berto Messias (PS): Isto era para ser discutido amanhã!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não faça esse discurso! Que arrogância!

Deputado José Contente (PS): Ó Senhor Paulo Estêvão, calma!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quer ser mais sério que os outros!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor pode ser muito rápido, mas vai ter muitos erros também!

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados...

O Orador: Quando eu puder, Senhor Presidente?

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados... Faça favor de continuar, Senhor Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

E, portanto, foi nesse sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dentro da ordem de trabalhos que estava prevista para este plenário, apresentou hoje uma contraproposta relativamente a esta matéria, conforme eu disse, uma proposta que contempla as duas carreiras vigentes neste momento na região, para além ainda de outra situação, que são os tarefeiros, os chamados tarefeiros, aqueles não têm vínculo contratual, nem na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, nem contrato individual de trabalho. Ainda contempla esses, que também falámos há pouco.

Portanto, e é isso que nós aqui fazemos. A proposta que nós apresentamos é precisamente essa: é contemplar todas essas situações que já têm um teto, se for Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, 200 horas, contrato individual de trabalho 150, e para os chamados tarefeiros e para aqueles que ultrapassem eventualmente esse limite, nós, ao contrário daquilo que o senhor Deputado Nuno Barata disse há pouco, propomos um teto de 96 horas para responder àquilo que foi a questão levantada por Sua Excelência, o Senhor Representante da República.

Portanto, a nossa proposta efetivamente é que responde a essas necessidades.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É que é bem feita. Não foi atabalhoada!

Presidente: Tem de terminar, Senhor Deputado.

O Orador: Agora, neste momento, estamos em democracia e, portanto, votaremos em conformidade. Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Senhor Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O que este debate na especialidade nos diz é que nós estamos perante uma enorme irresponsabilidade, pela forma como nós estamos a debater um assunto tão importante, tão delicado, que mexe não só com a vida de muitas pessoas, mas também com os cuidados de saúde na região. E isto que nós estamos a fazer aqui, e tenho vergonha do que estamos a fazer aqui, é uma irresponsabilidade.

Aprovar em Comissão uma proposta à pressa, na segunda-feira, votá-la na quarta, não ouvir ninguém e andamos aqui com uma trapalhada, sem saber como é que descalçam a bota e como é que descalçam a bota de uma proposta mal feita. Isto é uma irresponsabilidade. Ouvir um Governo dizer que falou com a Ordem: fala pela Ordem, fala pelos Sindicatos, é digno de uma ditadura! De uma ditadura!

Isto que estamos a fazer envergonha este Parlamento! E se este Parlamento tivesse um pinga de dignidade baixava este diploma à Comissão e fazia-o como deve ser, do princípio, ouvindo as pessoas e não é desresponsabilizar ninguém.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É fazer Urgência com a porta da Urgência fechada! O senhor quer que as pessoas fiquem à porta da Urgência com a porta fechada!

O Orador: É chamá-los à responsabilidade, dizerem o que pensam, sobre o que vão decidir sobre o Serviço Regional de Saúde.

É chamar os sindicatos, chamar a Ordem, e chamá-los a sua responsabilidade. E é isso que os senhores não querem, porque têm medo.

Têm medo daquilo que vão dizer e daquilo que se possa dizer e daquilo que se possa levantar, mas se tiverem coragem, façam-no.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pede a palavra para?

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Uma intervenção.

Presidente: Já não pode. Nesta fase só pode usar da palavra uma vez.

Sr. Deputado Paulo Estêvão...

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhores Membros do Governo:

Eu gostava de dizer o seguinte: um democrata nunca se envergonha do Parlamento. Nunca!...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu nunca me envergonhei do Parlamento dos Açores.

Aqui estão a ser discutidas, com seriedade, várias propostas. E o que levou a que, quer a coligação, quer o Partido Socialista, e também outros partidos apresentassem aqui propostas, é porque esta questão tem que ser resolvida, porque estamos aqui a defender os interesses dos médicos e dos utentes, fundamental.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Principalmente!

O Orador: Dos utentes! Dos utentes!

Porque estes serviços têm que funcionar e não podem entrar em colapso.

E, portanto, não há aqui nenhuma irresponsabilidade. O que existe aqui é sentido de responsabilidade, sentido de serviço à população e é por isso que nós estamos aqui todos. E, portanto, eu quero, desde já repudiar esse tipo de afirmações.

Nunca temos que nos envergonhar da democracia. As pessoas que estão a ouvir este debate, estão a ouvir diferentes opiniões sobre esta matéria do ponto de vista técnico, do ponto de vista político. Mas este é um debate que tem que ser feito. É um debate que eu não me envergonho que seja feito, com diferentes perspetivas, mas a discussão política democrática que aqui estamos a ter não envergonha nunca este Parlamento e este Parlamento nunca envergonha o povo dos Açores.

Temos discordâncias? Temos! Temos técnicas e políticas, mas o que é importante aqui referenciar é que estamos ao serviço do povo dos Açores e estamos a tentar encontrar a melhor solução. Com rapidez, com celeridade, sim, porque esta questão tem que ser resolvida com celeridade, porque esta questão foi-nos colocada através deste veto político e é preciso resolver isto para que as Urgências não entrem em colapso. Portanto, a irresponsabilidade era não agir de imediato como estamos a fazer.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Senhor Deputado Rui Martins pede a palavra para uma interpelação, faça um favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu faço esta interpelação à Mesa, única e exclusivamente, para que o Senhor Presidente também possa aqui nos ajudar a repor um bocadinho a verdade, porque foi afirmado, nomeadamente pelo Senhor Deputado António Lima, que estava aqui uma grande confusão, que não sabíamos o que é que estávamos a fazer e que devíamos ter vergonha.

Deputado António Lima (BE): A coligação não sabia o que estava a fazer!

O Orador: Além de considerar que isto é grave, considero que não corresponde à verdade, porque a única questão que se levantou para além daquilo que são as interpretações políticas do Partido Socialista e da coligação, relativamente aos pontos que apresentaram, isso fica com cada partido, porque faz a sua interpretação política, a sua leitura e a sua proposta. E não é isso que está em causa. Não estamos a discutir essa questão. A pergunta que eu coloco ao Senhor Presidente é se o que levou a esta

discussão foi, ou não foi, o facto de termos dúvidas quanto à votação, como é que se iria processar e de que forma é que nós poderíamos aprovar uma redação que considerávamos melhor?

Aliás, foi uma questão levantada, na primeira intervenção, pelo Senhor Deputado Nuno Barata, e eu também fiz essa leitura posteriormente, e subscrevi, e a minha intervenção, a intervenção da bancada do CDS, foi exatamente nesse sentido: perceber em que moldes é que se poderia processar a votação.

O ponto segundo, obviamente que o Partido Socialista não poderia obliterar o ponto 2 e meter um n.º 3, porque era do mesmo teor. Fez um diploma bem feito, da maneira que deve ser apresentado, ponto 1 e ponto 2, que era o que queria alterar.

A questão que foi levantada era única e exclusivamente do ponto de vista da votação. E o que eu pergunto e peço à Mesa, peço ao Senhor Presidente, é que esclareça a câmara, e quem nos ouve, se aquilo que estava em causa é isto e que nada têm a ver com aquilo que foi a intervenção desastrosa e triste, que me entristece muito, do Senhor Deputado António Lima.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Senhor Deputado, de facto, havia dúvidas sobre a votação, e foi isso que desencadeou toda esta discussão e este debate.

Eu não sei se já todos participaram no debate na especialidade?

Eu queria era colocar à Câmara uma metodologia para ver se conseguimos votar, e se eu percebi o que é que os senhores pretendem.

Votar as duas propostas, a 1 e 2, que vieram da CAS e a segunda proposta do Partido Socialista, que, em redação final, passaria a 3.

Deputado António Lima (BE): Isso não é possível!

Presidente: Isso não é possível?

Deputado António Lima (BE): Já tinha propostas prejudicadas por essa regra e agora muda!

Presidente: Se todos concordarem, penso que é possível.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Solicito um intervalo regimental de 15 minutos, Sr. Presidente.

Presidente: Está concedido. Voltamos às 17h20.

Eram 17 horas e 10 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares para procedermos à votação.

Eram 17 horas e 37 minutos.

Vou começar por colocar à votação, em conjunto, as propostas de alteração vindas da Comissão de Assuntos Sociais, aos n.ºs 1 e 2.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor de manter como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas colocadas à votação foram aprovadas com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1

do Deputado Independente, 25 votos contra do PS, 1 do PAN e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 3, ao artigo 1.º, efetuada pela Comissão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstêm, façam favor se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi rejeitada 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao n.º 2 do artigo 1.º, que depois na renumeração e na redação final passará a n.º 3.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam façam o favor se manterem como estão.

As Senhoras e os Senhores Deputados que votam contra, faça o favor se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstêm, façam favor se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Votação final global.

As Senhoras e os Senhores Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

As Senhores e os Senhores Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Senhora e o Senhor Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2022, foi aprovada, em votação final global, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 2 votos contra do BE e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está assim discutido e debatido o nosso ponto 14 da Agenda. Avançamos para o ponto 7: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 65/XII – “Aumento do acréscimo regional ao salário mínimo”**.

É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Para a sua apresentação, tem a palavra...

Para uma interpelação?

Faz favor, Senhor Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Senhor Presidente, tem a ver com o anúncio da votação do diploma. Nós não votámos a reapreciação.

Presidente: Votámos o diploma.

O Orador: Já tinha sido votada. Nós votámos...

Presidente: O diploma!

O Orador: ... em votação final global, o diploma com as alterações introduzidas.

Presidente: Certo.

O Senhor Secretário vai repetir.

Secretário: O Decreto Legislativo Regional n.º 22/2022, foi aprovado, em votação final global, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 2 votos contra do BE e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Avançamos para o ponto 7, que é uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Para a sua apresentação tem a palavra o Senhor Deputado António Lima. Faça favor.

(Neste momento a Deputada Elisa Sousa ocupou o lugar de Secretária da Mesa)

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

No ano 2000 foram criados, nos Açores, os regimes jurídicos de atribuição do acréscimo regional ao salário mínimo no valor de 5% do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional a conceder aos trabalhadores por conta de outrem, aos pensionistas e aos trabalhadores da administração pública, com rendimentos inferiores aos estabelecidos, como valor de incidência do IRS, e como tal não beneficiaram do desagravamento fiscal instituído em 1999.

A criação destes regimes visava, por um lado, atenuar a diferença, do nível do custo de vida nos Açores em relação ao continente, designadamente os custos derivados da insularidade e, por outro, diminuir as desigualdades sociais resultantes do baixo valor das remunerações ou pensões auferidas por uma parte da população, traduzindo-se então numa medida de justiça social.

Os motivos para a criação destes complementos mantêm-se nos dias de hoje, mas a verdade é que os tempos exigem atualizações do alcance destas medidas.

Na Região, segundo dados do relatório único transmitidos ao Parlamento pelo Governo, 18.728 trabalhadores auferiam o salário mínimo em vigor nos Açores, no ano de 2020.

Estes mais de 18.000 trabalhadores representam 37% dos trabalhadores por conta de outrem nesse ano, último ano para o qual temos dados. É a

proporção de trabalhadores que o auferem o salário mínimo mais elevada do país.

Estes dados explicam também que o ganho mensal médio nos Açores dos trabalhadores por conta de outrem, seja no mesmo ano, o mais baixo do país.

Mais recentemente, fruto de vários fatores de origem externa ao país, os níveis de inflação atingiram valores que não se verificavam há décadas.

Nos Açores, em setembro, a taxa de variação homóloga do índice de preços no consumidor situou-se nos 6,37%;

A taxa de variação média do índice de preços ao consumidor, nos últimos 12 meses, atingiu 3,72%, prevendo o Governo Regional, na anteproposta de Plano e Orçamento, que atinja este ano 4,5% e 4,3%, em 2023.

Estes dados, talvez otimistas, são muitíssimo preocupantes e exigem medidas imediatas e eficazes para mitigar os efeitos da inflação e aumentar os rendimentos de uma grande parte dos trabalhadores açorianos.

Aumentar rendimentos é a melhor forma de mitigar efeitos da inflação.

É, assim, urgente aumentar o complemento regional do salário mínimo para 7,5 %, em 2023.

Só dessa forma e não com apoios pontuais, como têm sido opção, tanto do Governo da República, como do Governo Regional, que se recupera poder de compra, permanentemente.

Mas há outros motivos que tornam a aprovação do aumento do complemento regional ao salário mínimo para 7,5% uma urgência.

Em primeiro lugar, porque infelizmente, esta é a única forma de milhares de trabalhadores açorianos terem aumentos salariais.

Ainda recentemente falámos neste Parlamento sobre as trabalhadoras da COFACO que, por mais que trabalhem, que por mais anos que se esforcem, nunca passam do salário mínimo.

Como elas, há muitos mais açorianos e açorianas.

Em segundo lugar, colocam-se também questões, neste momento, de equidade.

A partir de janeiro de 2023, o salário mínimo na administração pública regional e local, nos Açores, será atualizado e atingirá os 842,3€ por mês, valor que inclui a remuneração complementar.

No setor privado, já com os 5% de acréscimo ao salário mínimo, os trabalhadores que trabalham no setor privado, que auferem o salário mínimo, receberão, em 2023, 798€ por mês.

A diferença entre trabalhar no setor público e receber o salário mínimo e trabalhar no setor privado e receber o salário mínimo, será, assim, de 44,3€.

É preciso, em nosso entender, aproximar o salário mínimo no setor privado ao que será praticado no próximo ano no setor público.

O aumento do complemento regional ao salário mínimo para 7,5% permite, assim, atenuar essa disparidade, reduzindo a diferença entre trabalhadores do setor público e do setor privado em 25,3€.

Mas ainda há outros argumentos.

Este Governo e esta maioria que governa os Açores promoveram uma baixa de impostos para quem mais ganha.

Os trabalhadores que auferem o salário mínimo não viram nenhum benefício dessa medida, nem um cêntimo.

É por isso mais do que justo que tenham agora um aumento do salário por via do complemento regional ao salário mínimo.

Haverá sempre, é certo, quem considera que este não é o momento para tomar esta medida ou que simplesmente discorda dela.

Para o Bloco de Esquerda ela só perde pela demora.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faz favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A proposta que o Bloco de Esquerda aqui nos traz tem vindo a ser defendida, ao longo dos anos, nesta Casa, não só pelo Bloco de Esquerda, mas também pelo Partido Comunista Português, quando estava no Parlamento Regional.

Deputado Nuno Barata (*IL*): Ainda bem que o senhor percebeu isso!

O Orador: Foi sucessivamente chumbada nesta sede (e eu explico também porque é que digo esta sede) por todas as outras forças políticas, genericamente.

E é bom lembrar e perceber-se que não é por todas as outras forças políticas acharem que o salário mínimo nos Açores é muito elevado. Não é por isso.

Tem a ver com a sede em que se está a discutir e tem a ver com os fundamentos destes 5% que estão aqui em causa.

Em primeiro lugar, em relação aos fundamentos:

Este acréscimo ao salário mínimo foi anunciado e negociado num âmbito em que se estava a discutir a atenuação dos sobrecustos da insularidade pela via fiscal.

E a atenuação dos sobrecustos de insularidade pela via fiscal, era habilitada pela norma da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que permitia um diferencial fiscal até 30% nos Açores.

Nessa altura, para aquelas pessoas que não iriam usufruir, em princípio, ou de todo, pelo desagravamento fiscal em sede de IRC, IVA e de IRS entendeu esta Casa, na sede, neste caso, devida, que seria razoável e justo, que se criassem o complemento regional de pensão, a remuneração complementar e outro tipo de abonos para aqueles públicos mais frágeis que não beneficiariam, em princípio, ou na sua totalidade, pelo desagravamento fiscal.

E, portanto, é preciso percebermos que aquilo que se fez foi por via da compensação dos sobrecustos de insularidade, pelo desagravamento fiscal, e aqueles que não beneficiavam no todo, ou em parte, desse agravamento, poderem ter participações a outro nível, que foram algumas das que aqui já foram referidas.

Mas é preciso perceber que esta Casa não tem competências na política de rendimentos.

Nós temos, sim, competências dentro dos limites que nos são dados, na compensação aos sobrecustos de insularidade.

Deputado António Lima (BE): Não façam isso!

O Orador: Agora outra questão é esta, a sede, a sede em que estamos a discutir.

Deputado António Lima (BE): O problema é a sede!

O Orador: Esta é uma matéria que deve ser discutida em sede de concertação social. Em sede de concertação social!

Deputado António Lima (BE): Ao contrário da iniciativa anterior, os sindicatos foram ouvidos!

O Orador: Posso Senhor Presidente?

Em sede de concertação social, porque é uma matéria, inclusivamente, cujos limites como potenciais da região, podem ser postos em causa.

Deputado António Lima (BE): Não vá por aí!

O Orador: E, portanto, ao unilateralmente, através desta Casa, sem ser em sede de concertação social, alterarmos estes 5% que foram consensualizados, poderia pôr em causa não os 7,7 ou os 6%,...

Deputado António Lima (BE): O senhor ouviu o debate anterior? Não ouviu!

O Orador: ... mas até os 5%.

Deputado António Lima (BE): Não ouviu o debate anterior!

O Orador: E aí não estaríamos a proteger os trabalhadores, e nomeadamente aqueles com rendimentos mais baixos, mas podíamos estar a pôr em causa um ganho que já tivemos na autonomia.

Portanto, em sede desta Casa, poderemos naturalmente avaliar outras abordagens, mas esta é uma matéria que deve ser discutida, em primeiro lugar, em concertação social.

Em concertação social! Temos uma Comissão Permanente de Concertação Social, é o espaço onde deve ser dirimida esta questão, até porque o aumento, por exemplo, do salário mínimo nacional, que foi feito há algum tempo, saiu também da concertação social e houve, inclusivamente, compensações dadas pelo Governo da República para esse aumento que não abrangeram as empresas dos Açores.

E, portanto, já aí temos que refletir, como é que poderemos de alguma forma, dar essa compensação.

É evidente que podem já ter tido alguma compensação por via do desagravamento fiscal, mas terá sido já “comido” pelo facto da injustiça cometida de não terem abrangido as empresas dos Açores naquilo que foram os resultados da concertação social.

Dito de outra forma, estamos naturalmente disponíveis, o Governo está disponível, para discutir esta matéria em sede de concertação social.

Fá-lo-emos no momento apropriado.

Mas há algo que é preciso não esquecermos em relação ao que este Governo tem vindo a fazer.

Foi com este Governo que foi criada uma medida, que foi a maior medida de combate à precariedade na Região, o CONTRATAR, e que foi a maior medida da história de incentivo ao aumento salarial.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): Não vá por aí!

O Orador: E isto significa que mais de 3.100 açorianos têm contratos estáveis que não tinham antes,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... por isso eu digo, a maior medida da história da autonomia de combate à precariedade foi o Programa CONTRATAR.

E a maior medida na história da autonomia de incentivo ao incremento salarial, foi o Programa CONTRATAR: mais de 3.100 contratos e mais de 10% do crescimento do nível salarial. Isto é algo que muitas vezes é esquecido, mas que aqui deve ser lembrado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado António Lima (BE): O senhor lembra-se?

O Orador: Eu lembrá-lo-ei sempre, Senhor Deputado António Lima, como também compreendo a posição do Bloco de Esquerda, e que era também a posição do Partido Comunista Português. Tem sido recorrente essa vossa proposta.

Deputado António Lima (BE): Foi só uma vez.

O Orador: E os argumentos que eu aqui estou a dar não são novos para si, não são novos para nenhuma destas bancadas.

E, portanto, neste aspeto, naturalmente, todos compreendendo a vossa posição, a posição do Bloco de Esquerda e do PCP. É natural, é óbvio.

A verdade é que, em termos de argumentário, as restantes bancadas têm vindo a explicitar, sensivelmente, o mesmo que eu explicitarei aqui hoje.

Portanto, aquilo que nós estamos a contar é que, em concertação social, possamos analisar, com calma, com a devida ponderação, o que é que se poderá fazer mais para melhorar os índices salariais na Região Autónoma dos

Açores. E para isso, como se provou com a medida do CONTRATAR, o Governo está disponível para dar um passo em frente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

Senhor Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A iniciativa do Bloco de Esquerda visa garantir um aumento mais significativo do salário mínimo para além daquilo que está atualmente em vigor, que é o acréscimo dos 5%, mas antes disso, gostaria de tecer algumas considerações sobre aquilo que referiu o Secretário das Finanças, Duarte Freitas.

Em primeiro lugar, Senhor Secretário, preocupa-nos que o Governo esteja resignado. Resignado na necessidade de apresentar medidas de apoio às famílias e às empresas, sobretudo numa fase difícil de crise que elas enfrentam.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Bom era como vocês faziam, prometiam e não faziam!

O Orador: Portanto, aquilo que denoto das suas palavras é uma resignação. E isso já aconteceu ontem com a energia e é preocupante, parece que todo o Governo está resignado com aquilo que está a acontecer.

E, portanto, nós não nos demitimos das nossas responsabilidades em apresentar medidas concretas de apoio às famílias e às empresas, como já demonstrámos ontem, e temos demonstrado ao longo dos últimos meses.

Relativamente ao Programa CONTRATAR que o Secretário aqui fala, omite algo muito importante, Senhor Secretário.

O Programa CONTRATAR veio substituir um programa que já existia, que era o emprego laboral permanente e, portanto, mudou o nome, mas, na prática, os objetivos mantêm-se essencialmente os mesmos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não viu os resultados!

O Orador: Mas não há qualquer problema.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Os resultados são substancialmente diferentes, Sr. Deputado.

O Orador: O importante é que, de facto, contribua para aumentar o emprego estável dos açorianos e com isso não temos qualquer problema.

Mas há algo que também relevante é que o Programa CONTRATAR está com atrasos significativos, quer na análise, mas sobretudo no pagamento e, portanto, é importante que o Governo também seja mais célere, sobretudo numa fase difícil e que garanta o apoio devido pelos programas de apoio à contratação.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sabe sempre coisas antes de eu saber! É extraordinário!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Como é que pode dizer que está atrasado?

O Orador: É factual Senhor Deputado, basta estar atento à realidade e falar com as empresas e com os trabalhadores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não é só dizer! É preciso provar, não basta lançar assim!

O Orador: É fácil de provar, é fácil de provar e geralmente gosto de argumentar com factos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Os que lhe interessam!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Provar e apresentá-los!

O Orador: Relativamente à iniciativa que nos traz aqui o Bloco de Esquerda, importa realçar alguns aspetos. Em primeiro lugar, o salário mínimo tem aumentado, substancialmente, desde 2015. Isso deve-se a algo muito importante que foi a governação do Partido Socialista, na República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nessa data o que o senhor não dizia deles!

O Orador: É factual!

Desde 2015 temos assistido a um aumento gradual e muito significativo do rendimento mínimo, quer no continente, mas também nos Açores, por via do acréscimo dos 5%.

Deputado Gustavo Alves (PPM): E do custo de vida!

O Orador: E isso resulta de uma política de devolução de rendimentos, de reposição de direitos e os açorianos e os portugueses, em geral, reconhecem esse impacto na sua vida.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Programas ocupacionais!

O Orador: Para dar nota em termos de evolução, em 2015, o salário mínimo nos Açores era de 530,25€.

Em 2023, com aquilo que se espera que venha a ser aprovado, passará para 798€. Nós estamos a falar de um aumento de mais de 50% em apenas 8 anos e é muito significativo e faz a diferença na vida dos açorianos.

Estamos a falar de mais 3.750€ por ano, num espaço de 8 anos, e que contribuíram significativamente para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores açorianos.

Portanto, esses são dados factuais e que devem ser aqui realçados.

Com a proposta do Bloco de Esquerda, que é aqui apresentada, significaria que o salário mínimo passaria para os 817€ e não 798€. E quando nós analisamos a inflação que é conhecida hoje e essa proposta que é aqui feita, ela representaria um aumento de 10,4% e, portanto, acima da inflação.

E é por isso que nós realçamos a importância de termos concertação social, sim. E o exemplo que tivemos a nível nacional é um exemplo histórico, com um acordo histórico,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Um exemplo para o PS!

O Orador: ... que garantiu um aumento de rendimentos para os trabalhadores, um aumento de medidas de apoio às empresas com a concertação entre empresas, trabalhadores e governo, e isso deve ser realçado e deve servir de exemplo, Sr. Secretário, para que isso aconteça de forma mais rápida possível nos Açores, coisa que não tem acontecido.

Portanto, a nossa posição no passado, como hoje, é de coerência, de responsabilidade e, portanto, entendemos que esta medida, neste momento, não reúne os critérios necessários para que ela possa ser aprovada, porque, conforme referimos, é importante que haja um equilíbrio entre, sim, o aumento dos salários dos trabalhadores e todos nós desejaríamos que o salário mínimo ainda fosse superior, mas é preciso haver equilíbrio e responsabilidade entre um aumento dos salários e o impacto que isso traz para as empresas e o impacto que isso possa ter na competitividade destas.

Daí a nossa posição de reconhecermos que é uma medida interessante, mas os números que nós temos ao nosso dispor não nos permitem acompanhar, porque ela representaria um impacto significativo na competitividade das empresas sem que estejam previstas medidas que compensem este mesmo impacto.

Portanto, realçar que para 2023 já existe um aumento de quase 60€ mensais, quase 800€ no final do ano, do salário mínimo nos Açores. Isso é, de facto, um aumento de cerca de 7,8% e é um aumento significativo que resulta, no fundo, de políticas públicas de auxílio às empresas, de auxílio às famílias, com responsabilidade e com rigor.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo Regional:

Uma primeira declaração, óbvia, no contexto do projeto de diploma que estamos a apreciar.

O PSD sempre foi, e é, a favor dos rendimentos dignos do trabalho, de uma maneira muito particular, daqueles que auferem salários mais baixos e nessa medida estaríamos sempre a favor de qualquer iniciativa que viesse concretizar esse desiderato.

Nas funções políticas e partidárias que tenho vindo a desenvolver, ainda recentemente tive oportunidade de defender não só mais emprego, mas emprego com mais dignidade, e essa maior dignidade do emprego, naturalmente passa também pela remuneração. Não é o único fator, mas com certeza que é um fator importante nessa dignidade, que nós procuramos e desejamos que tenham todos os nossos concidadãos.

Mas uma coisa, é esse princípio, outra coisa é o contexto. E o contexto não pode ser nunca esquecido. Não há economia sem empresas. São as empresas que fazem a economia, são os trabalhadores que fazem as empresas, mas também são as empresas que criam postos de trabalho e que dão emprego.

E nessa medida, há uma dinâmica que não pode ser descurada, sob pena de falhar todo um sistema.

E as empresas regionais têm, de facto, dificuldades têm problemas de competitividade, pela nossa ultraperiferia que nós temos vindo a compensar e que este Governo tomou medidas nesse sentido, de forma a aliviar a pesada carga fiscal que impende sobre as empresas, também no mesmo sentido procurando desonerar a carga fiscal que impende sobre os trabalhadores.

Mas os problemas de competitividade das nossas empresas, nomeadamente por aquilo que, repito, são os custos de insularidade mais outros custos de contexto e também pelo acréscimo salarial que elas praticam na decorrência daquilo que foi um acordo feito em sede de concertação social e depois concretizado aqui no Parlamento, naturalmente que isso não pode, neste momento, proporcionar condições para que sobre esses problemas todos, essas dificuldades, essas desvantagens, ainda se lhes pudesse exigir mais 2,5 pontos percentuais de acréscimo ao salário mínimo.

É muito fácil, eu diria, é popular, para não ofender o Bloco de Esquerda com a expressão mais correta que ele, naturalmente usaria noutra circunstância, que é dizer-me que é do populismo,...

Deputado António Lima (BE): Já ofendeu!

O Orador: ... dizer que é muito fácil mandar alguém pagar. Seria muito fácil para nós todos aqui dizermos: “sim senhor, vamos dar mais 2 e meio por cento sobre o complemento ao acréscimo ao salário mínimo nacional e as empresas que resolvam o assunto”.

Nós não temos esta visão.

Não só não temos a visão maniqueísta, que muitas vezes o Bloco de Esquerda tem, que é trabalhadores e empresários, ainda na velha dialética da luta de classes, como temos uma perspetiva diferente. Temos uma perspetiva que respeita as duas partes, porque é da concertação entre elas, que se cria riqueza e, conseqüentemente, emprego. E conseguindo um emprego,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e emprego estável, então damos o passo seguinte que é a dignidade do rendimento do trabalho.

E nessa medida, de forma coerente, como fizemos quando o Partido Socialista era Governo e estas matérias, por iniciativa do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista (aliás, duas forças políticas que disputam muito; entre si há uma corrida para ver quem é que propõe mais um aumento ao acréscimo

ao salário mínimo), temos de dizer que, infelizmente, o nosso tecido empresarial não tem as condições necessárias suficientes para poder suportar mais esta despesa.

Dito isto, e porque a intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, eu não diria divagou, mas abordou algumas outras matérias que envolvem este assunto que estamos aqui a discutir, tenho de estranhar que o Partido Socialista não tenha dito nada sobre o desemprego, ou melhor sobre o emprego, quando os últimos dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística dizem que nunca nos Açores houve tantos açorianos empregados, o Partido Socialista foge ao assunto.

Mas, quando nós também verificamos que o número de inscritos nos centros de emprego, em agosto passado, só tem comparação com agosto de 2010, há 12 anos, o Partido Socialista também acha que isto não é importante para o assunto que nós estamos a tratar.

Estamos a tratar do assunto que, de facto, é importante, que é a estabilidade do emprego, uma estabilidade que é conseguida também à custa das medidas que o Governo Regional já tomou e que o Senhor Secretário Regional das Finanças acabou de enunciar, e que eu me dispenso por isso de repetir, mas estas são matérias importantes.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): É mais ou menos como o PSD com o TSD!

O Orador: Diz, o Partido Socialista, que as medidas de apoio às famílias não são muitas, não são suficientes. Eu tenho a convicção de que, por mais que façamos, o Partido Socialista, e nisso será acompanhado logo pelo Bloco de Esquerda, dirá sempre que é pouco.

Ainda ontem tivemos um exemplo. A coligação propôs baixar as refeições escolares em 22%, o Partido Socialista ontem disse “não, isso é pouco, deve ser mais 30% de redução para além desse valor”.

Um partido, curiosamente, que nunca baixou, em 24 anos de governação, num só dia, o preço das refeições escolares dos Açores. É uma coisa notável.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas porque é que o senhor não quis debater isso aqui ontem?

Deputado Nuno Barata (IL): Estava de má-fé!

O Orador: Mas o Partido Socialista ainda considera que é pouca a ajuda que o Governo Regional tem dado às famílias.

Deputada Ana Luís (PS): Para variar, não é?

O Orador: E usa agora uma expressão, um chavão para ver se com isso provoca um **soundbite**.

E então, diz que o Governo Regional está resignado.

Deputado Carlos Silva (PS): **Soundbite foi há bocadinho, na Comissão de Assuntos Sociais!**

O Orador: Nesta matéria de rendimentos do trabalho e nas ajudas às empresas, há uma evidência que ninguém pode contrapor.

Quem se resignou à discriminação que o Governo da República do Partido Socialista de António Costa fez aos Açores e à Madeira, às empresas dos Açores e da Madeira, que ficaram de fora, que foram excluídas das ajudas ao acréscimo que foi feito este ano ao salário mínimo, foi este Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi este Partido Socialista que se resignou ao interesse do seu partido em vez de ter estado ao lado dos empresários dos Açores, que tiveram

que satisfazer os encargos resultantes de um aumento do salário mínimo que nós não discutimos, pelo contrário, com o qual concordamos, mas para um aumento de despesa que as empresas do continente beneficiaram das ajudas de todos os contribuintes e que as empresas dos Açores, ainda que também no contexto de contribuintes das regiões autónomas, não puderam usufruir.

Quem se resignou e quem está resignado, no fundo, é aquele Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do PPM: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O interessante deste debate é que apesar de dizerem que ele é repetido, há sempre algumas surpresas.

E o Governo trouxe uma pequena surpresa.

Trouxe um argumento novo. Aliás, o Bloco de Esquerda também trouxe argumentos novos, porque o contexto deste debate não é o contexto de 2019, que por acaso, foi a única vez que trouxemos esta proposta a debate como iniciativa autónoma.

O Governo vem dizer, aliás, até de forma algo surpreendente, porque se não me falha a memória, o Senhor Secretário Regional estava aqui nesta sala no debate anterior, que esta proposta deve ser, primeiro, debatida em concertação social.

Nada contra que ela seja debatida em concertação social, mas quem pode fazê-lo é o senhor. Já levou à concertação social esta proposta?

Ainda não vi! Aliás, a julgar pelo parecer da Câmara de Comércio, o que será provavelmente aprovado na concertação social é uma redução do complemento regional ao salário mínimo e não um aumento, como está aqui a propor.

Mas o curioso do seu argumento, Senhor Secretário, é que o seu argumento parece insinuar que aprovar essa proposta era, de certa forma, correr o risco de se colocar em causa as competências da autonomia sobre matéria de trabalho. Não disse, mas insinuou.

O que é curioso é que o seu Governo tenha apresentado uma aberração de uma proposta sobre trabalho suplementar médico que, de inconstitucionalidade para cima, é difícil de classificá-la, mas não teve qualquer receio sobre isso, sobre essa proposta anterior.

Não teve receio sobre a inconstitucionalidade flagrante que ela tem, de violação dos direitos do trabalho e não teve problemas ao nem sequer se ter conhecido nenhuma concertação social no Conselho Económico e Social sobre essa matéria.

Aliás, chegámos ao inédito de termos um Secretário Regional da Saúde a falar pelos sindicatos e aí o Governo não está preocupado com a concertação social e a maioria não está preocupada com a com a concertação social. Aliás, nem quis ouvir os sindicatos na Comissão, ao contrário desta proposta em que foram solicitados pareceres às duas centrais sindicais e à Câmara de Comércio dos Açores, pareceres que foram respondidos e que todas as Senhoras e Senhores Deputados os têm à frente.

Por isso, Senhor Secretário, esse argumento é interessante, mas é um argumento que em nada contribui para justificar um voto contra esta proposta. Antes pelo contrário, se o argumento é esse, então teriam que aprovar.

Mas, o Senhor Deputado Joaquim Machado já trouxe os argumentos da coligação. Aliás, os argumentos que seriam expectáveis.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Do PSD!

O Orador: Do PSD, peço desculpa.

As empresas não aguentam. Aliás, diz que a proposta do Bloco de Esquerda é populista, porque quer dar muito, esquecendo-se, se calhar, que o seu partido, na Assembleia da República, quer um salário mínimo superior ao que o Governo acordou na concertação social, o que é curioso; a do Bloco de Esquerda é populista; a do PSD é séria, porque o Senhor Deputado Joaquim Machado é o único deputado sério aqui nesta Casa.

Para além de classificar de populista a proposta do Bloco de Esquerda, o Senhor Deputado Joaquim Machado, vem, claro, em defesa da concertação social também e das empresas. Mas falemos do apoio às empresas, Senhor Deputado. Aliás, este Governo arroga-se: um governo que apoia a economia, esta maioria que apoia as empresas, sim senhor,

Então vamos a ver os apoios às empresas.

Onde é que estão os 125.000.000 de recapitalização das empresas do PRR?

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Onde é que estão digam lá?

Deputado Paulo Gomes (PSD): Hoje começaram a pagar!

O Orador: Os senhores, entregaram ao Banco de Fomento.

Uma parte deles vão para fundos de investimentos, fundos de capital de risco. Vão chegar a quem?

A quantas empresas dos Açores? E depois, no aviso que o Banco de Fomento lá criou, um banco que afinal deu lucros com o nosso dinheiro, soube-se hoje, tem lucros com os 125.000.000 dos Açores que os senhores lá meteram,

criaram um apoio às empresas que prevê que o apoio chegue a empresas com sede nos Açores.

Com sede, o que não quer dizer atividade, nem postos de trabalho. Com sede! Mas que negócio é esse?

Esse é o apoio às empresas que a coligação e o Governo quer dar? É esse o apoio às empresas. Bem, se estão preocupados com as finanças das empresas, então, se calhar, teria sido boa ideia não arranjar esse esquema com o Banco de Fomento e fundos de investimento.

Teria sido boa ideia, por isso não é desculpa não aprovar esta proposta porque estão preocupados com as empresas, porque como se vê, preocupação com as empresas dos Açores, ou pelo menos com a maioria das pequenas e médias empresas dos Açores, preocupação é o que não há.

Mas há um argumento que não rebateram. É o argumento da equidade. De nós, e bem, se ter aumentado a remuneração complementar e o salário mínimo na administração pública regional, para o ano ser 44€ superior ao salário mínimo no setor privado.

E esta questão da equidade (aliás, esta semana temos falado muito dela) é muito importante, porque nós não queremos, de forma alguma, dar para o peditório da diabolização dos funcionários públicos, de maneira alguma.

Mas não nos parece que seja aceitável que se cave este fosso e que se contribua para esse populismo, esse sim, esse populismo.

Essa aproximação do salário mínimo no privado relativamente ao salário mínimo do setor público é justa e é necessária.

Podemos debater muito sobre quais são os aumentos a cada momento, mas o que já sabemos é quais são os aumentos para o ano. E é fundamental que essa equidade, que essa aproximação se faça, e não vi ninguém dizer que não.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Às considerações do Sr. Deputado António Lima sobre a CAS.

Como Presidente da CAS eu sou obrigado a dar um esclarecimento.

Deputado António Lima (BE): Já não se pode falar!

Presidente: Então não faça um protesto. Pode prestar esse esclarecimento. Faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Senhor Deputado António Lima, na sua intervenção, faz a insinuação do diploma que anteriormente esteve em discussão, estar ferido de uma inconstitucionalidade, entre outras coisas pela circunstância, segundo ele, da Comissão de Assuntos Sociais não ter procedido à audição dos sindicatos.

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

Deputado Carlos Silva (PS): Ele não disse isso!

O Orador: Ora, o que a Lei Geral do Trabalho em funções públicas determina e o Código de Trabalho é que “qualquer projeto (e estou a ler) de decreto legislativo regional relativo a legislação de trabalho só pode ser discutido e votado pelas assembleias legislativas depois de as comissões de trabalhadores, ou as respetivas comissões coordenadoras,...

Deputada Alexandra Manes (BE): Ele não disse isso!

O Orador: ... as associações sindicais e as associações de empregadores se terem podido sobre eles pronunciarem-se”.

E o esclarecimento então, Senhor Presidente, que é preciso ficar registado, é que durante 30 dias, conforme também dispõe o artigo 463.º da mesma lei que citei, o diploma em causa ter estado em audição pública em toda a região.

E, portanto, não pode valer, perdoe-me a expressão, a teimosia do Senhor Deputado António Lima, de querer viciar os factos, através de uma realidade que é fictícia. Muito obrigado.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima pede a palavra para?

(*) **Deputado António Lima (BE):** Para uma interpelação.

Presidente: Uma interpelação, faz favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Senhor Presidente, eu interpelo a Mesa para informar a Mesa que eu não me dirigi, em nenhum ponto da minha intervenção, ao Presidente da CAS, nem à CAS, e não disse que o diploma, que estivemos a discutir, seria inconstitucional pela questão da audiência pública, mas pelo seu conteúdo.

Não percebi esse esclarecimento.

Muito obrigado.

Deputada Alexandra Manes (BE): Muito bem! Não tinha mais argumentos!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu penso que fui muito claro na minha intervenção inicial sobre os argumentos que justificavam a posição do Partido Socialista, mas é necessário repor aqui a verdade, no que diz respeito às afirmações do Deputado Joaquim Machado.

Eu percebo que ele esteja até um dia difícil, eu compreendo.

Mas, Senhor Deputado Joaquim Machado, o senhor vem aqui falar em sobre viciar os factos. Aquilo que o senhor disse sobre o Partido Socialista não é verdade.

Notícia do dia, 23/06/2022:

“Deputados do PS furam disciplina e votam a favor da compensação às empresas pelo aumento do salário mínimo.

Os 3 deputados do Partido Socialista da Madeira, os 3 deputados do Partido Socialista eleitos pelo círculo eleitoral dos Açores, votaram a favor desta medida, porque considerarem que se trata de uma questão de proporcionar iguais condições para as empresas de trabalhadores de todo o país, neste caso também das regiões autónomas.”

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, Senhor Deputado, quer aqui nos Açores, neste Parlamento, quer na República, os deputados do Partido Socialista votaram a favor dos açorianos e das empresas açorianas.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, isso fica claro e não vale tudo. Não vale tentar falsear e reescrever a história, porque não corresponde à verdade aquilo que o senhor disse.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Foi uma semana difícil.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Pois, é isso!

Obviamente, que qualquer cidadão preferia ganhar sempre mais.

Nós gostaríamos de todos de pagar mais. Receber mais! Isso é natural, é a lei natural.

Eu até, há pouco, em jeito de graça, aqui, com o senhor deputado, dizia “deviam ser 2000€”. Agora esquecem-se é que depois um pacote de açúcar custaria 20€, esquecem-se sempre desses pequenos pormenores.

Mas é a lei da vida.

É a lei da vida! E o Senhor Deputado Carlos Silva, percebe isso perfeitamente, é a sua profissão e uma vez na vida, pelo menos a primeira, havemos de estar aqui de acordo. E disse tudo: as empresas não seriam competitivas. Sempre que subimos o ordenado mínimo, perde-se (perde-se!).

Deputado Carlos Silva (PS): Eu não disse isso!

O Orador: Mas disse, disse, disse, disse! Quando estamos a subir, estamos a perder vantagem.

Obviamente que no setor do Estado isto não acontece, porque não há competição. Mas no setor privado isso acontece. O senhor se calhar percebe, porque está no setor privado e com certeza compreende.

O que não se fala aqui é nos salários médios. É que sempre que o salário mínimo vai subindo, e os salários médios estão congelados, alguém está a perder.

Os açorianos que estão em casa, que trabalham,...

(Aparte inaudível)

O Orador: Estão, Senhor Deputado. Estão congelados há muitos anos, mas muitos, muitos anos.

Os açorianos que estão em casa, que trabalham há 20 e 30 anos, e que vão vendo aquilo sempre mais ou menos a passo de caracol a nível do ordenado, estes é que estão muito preocupados. Estes é que estão mesmo preocupados e até as diferenças entre o ordenado mínimo e o ordenado médio de muitas

peessoas que trabalham no setor privado acaba por ser tão pequena esta diferença que é gritante, é gritante. Isto é que nós temos de saber dizer.

Agora as empresas têm capacidade de pagar mais? Algumas se calhar têm e não pagam, mas na sua maioria, enquanto esperamos, nós estamos aqui a cometer um erro.

Eu já disse e vou voltar a repetir: onde é que está o segredo?

Nos impostos! É baixar impostos! Nós temos é que baixar impostos! Os impostos são para todos. Todos vão ser beneficiados, todos vão levar mais dinheiro para casa.

Quando estamos a aumentar o ordenado mínimo, nós estamos a beneficiar uns, pronto. Muito bem! Alguns querem ganhar mais, mas claramente aqueles grandes pagadores de impostos, estes nunca vão ser beneficiados e é dura realidade.

E quem está em casa sabe que isto é verdade. Oxalá fosse mentira. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputado, Senhores Membros do Governo:

Nesta questão eu não vou acrescentar nada que não tenha já sido referenciado por várias forças políticas aqui no Parlamento dos Açores, nomeadamente o PSD e também o Partido Socialista, nesta matéria.

A verdade é que todos nós gostaríamos que existissem condições, no âmbito da economia açoriana, no âmbito das empresas dos Açores, para que este aumento se pudesse efetuar.

Mas esta é a história da galinha dos ovos de ouro.

A verdade é que são as empresas que geram emprego, que geram a capacidade de, em parte, dar condições de trabalho aos nossos trabalhadores e de lhes proporcionar um ganha-pão.

E, por isso, é necessário que a economia funcione e não entre em colapso por medidas que sejam medidas que afetam o seu funcionamento concreto num determinado momento do contexto económico que a região atravessa.

Ora, o contexto económico é aquele que Vossa Excelência sabe, Senhor Deputado António Lima, um contexto difícil, neste momento muito difícil.

As empresas, a economia açoriana, poderia suportar, sem ter consequências, este aumento?

A minha perspetiva, a análise que eu faço, não é muito diferente da análise que o Senhor Deputado Carlos Silva também fez. Nesta matéria, não estão reunidas as condições para fazer com responsabilidade esta medida.

Nós também aqui podíamos dizer: bom, podemos meter um aumento de 20 ou 30%.

Todos nós gostaríamos de anunciar isso – oiça – eu mais do que qualquer outra pessoa, ou tanto como muitos outros, gostaria de votar propostas neste sentido. Mas eu sei que seriam contraproducentes. Iriam gerar um aumento do rendimento das pessoas? Iriam melhorar a economia dos Açores? Projetar a economia dos Açores, tendo em conta as circunstâncias em que se vive? Estou absolutamente convencido que não! Seriam contraproducentes, criariam dificuldades, diminuiria a competitividade das nossas empresas, do nosso tecido económico. E, portanto, era contraproducente tomar medidas neste sentido.

Por isso eu penso que neste momento a conjuntura é aquela que é, o esforço que está a ser feito é um esforço já bastante significativo e neste momento não existem condições para fazer um aumento dos montantes que Vossa Excelência propõe.

Por isso, não posso acompanhar Vossa Excelência nesta iniciativa, não posso votar favoravelmente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo Regional, Senhoras e Senhores Deputados:

A bancada do Partido Socialista está a fazer uma avaliação do meu estado emocional, que hoje é um dia difícil.

Graças a Deus, até agora, não tenho nenhuma notícia de nenhum acontecimento que me possa levar a entristecer ou, se calhar, a apouquentar, eu considerar que foi um dia difícil.

Confesso que o resto do dia de domingo foi um bocadinho difícil, por razões futebolísticas que agora não interessam.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas daí para cá, não há nenhuma ocorrência que, de facto, me tenha importunado por maior.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É mais um desejo dos seus adversários políticos!

O Orador: Mas à parte dessa observação feita sobre o meu estado emocional, quis a bancada do Partido Socialista, digamos, fazer uma espécie de ato contrição... Vá lá, talvez um desmentido, sobre a afirmação que eu havia feito de que o Partido Socialista se resignou quanto à falta das ajudas às empresas dos Açores e da Madeira em igualdade com a ajuda que o Governo da República deu a todas as empresas do território nacional, segundo critérios que foram definidos, para fazer face ao aumento do salário mínimo nacional.

E a bancada do Partido Socialista responde que não! “Os nossos 3 deputados (notícia) dos Açores, 3 deputados da Madeira, votaram a favor de uma proposta que ia nesse sentido.”

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não disse isso, inicialmente!

O Orador: Pois muito bem!

Mas, as coisas todas são como são, em virtude de serem assim mesmo, e têm um o seu contexto.

Deputado Carlos Silva (PS): Viciar os factos!

O Orador: Aqueles seus 6 deputados, quiseram fazer uma afirmação (concebo) da autonomia que têm no contexto do partido a nível nacional, mas sabendo que isso não trazia qualquer consequência, nem para a aprovação da medida, nem qualquer consequência para o Governo da República que, por isso mesmo, não ficava obrigado ao pagamento.

Deputado António Lima (BE): Quanto o PSD faz o mesmo!

O Orador: E, portanto, fez um numerozinho, aliás, como ainda ontem nós vimos mais um número.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor está a fazer um!

O Orador: O Deputado dos Açores Francisco César, recebendo um gabinete da Assembleia da República, um deputado municipal do Partido Socialista,...

Deputado Flávio Soares (PSD): Ora bem! Bem lembrado!

O Orador: ... a quem sensibilizou para resolver o problema da gratuidade dos transportes públicos dos estudantes açorianos, quando o assunto já tinha sido anunciado pela Câmara de Lisboa, que estava resolvido. Mais um numerozinho!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Portanto, essa votação foi um número e só deixará de ser número...

Deputada Ana Luís (PS): E desse lado não foi número?

O Orador: ... quando efetivamente o Partido Socialista, ele, o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, usar da sua influência, se a tiver e na medida da que tiver, para demover o Senhor Primeiro-Ministro a reparar a discriminação que fez às empresas dos Açores, que são tão nacionais como a do Algarve, da Beira ou de Trás-os-Montes.

E os contribuintes dos Açores também dão o seu contributo na medida daquilo que são os seus rendimentos para o Orçamento do Estado.

E, portanto, enquanto não fizer o contrário disto, eu estou sempre convencido de que não passou do número e de que este Partido Socialista dos Açores está assim resignado perante aquilo que é a medida discriminatória do Governo de António Costa.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta do Bloco de Esquerda acerca da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, ou seja, passando este de 5 para 7,5%, devo começar com aquilo que foi, obviamente, a intervenção do Senhor Secretário que justificou em grande parte aquilo que é também a linha argumentativa que o CDS subscreve, mas não posso deixar de fazer uma referência à intervenção do Senhor Deputado Carlos Silva.

O Senhor Deputado Carlos Silva acusou o Senhor Secretário de estar a dizer que o programa CONTRATAR é efetivamente uma mudança de nome; que era um programa que já existia com o mesmo propósito e que, no fundo, resolvia a mesma situação.

Só que ao mesmo tempo que acusou o Senhor Secretário de esconder esse facto, escondeu ele próprio (o Senhor Deputado Carlos Silva), o facto de o programa CONTRATAR ter resultados diametralmente opostos para melhor do que aquilo que eram os resultados dos programas anteriores. E isso é um facto! Os 3.100 açorianos que passaram a ter um vínculo digno, é um facto e é a prova de que também o Senhor Deputado Carlos Silva escondeu parte da verdade, ou parte dos factos.

Mas voltando aqui a esta proposta do Bloco de Esquerda.

Há algo que se denota sempre nas propostas do Bloco de Esquerda relativamente aos rendimentos dos trabalhadores e àquilo que é a comparticipação, ou não, ou o investimento das empresas, para o pagamento de salários.

Eu posso dizer-lhe, Senhor Deputado António Lima, e à bancada do Bloco de Esquerda: gostava eu que as empresas açorianas tivessem saúde financeira para poder pagar melhores salários. Isto é um facto. Gostava eu e considero que o Senhor Deputado António Lima também não pensará o contrário.

A realidade é que aquilo que defendemos, e aí acho que já estamos em desacordo, o que o CDS defende, é que deve haver um aumento do rendimento líquido dos funcionários através de uma desoneração das empresas e dos impostos que recaem sobre o trabalho que é cobrado às empresas.

As empresas fazem contribuição sempre sobre os salários, Senhor Deputado, sempre. E havendo desoneração da parte das empresas, talvez estas também pudessem refletir aumentos salariais líquidos para os seus funcionários.

Efetivamente, o Bloco de Esquerda, normalmente, nesta sua posição, contra tudo o que é, no fundo, a forma de ajudar as empresas a terem maior liquidez, parece que esquece que o grosso do tecido empresarial açoriano, que são micro, pequenas e médias empresas, não têm propriamente essa saúde financeira que o Bloco de Esquerda julga que tem.

Até porque se essas micro, pequenas e médias empresas tivessem a saúde financeira que o Senhor Deputado, considera, atentando às suas propostas, se calhar, estávamos a assistir a uma distribuição de gordos dividendos, pelos proprietários dessas empresas e não me parece que seja isso que se verifica. Aliás, até o contrário. E o que o comprova é a necessidade que estas empresas têm de recorrer a apoios promovidos pelo Governo Regional ou pela República...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... ou pelos fundos comunitários. Aliás, o Senhor Deputado até se contradiz, e o Bloco de Esquerda contradiz-se, quando diz que é urgente que, no âmbito do PRR, e naquilo que é o apoio à liquidez das empresas, que se agilize,...

Deputado Carlos Silva (PS): Não há sistema de incentivos!

O Orador: ... que seja mais rápido este apoio à liquidez das empresas.

Então, quer dizer, as empresas não têm liquidez, mas, por outro lado, o Senhor Deputado acha que têm que pagar e que tem que se aumentar, decidindo aqui no Parlamento, que as empresas agora têm que pagar mais 7,5%.

E onde é que depois entra mais uma contradição do Bloco de Esquerda? E porque é que eu continuo a dizer e reitero (já o disse no passado e reitero, e cada vez mais comprovadamente se nota que a política do Bloco de Esquerda é sempre desfavorável às empresas e aos empresários; sempre desfavorável para não adjetivar de outra forma e não ser ofensivo, como já fui acusado de ser, pelo Senhor Deputado António Lima)?

A realidade é que o Bloco de Esquerda votou, por exemplo, contra a anteproposta apresentada pelo PPM.

A larga maioria desta Assembleia votou favoravelmente a que houvesse um mecanismo idêntico, que houvesse igualdade na promoção de medidas por parte do Governo da República e que essas fossem também aplicadas na Região Autónoma dos Açores, sendo que todos nós concordávamos que se calhar não era o melhor mecanismo, ou alguns de nós concordámos que não era o melhor mecanismo. Era preferível que houvesse (lá está do ponto de vista do CDS e outros partidos que estão representados), uma desoneração das empresas e, por sua vez, que essas conseguissem fazer esse aumento efetivo do salário mínimo.

Mas a realidade é que o Bloco de Esquerda nem sequer quis um tratamento igual, por parte do Governo da República, ao tratamento que é dado na República, às empresas açorianas.

O Bloco de Esquerda nem isso quis, e votou contra.

Depois, o Bloco de Esquerda votou contra a anteproposta do PAN (e eu estou a falar neste aspeto que é para eventualmente o Senhor Deputado António Lima, também vou responder aqui a uma questão, se eventualmente tiver uma resposta para), que apresentou ainda nesta sessão plenária, que visa isentar de IRS a remuneração complementar regional.

Deputado António Lima (BE): O que é que isto tem a ver?

O Orador: O que é que isto tem a ver? O que é que isto tem a ver, Senhor Deputado, é que, o rendimento dos trabalhadores e aquilo que o senhor está a propor que as empresas açorianas paguem, este aumento de 7,5%, como bem sabe, está isentado, ou seja, para não haver um pagamento, ou um direito a pagamento de IRS por parte dos trabalhadores, por terem este acréscimo ao salário mínimo na região de 5%, é feito por parte da Secretaria das Finanças, um acordo com o Governo da República para que, no fundo, se consiga acomodar. Aliás, é um acordo que é feito já foi feito no passado e, até não há

muito tempo, estava aqui o Senhor Deputado Sérgio Ávila que explicou exatamente os contornos, no fundo, dessa acomodação dos 5% a mais que se recebia na região. E porquê? Por via de se isentar efetivamente e disso não configurar um acréscimo de rendimento que depois, por sua vez, era taxado.

A pergunta que eu lhe faço é: aumentando para 7,5%, estamos a correr o risco dos 2,5% que o senhor propõe a mais do que aquilo que é normal, que são os 5%, que possa vir a ser taxado.

É isso que o senhor também propõe?

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Ele não sabe!

O Orador: Ou na sua proposta, vai dizer que vai ter que haver aqui um ajuste para o Governo da República também acomodar afinal os 7,5%. É que eu não vejo isso na sua proposta.

O Bloco de Esquerda a única coisa que propõe é, “nós aqui decretamos que as empresas paguem mais 7,5%. Não interessa se as empresas têm saúde financeira, ou não têm saúde financeira. Nós consideramos que é assim.”

Depois, relativamente à eventual taxação, ou não, nada nos diz, não sabe, não quer saber, o Governo é que tem que resolver.

Ora, se é o Governo que tem de resolver, Senhor Deputado, então deixo o Governo resolver em sede de concertação social aquilo que é o aumento desta remuneração. Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Para o PAN, só conseguimos sobreviver a esta crise inflacionista e crise económica, com duas situações muito simples: aumento da receita por parte das famílias, obviamente, e redução dos impostos.

Eu não sou dogmático. O Bloco de Esquerda, de redução de impostos, não gosta muito. Mas o PAN não tem qualquer problema, porque acha que precisamos das duas coisas: reduzir os impostos nas famílias e aumentar as receitas, neste caso, pela forma de remuneração para as famílias e é a única forma e não há coincidência da percentagem que o Bloco de Esquerda inseriu. Isto supostamente é a expectativa do que será a inflação realista (inflação realista!) para 2023.

Isto é para sobreviver à inflação.

E para que, obviamente, a maioria das famílias, não percam poder de compra.

Deputado Nuno Barata (IL): Nós não temos política monetária, porque não temos inflação!

O Orador: Senhor Deputado Nuno Barata, o senhor vai usar da palavra a seguir, não precisa estar a fazer apartes de um minuto.

Deputado Nuno Barata (IL): Os apartes são regimentais!

O Orador: Apartes de um minuto já começa a fazer confusão.

Além disso dos 7,5%, precisamos de contar também uma coisa, e vou usar o argumento do Senhor Deputado Rui Martins, mas ao contrário: 84 ou 86% das empresas nos Açores são microempresas.

A maior parte delas só têm um trabalhador, que é o patrão.

Esta iniciativa do Bloco de Esquerda vai só ajudar os trabalhadores, mas o próprio trabalhador é o patrão da empresa, é o dono da empresa, logo está a ajudar também a maioria, mais de 80% das empresas açorianas.

E, por isso, não podemos dizer, à partida, que nós vamos descapitalizar as empresas açorianas. Isso é mentira!

E também é um dogma da coligação, neste momento, exatamente como o Bloco tem relativamente à redução dos impostos, nunca se aumenta o ordenado mínimo regional. Espera-se sempre que a República o faça e nós vamos atrás, de reboque.

Só que o problema aqui é simples: não vai haver acordo de solidariedade entre o continente, os Açores e a Madeira e vamos ver quem é que se salva primeiro. E o continente não vai olhar, sem dúvida, para os Açores. Somos nós que temos que olhar por todos os açorianos.

Por isso, obviamente, o PAN vai votar a favor desta iniciativa do Bloco de Esquerda, porque nós para o ano precisamos, obviamente, de sobreviver à crise inflacionista e monetária a nível mundial. Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

O Senhor Deputado Pedro Neves fica muito incomodado quando, em apertes, ainda tentei ajudar o senhor, mas o senhor não quer. O que é que eu hei de fazer? Estava a tentar explicar.

Deputado Pedro Neves (PAN): O senhor é licenciado em economia, mas eu não sou!

O Orador: Eu estava a tentar explicar ao senhor que nós não temos política monetária, portanto não temos inflação, nem modo como combater a inflação.

Eu acho que até já disse isso aqui, num plenário passado.

Nós quanto muito, podemos tomar umas medidinhas,...

Deputado Pedro Neves (PAN): Não concordo!

O Orador: ... para mitigar o aumento dos preços, que são uma coisa diferente de depreciação da moeda.

Deputado Pedro Neves (PAN): Então define-me aí inflação!

O Orador: São mecanismos diferentes. Só estava a querer ajudar, mas o Senhor Deputado não gosta pronto, o que é que hei de fazer? É um vício que eu tenho.

Deputado Pedro Neves (PAN): O senhor é formado em economia, mas eu não sou!

O Orador: Não sou, não sou, não sou! Olhe, sabe uma coisa, não sou licenciado em economia (não sou licenciado em economia), mas auto intitulo-me especialista em generalidades.

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu também!

O Orador: Está a ver, pronto! Se calhar, é por isso.

Deputado Pedro Neves (PAN): Então defina-me aí como é que se forma a inflação!

O Orador: Ó senhor, a inflação é a depreciação da moeda.

Deputado Pedro Neves (PAN): Só! Não há preço!

O Orador: Não! Inflação é quando os preços aumentam por depreciação da moeda. Aumento de preços é outra coisa.

Deputado Pedro Neves (PAN): Alguém que ajude, porque é preciso também perceber o preço do cabaz que é definido!

O Orador: Ó senhor, nem Portugal tem política monetário, imagine só os Açores. Nós, nos Açores, vamos resolver os problemas da inflação. Está bem. O senhor não quis ouvir paciência! Mas vamos ao que importa, vamos ao que importa que é para isso que aqui estamos.

Deputado Pedro Neves (PAN): O António Vasco podia dar aqui uma ajudinha sobre o que é a inflação!

O Orador: O Bloco de Esquerda, como já aqui foi lembrado, traz, recorrentemente, esse assunto à Assembleia, como trazia o PCP.

O povo já tratou do PCP, um dia há de tratar do Bloco de Esquerda. Não se preocupa. Não tem problema nenhum.

Deputado António Lima (BE): E da Iniciativa Liberal?!

O Orador: Também há de tratar. Aliás, tratou de alguém que se posicionava também mais ou menos como a Iniciativa Liberal, mas que a partir de certa altura começou a ficar incomodado. Talvez tivesse a crescer pouco e então virou um bocadinho, mais demagógico, para um outro lado, e também já desapareceu da Assembleia da República. Pelo menos já desapareceu! Deixou de se preocupar com as empresas, deixou de se preocupar com uma série coisas e virou mais socialista, mais social-democrata e também desapareceu da Assembleia da República.

O povo sábio sabe muito bem tratar disso. Sabe tão bem tratar disso que eu estive 20 anos sem me sentar aqui dentro. O povo, é sábio, não haja dúvidas.

O povo é sábio e eu sou um democrata.

Portanto, aceito as decisões do povo. O que o povo não pode continuar a ser é permanentemente enganado, porque se nós continuarmos a enganar o povo e a fingir, a empurrar com a barriga para a frente que isso está tudo bem e que essas medidas que nós estamos a fazer vão resolver os problemas do povo, os problemas não se resolvem... Ah! E a convencer-nos aqui uns aos outros: tu estás errada, aquele é que está certo, o outro está errado.

Nós levamos aqui umas horas a convencer-nos uns aos outros que estamos a resolver os problemas do povo e depois não resolvemos o problema do povo e o que é que acontece?

Aparece uns indivíduos mais espertos que dizem: os problemas do povo não estão resolvidos. E gritam, e tal, e ganham votos.

E pronto! E vão tomando conta disso. Até ao dia que nós quando nos apercebemos que não fizemos o trabalhinho bem feito, com honestidade, para resolver os problemas do povo, aqueles que nem se preocupam em discutir esses papéis, vão crescendo e a gente vamos sempre desaparecendo. Paciência!

Há de acontecer e não de se lembrar de todas essas coisas, de todas essas pequenas pedagogias que eu tenho a ousadia de fazer. Não sou mais do que os outros. São uns pequenos avisos.

Eu costumo dizer em linguagem mais simples, ali nos corredores de outra maneira: é marcar território, para irem lembrando, para não se esquecerem da micção na hora certa.

Mas essa questão traz-nos aqui à liça uma mais profunda, que é, eu nunca vi o Bloco de Esquerda ou o PCP trazer, nem para aqui, nem para a Assembleia da República, por exemplo, uma proposta de redução da Taxa Social Única sobre os empresários.

Porque eu concordo! Eu concordo!

Nós, não podemos assentar a nossa economia, nós não podemos assentar a competitividade das nossas empresas, permanentemente, como uma única vantagem comparativa, que é a dos salários baixos. Não podemos, porque isso não é sustentável pelas famílias. Isso não é sustentável pelo nosso povo. Não podemos continuar nisso.

E só há uma maneira de o fazer: é reduzir o esforço que essas empresas têm que fazer para pagar ordenados. A remuneração mínima mensal garantida, como se diz agora, o Senhor Deputado António Lima, facilmente, escreveu, salário mínimo nacional, que é para facilitar, e devia ser sempre o salário mínimo nacional para as pessoas perceberem, devia ser sempre assim (o senhor tem toda a razão), mas a remuneração mínima mensal garantida, em vigor na Região Autónoma dos Açores, com essa proposta do Bloco de Esquerda, subiria, como já aqui foi lembrado, para 817€.

Ora, isso representa um esforço para um empresário, no final do mês, de 1.043€, e explico: 23,75 da Segurança Social e depois o Estado, o tal Estado paternalista, que gosta muito de resolver os problemas de uns, complicando a vida dos outros, chegou à conclusão que tinha, na taxa social única de 23,75€, mais um sobre o trabalhador desses, 813 levava 30 e qualquer coisa, 32 ou

33, ainda arranjou maneira de se safar, passo a expressão, de mais umas responsabilidadesitas e então, inventa uma outra coisa, o seguro de acidentes de trabalho obrigatório. Nalguns casos, chega a ser 6%. Há setores onde estão a ser cobrados 6%, 4, e 2 na melhor das hipóteses.

Quem foi que inventou o seguro de acidentes de trabalho obrigatório? O Estado! Eu não sei qual foi a cor. Não sei se foi o PS, foi o PSD, porque ambos andaram a governar a República desde o princípio da democracia, felizmente.

Mas o que é facto, da democracia, felizmente...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Felizmente que foram eles!

O Orador: Da democracia, felizmente, democracia. Não é “felizmente que foram eles”, é felizmente que é democracia, para o caso do Senhor Deputado não...

Porque é que se inventou o seguro...

Deputado António Lima (BE): Não me parece!

O Orador: Já lhe vou explicar, Senhor Deputado.

Porque é que se inventou o seguro de acidentes de trabalho obrigatório?

Porque a Segurança Social, para a qual pagámos 34.75% do nosso trabalho (nós pagamos 11 e entidade patronal 23,75), não consegue garantir a assistência a essas pessoas que têm acidentes de trabalho.

Países há, diz o Senhor Deputado António Lima, sabiamente, que de facto, todos eles têm seguros de acidentes de trabalho.

Pois têm, mas as empresas e os trabalhadores não pagam do seu vencimento imposto sobre o seu trabalho, que não é imposto, chamam-lhe taxa, taxa social única, de 34.75%. É a questão que precisamente que reside aqui entre os países mais liberais e aqueles menos liberais.

É que o cidadão e o patrão são responsabilizados pela sua segurança social e cada um tem liberdade de escolher qual é o regime que quer, se quer um regime naquela empresa, naquela outra empresa, ou naquela outra empresa.

(Aparte inaudível)

O Orador: Tomáramos nós ter uma democracia robusta daquela forma. Já viu Senhor Deputado? Até isso, até esse bom exemplo dos países mais liberais nos vem, que é a liberdade de pôr uma maioria a andar. É uma grande vantagem de vez em quando.

E a irresponsabilidade dessas medidas de subir os ordenados cai sempre por aí. É porque quanto mais subir a remuneração mínima mensal garantida, em vigor na Região Autónoma dos Açores, menos competitividade têm as nossas empresas, mas nós temos que trabalhar é para as empresas serem competitivas, sem ser com um rendimento mínimo mensal garantido.

Se calhar, se o rendimento mínimo mensal não fosse garantido e fosse liberal (se calhar!) as empresas eram mais competitivas à procura dos melhores trabalhadores e pagavam menos aos que trabalhassem menos e mais aos que trabalhavam mais.

Assim o que é que fazem? Nivelam por baixo, nivelam pelo mínimo.

Deputado Pedro Neves (PAN): Que baralhação!

O Orador: Senhor Deputado Pedro Neves, sabe uma coisa? A maior das pessoas que recebem a remuneração mínima mensal garantida na Região Autónoma dos Açores não só empresários por sua conta, nem microempresário.

São trabalhadores por conta de outrem e esse é que é o drama nessa região. São trabalhadores por conta de outrem e nós estamos, constantemente, a fazer a nossa economia sustentar-se em vencimentos baixos.

E eu percebo! Eu percebo! Eu percebo porque é que tem que ser? É porque, de facto, as empresas são sufocadas por impostos, taxas, taxinhas e constrangimentos ao seu desenvolvimento e à sua atividade, permanentemente.

E é por isso que eu percebo porque é que PS e PSD estão de acordo nesta circunstância, porque governam o país e essa região, desde o princípio da nossa autonomia, e sabem perfeitamente e conhecem perfeitamente o tecido empresarial dessa região e o que é que fazem para o tecido empresarial dessa região estar no estado em que está. E por isso também concordo, como disse o Senhor Deputado Joaquim Machado, que o Estado venha pagar os aumentos da remuneração mínima mensal garantida. E eu também concordo que na região deviam estar abrangidos.

Eu não concordo é que tivesse que existir na República. Não tem que existir, porque nós estamos chegando a um ponto que a nossa economia está tão frágil (e essa é que é a nossa grande responsabilidade, a economia está tão frágil) que sempre que é preciso subir a remuneração mensal mínima garantida – vou conseguir dizer isso bem depressa até ao final do dia –...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... o Estado tem que acudir às empresas.

Foi ao que nós chegamos. O Estado tem que acudir às empresas, sempre que entende aumentar a remuneração mínima mensal garantida. E isso é que não pode acontecer!

Senhor Deputado António Lima, tenho muita pena, mas eu não vou acompanhar essa sua medida, mas se o senhor apresentasse uma medida na República para baixar até a sua, já que aqui não se pode, eu acompanharia.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado. Tem agora a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O debate derivou em várias frentes e também para a situação económica da região.

E é por isso que eu gostaria aqui, hoje, e agora, de referir três ou quatro informações que acho que espelham bem a situação económica da região e também a assertividade das políticas seguidas por esta coligação e pela maioria parlamentar que a apoia.

Em primeiro lugar, nunca houve tanto emprego nos Açores!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

O Orador: Nunca houve tantas pessoas empregadas na história dos Açores!

Nunca houve tanto turismo nos Açores!

Nunca houve um preço do leite tão alto como existe, neste momento, nos Açores e nunca se pagaram tão poucos impostos como se paga, neste momento, nos Açores!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto é, em conclusão e em resumo, aquilo que é a coroa de glória desta governação e da maioria que a apoia.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

O Orador: Menos impostos, mais emprego, mais turismo, melhor preço de leite.

Nunca existiu uma situação destas nos Açores.

E, portanto, por mais que se diga, isto é ineludível!... Ineludível!...

Isto não impede, antes, incentiva que, em sede de concertação social, possamos fazer a análise do que podemos fazer mais para ajudar as açorianas

e os açorianos a enfrentarem e a mitigarem o período inflacionista que temos pela frente. E vamos fazê-lo.

Mas já o estamos a fazer nas medidas que estamos a desenhar e nas linhas orçamentais que estamos a propor.

Nunca houve uma proposta, neste caso, uma anteproposta de plano, tão forte no social, na história da autonomia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Um aumento de 15% no Complemento Regional de Pensão, do abono de família, do CEDO, da remuneração complementar.

Nunca houve uma proposta com um pendor social tão forte para compensar exatamente aquilo que vamos ter pela frente no próximo ano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas não é só para os mais frágeis, para os mais pobres. É também para a classe média, para aqueles que pagam crédito à habitação.

Para esses vamos ajudar no momento em que aumentam as suas rendas de crédito à habitação, naquilo que é o diferencial imposto pelo aumento das taxas de juro.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Vamos dar a mão à classe média. Mas vamos também dar a mão às micro e pequenas empresas.

E, Senhor Deputado António Lima, eu sou de uma terra muito pequena.

Deputado António Lima (BE): Eu também!

O Orador: Eu conheço muito bem as micro e pequenas empresas, as pessoas mais frágeis e sei que os grandes se safam sempre.

Mas é para as micro e pequenas empresas que vamos ter que ajudar e, sim, é verdade, o Governo Regional assume: não está satisfeito com aquilo que o Banco de Fomento tem feito.

Deputado António Lima (BE): Ah!... Não estava à espera disso!

O Orador: E vamos até às últimas consequências em relação ao Banco de Fomento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): Não estava nada à espera disso!

O Orador: Mas digo-lhe mais, o banco de fomento não tem 1€ (1€!) dos Açores.

Não tem 1€ dos Açores!

Deputado António Lima (BE): Está consignado?!

O Orador: O Banco de Fomento não tem 1€ dos Açores.

Deputado António Lima (BE): É que gere! O Banco de Fomento é que gere!

O Orador: O Banco de Fomento o que tem é um fundo, que foi definido ser gerido pelo Banco de Fomento,...

Deputado António Lima (BE): Quanto é que gere?

O Orador: ... mas enquanto não houver o processamento desses fundos, e foi aberto um primeiro aviso, não tem 1€, nem sei se irá ter.

Deputado António Lima (BE): E os fundos de investimento?

O Orador: Os fundos de investimento, desde logo, que foram abertos, são aqueles que servem ou para projetos grandes ou para projetos especiais. E o que estamos a desenhar é algo inovador para as micro e pequenas empresas, para aquelas que certamente o Senhor Deputado Carlos Silva tem muita atenção, também.

As micro e pequenas empresas, são a nossa principal preocupação e estamos a desenhar, e temos também uma linha orçamental, prevista para essas micro e pequenas empresas,...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

... para que se possam capitalizar. E porquê?

Porque sendo estas medidas e as políticas que este Governo e esta maioria têm definido, um enorme sucesso, como já referi (um turismo como nunca houve, um emprego como nunca houve, com o preço do leite como nunca houve), todos estes sucessos não nos deixam descansados, porque ainda há pessoas que ganham pouco. Há pessoas que vão sofrer ainda mais com a inflação e é para esses que nós estamos a trabalhar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para os mais frágeis, para a classe média, para as micro e pequenas empresas! Sim.

E aproveitando medidas e políticas que funcionaram, Senhor Deputado Carlos Silva, termino dando-lhe alguns números:

- ELP, em 3 anos e meio apoiou 2041 contratos;
- o CONTRATAR num ano e meio apoiou 3.100.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso, é, na história da autonomia, o programa de combate à precariedade mais forte que existiu. Mas não é só isso! É que enquanto o ELP apoiava em função do salário mínimo, o CONTRATAR apoia em função do salário contratado, e isso fez com que os salários, em média, subissem 10%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Estas são as políticas deste Governo e da maioria que o apoia. E é também com esta convicção, com esta estratégia, que vamos, de mãos dadas com os açorianos, enfrentar a crise que temos agora pela frente.

Estes sucessos foram em cima da maior crise pandémica dos últimos 100 anos, numa guerra na Europa que não existia há 70, numa crise inflacionária que não existia há 20 anos. E nós temos estes sucessos, mas também por termos estas crises todas, vamos robustecer as políticas governativas de mãos dadas com as açorianas e com os açorianos.

E apelando à responsabilidade (sim, à responsabilidade!) de todos nesta casa para podermos enfrentar o ano de 2023 com um sucesso tendencialmente semelhante àquele que temos vindo a enfrentar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Tem a palavra agora, para participar no debate, o Senhor Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu comprei aquilo que o Senhor Secretário vendeu agora mesmo.

Compro, mas também é preciso aumentar os ordenados e é por isso que o PAN vai votar favoravelmente a iniciativa do Bloco de Esquerda, apesar de termos de ajudar, obviamente, as empresas, ajudar também, obviamente, o aumento do salário médio, que, obrigatoriamente, tem que aumentar (sem dúvida), mas também temos que mostrar quando, por exemplo, o Senhor Deputado Nuno Barata quer dar aqui aulas sobre inflação, eu tenho que obviamente

meter um pé à parede e dizer: “não é bem assim em tudo”, apesar de que o Senhor Deputado Nuno Barata sabe tudo, mas às vezes derrapa um bocadinho. Disse que o PAN, pelos vistos, não sabe de inflação.

Mas eu também sou um generalista. Como o Senhor Deputado Nuno Barata, eu também sou um generalista, mas sou um autodidata e sou muito estudioso, isto em prol dos açorianos. Nós temos que saber minimamente do que é que nós estamos a falar e Senhor Deputado Nuno Barata, apesar de eu concordar com muitas coisas, neste momento sobre a inflação não sabe bem o que é que diz, porque, por um lado, é a moeda, sim, não podemos controlar nada sobre a moeda, nem podemos criar moeda. Aliás, não podemos criar dívida a não ser de reduzir ou a dívida, ou se tivermos um crédito, temos que pagar esse crédito, e obviamente que podemos criar dívida. Mas a inflação, que não é certa e que depende de país para país é definida pela evolução da média de um cabaz de produtos que é volátil anualmente e os especialistas que estão nesta casa que me digam o contrário.

Essa evolução é que define a inflação e define a previsão da inflação para o ano seguinte. Mas há um problema nesta previsão, porque obviamente que as pessoas perdem poder de compra. Aqueles 1.200 ou 1.400 produtos definidos dentro do cabaz, as pessoas não têm dinheiro para comprar e então nós não sabemos qual é que vai ser a inflação nas famílias e esse é o problema. Por isso mesmo, além de a inflação poder ser 7,5, pode ser muito mais.

Depende se o produto está ou não está na evolução do cabaz dos produtos definidos pela inflação.

Deputado Nuno Barata (IL): Nós não podemos combater a inflação. Temos é que mitigar a inflação!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu julgo que debate está interessante. Aliás, o debate sobre rendimentos é também sempre, naturalmente, um debate sobre a economia e sobre o seu estado. E aí concordo com o Senhor Secretário ao falar de economia.

E antes de ir a alguns argumentos, até questões, nomeadamente por parte do Grupo Parlamentar do CDS, deixe-me dizer, Senhor Secretário, em primeiro lugar, e fazendo aqui (porque registei os sucessos do Governo, os seus alegados sucessos...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Alegados, não! Aprovados!

O Orador: ... o senhor diz que nunca houve tantas pessoas empregadas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E é verdade!

O Orador: Nunca houve tanto turismo!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E é verdade!

O Orador: O leite nunca foi tão bem pago, diz o senhor.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E é verdade!

O Orador: E nunca se pagou tantos impostos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E é verdade!

O Orador: Mas não quer aumentar o salário àqueles que menos ganham.

Não quero aumentar o salário àqueles quase 40.000 açorianos...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Quero! Quero!

O Orador: ... àqueles quase 20.000 açorianos...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Queremos aumentar!

O Orador: ... que ganham o salário mínimo.

Quer dizer, isto é um sucesso só para alguns. Aqueles que estão a trabalhar para esse suposto sucesso, aqueles que, olhe, no sector do turismo “dão ao litro” para manter e, aliás, fazendo horas extraordinárias até à inconsciência, muitas vezes não sendo pago por elas, o senhor não quer aumentar o salário. Esse é que é o problema.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Quero!

O Orador: Se há tanto sucesso assim, então vamos aprovar esta proposta e vamos aumentar os salários.

Senhor Secretário Regional, sobre o Banco de Fomento, há aqui um pequeno ato de contrição, mas o senhor vem dizer que bem, afinal, isto não é nada connosco, nós não estamos satisfeitos com o Banco de Fomento e até se calhar, até parece que o senhor vai, de certa forma, admitir o Banco de Fomento.

Bem, quem aprovou a legislação que entregou a gestão daquele dinheiro para o Banco de Fomento, foi o seu Governo, como bem sabe, através de resoluções do Conselho de Governo. A Senhora Secretária Berta Cabral foi nomeada para a Comissão Técnica.

Ou seja, quem decide sobre aquele dinheiro, quem decide a forma como ele é aplicado, aliás, vai ser aplicado através de fundos de investimento.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Nem um! Zero!

O Orador: Fundos que são anónimos que ninguém sabe quem é, onde vive, se são portugueses, se são estrangeiros, se são...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Zero!

O Orador: Quer dizer, nós estamos a entregar o dinheiro a quem?

Não é aos açorianos, não é às empresas açorianas e isso é um problema, porque é muito dinheiro. E esse dinheiro faz falta. Poderia estar a ser utilizado noutras coisas, podia estar a ser utilizado na recapitalização das empresas, que foi para isso que ele foi alocado, e o que se fez foi entregar a um banco que nós, na verdade, não temos, pelos vistos, nenhum poder, mas que os senhores decidiram entregar e decidiram as políticas que esse banco vai definir com esse dinheiro.

Indo àquelas que foram algumas das questões e alguns dos argumentos que foram a aduzidos neste debate, eu nem perco muito tempo com a questão de que não se deve aumentar o salário mínimo, porque senão os outros salários ficam demasiado próximos, porque assim quer dizer, nunca se aumentaria o salário mínimo, porque esse ia aproximar-se de outros salários. É o argumento de quem quer deixar tudo como está.

A preocupação que o CDS referiu com as empresas e as pequenas empresas dos Açores, eu até percebo essa preocupação e é legítima.

Agora é preciso olhar para o contexto também regional. É que a maior parte das empresas dos Açores, como bem sabe, vende para o mercado interno, ou então no setor do turismo.

Um euro no bolso dos açorianos, principalmente quando se está a falar de baixos salários, é 1€ que vai ser gasto na economia açoriana, em regra. Dinamiza a economia. Não é o caos que querem pintar.

Esse aumento de salários e, aliás, a ver pela pelas declarações do Senhor Secretário, se a economia está assim tão bem, então não aguenta este aumento?

É uma contradição engraçada!

Mas nós bem sabemos que o que a coligação está mais habituada, desde os tempos não só da troika, é a cortar salários.

Aliás, em 92, o Senhor Deputado Joaquim Machado fazia parte de um governo que revogou remuneração complementar. Imagine-se, habituados que estão a cortar salários.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado, tenho o mínimo de honestidade! A única coisa que a gente corta é nos impostos!

O Orador: Para isso não contam, obviamente, com o Bloco de Esquerda.

Deixe para o fim a questão e os argumentos da Iniciativa Liberal. Eu não vou, obviamente, tentar rebatê-los, porque julgo eu que a declaração e a intervenção do Senhor Deputado Nuno Barata diz tudo da sua conceção de sociedade.

É uma sociedade onde quem tem o poder paga o que quer e quem não tem que trabalha quantas horas o patrão quiser, recebe o que o patrão quiser e o Estado não tem nada a dizer.

Ao mesmo tempo (e ainda hoje apresentou uma proposta), o mesmo Estado que diz que é paternalista, quer criar o que chama de incentivos, que é a mesma coisa do que subsídios,...

Deputado Nuno Barata (IL): Não é, não senhor!

O Orador: ... a uma pequena parte da sociedade: armadores do tráfego local, que nos Açores são 3 ou 4.

Enquanto o Bloco de Esquerda quer apoiar uma grande parte dos trabalhadores dos Açores, aumentando os salários, a Iniciativa Liberal quer ajudar 3 ou 4 pessoas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O facto de intervir bastante depois das primeiras intervenções, tem disso, quando vamos dizer alguma coisa, alguém já disse.

Ia começar precisamente por dizer que há uma linha que separa as entidades empregadoras dos funcionários, que não é uma linha, é uma barra. Uma barra com 34.75%. Há quem diga que é 23,75 da entidade patronal e os outros 11% do empregado.

Para mim não é. É um comissionista que anda ali entre quem trabalha, e quem paga, e esse comissionista recebe os 34.75 (imagine-se só!) para garantir a proteção social e os subsídios para a velhice e que depois, de vez enquanto, nos telejornais ouve-se que a segurança social está entrando em rota de colisão; se não for feito nada, a coisa vai dar para o torto. Já estamos fartos de ouvir isso.

E agora pergunto: o comissionista que recebe os 34.75, que podia, em parte ficar na tesouraria das empresas, em parte ficar no bolso dos profissionais, vai para um Estado, que depois tem muitas despesas com a proteção social.

Na verdade, depois dessas despesas todas que tem, está entrando numa rota de insustentabilidade e está entrando numa rota de insustentabilidade, precisamente porque os dois grandes partidos nunca se entenderam para fazer uma revisão séria da segurança social, para a pôr verdadeiramente sustentável, que é isso que os portugueses querem, querem ter confiança num sistema que seja seguro, que lhes garanta que quando chegar a altura de receber a sua pensão, a vão receber, que é coisa que hoje ninguém dá por garantida.

Aliás, é frequente ouvirem gente da minha idade dizer: quando chegar à minha altura de receber a reforma, já não há nada para mim. Eu ouço isso quase todos os dias

As pessoas vão dizendo isso com otimismo, mas o que é certo é que isso, no dia que nos bater à porta, vai doer.

Vai doer, porque aqui há uns anos, quando Passos Coelho cortou 10% nas pensões acima de 1.500, alguns ficaram indignados. Eu disse a eles: bem bom que só te estão cortando 10% ao teu pai; quando chegar à nossa altura, se calhar vão cortar os 90% e vão nos dar só os 10.

E acho que é nisso que se tem que pensar. Os partidos grandes têm que se entender no sentido de arranjar uma proteção social que seja segura, porque não podemos estar aqui com a hipocrisia de dizer, como de vez em quando se diz aí, que as pessoas também têm que perceber que tem que fazer os seguros de proteção para a sua velhice, uns planos seguros.

Onde é que as pessoas que ganham 800€, 900, 1.000 e 1.100€, têm capacidade para tirar dali um percentual de 100, 200 ou 250 para fazer um seguro para a velhice? Não, não têm. Ponto.

Quem ganha 1.000, 1.500, 2.000 ou 2.500 não o faz. Quem ganha pouco com certeza que não o pode fazer.

Portanto, estamos aqui numa situação em que há um comissionista entre quem trabalha e quem paga pelo trabalho, que está a ganhar dinheiro a mais e que não está a garantir o serviço que se propõe fazer.

Esse é que é o grande problema da nossa sociedade e é por isso que é preciso emagrecer a máquina do Estado.

É preciso rigor na gestão do dinheiro de quem paga e de quem trabalha, porque, caso contrário, vamos ter sempre uma classe que são os esmagados da sociedade, os que ganham 800€ ou 700 e poucos euros, que têm que suportar o facto de que o açúcar não pode subir dois cêntimos, o iogurte não pode subir quatro cêntimos, porque, “ai Jesus, se subirem o ordenado as coisas vão ter que subir”.

Não! Há de ser sempre os mais discriminados da classe trabalhadora, que têm que assegurar o nível de vida aos outros que ganham mais.

Não!... Sinceramente, e acompanhando, de alguma forma, a linha de pensamento do Senhor Deputado António Lima, há que esbater a diferença

entre o que se paga no público e no privado, porque, caso contrário, estamos a tratar filhos e enteados e uma sociedade que trabalha desta forma (e já ontem disse isso aqui nesta Casa) uma sociedade que afina nesse diapasão, não é uma sociedade que vá longe.

Obrigado.

Presidente: Obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu já o referi, mas vou tornar a repeti-lo.

O Governo Regional dos Açores não está satisfeito com o desempenho do Banco de Fomento Português. Aliás, nem o Governo Regional dos Açores e, ao que sei, ninguém está, em Portugal. Nem o Governo da República está, nem as entidades mais variadas estão satisfeitas com o desempenho do Banco de Fomento. A expectativa era outra e vamos ter que, em breve, saber se o Banco de Fomento consegue, ou não, dar a resposta de fazer chegar ao tecido empresarial, quer seja através dos fundos de investimento, que é aquilo que já lançou um aviso e que ainda não concluiu, quer seja através deste modelo inovador que na região estamos a tentar montar, desenhar, com o apoio da banca de retalho, de maneira a podermos capitalizar o nosso tecido económico das micro e pequenas empresas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Se o Banco de Fomento Português não der resposta a concluir o processo dos fundos de capitalização que tem e se não der resposta a esta solução que estamos a desenhar para capitalizar as micro e pequenas empresas, a região terá de encontrar um outro tipo de resposta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E nesse aspeto, acho que a região não estará sozinha. Em Portugal há um conjunto vasto de entidades com a mesma preocupação e de responsáveis políticos também com a mesma preocupação.

Em segundo lugar, Senhor Deputado António Lima, já me ouviu dizer, mais do que uma vez, já me ouviu apelar, à responsabilidade social dos empresários.

Deputado António Lima (BE): Pode ter, no Governo!

O Orador: Não há muito tempo ouviu o Senhor Presidente do Governo referir, em relação ao sector turístico...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... e as críticas a que foi sujeito.

Portanto, quero dizer que da parte deste Governo há toda a vontade de fazer subir os salários, no que está ao nosso alcance, quer seja através de incentivo à contratação, como o programa CONTRATAR, que fez aumentar os salários, quer seja através daquilo que são as participações diretas do Governo Regional da região. Nós estamos disponíveis.

Mas mais!

Estamos disponíveis e interessados para, em sede de concertação social, que é onde esta matéria deve ser tratada, fazermos uma análise de quais são as opções futuras que temos nesta matéria e fica aqui o compromisso da parte do Governo de fazermos essa análise em sede de concertação social.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A terminar, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Na verdade, por mais dificuldades que tenhamos, repito, esta coligação, esta maioria, deve sentir-se feliz, porque substituímos um ciclo vicioso de mais endividamento, mais impostos, mais desigualdade e menos emprego, por um ciclo virtuoso de menos impostos, mais emprego, mais turismo e melhor preço de leite. É isso que fizemos na região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): *Stand up comedy*, às 19h20, Sr. Secretário?!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Custa a ouvir!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Custa, custa! Também lhe custa a si!

Deve andar até sem dormir!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faça um favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Eu tenho assistido a este debate, faço-o tentando ter a maior atenção, em relação aos argumentos que têm sido aqui explanados, e às afirmações que têm sido proferidas pelos diversos intervenientes.

E confesso que há aspetos com os quais concordo e há outros que me parecem sobremaneira martelados para parecer algo que não são.

Mas gostaria, em primeiro lugar, de dizer e de reiterar, e de juntar a minha voz à voz do Senhor Deputado Carlos Silva, na apresentação da posição e dos argumentos que foram aqui expendidos, a propósito da posição do Grupo Parlamentar do PS sobre esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

E talvez referir um outro aspeto que me parece importante. É que se houve tempo em que uma iniciativa desta natureza tinha certamente alguns argumentos que poderiam ser aduzidos em seu desfavor, com a situação que se vive a nível nacional, a nível europeu e a nível internacional, mais

argumentos se podem juntar quanto à abordagem pouco cautelosa, no nosso entendimento que esta proposta traz para este assunto que temos em debate.

Quando aquilo que pelas mais diversas instituições internacionais, o que se recomenda é uma abordagem cautelosa, em relação ao comportamento da economia e, sobretudo nos elementos e nos fatores que podem contribuir para o crescimento da inflação, esta proposta colide, e eu não percebi ainda de que forma é que ela se pode conciliar com estes alertas que têm sido feitos, sendo certo que, em última instância,...

Deputado António Lima (BE): Isso não é consensual.

O Orador: O Senhor Deputado António Lima pode dizer: eu não quero saber nada dos alertas. Também há algo que é legítimo.

Deputado António Lima (BE): Não é consensual.

O Orador: Mas já percebi que o argumento é dizer que os alertas não são consensuais. Bom, vale o que vale.

Mas, julgo que, e era uma questão que deixava exatamente aqui, era saber de que forma é que, no seu entendimento, como proponente desta iniciativa, o reforço do aumento percentual que o salário mínimo regional já tem, face ao salário mínimo nacional, que, por sua vez já aumenta, de que forma é que isso é uma abordagem – julgo que aí estamos todos de acordo – que deve ser cautelosa, de cautela, em relação àquilo que pode induzir a um crescimento da inflação, mesmo tendo consciência que na região a inflação é inferior àquela que se verifica a nível nacional.

O segundo aspeto que eu gostaria de referir, e que vai um bocadinho em relação aos argumentos que foram aqui apresentados, tem a ver com a acusação de resignação de que o Senhor Deputado Joaquim Machado dirigiu ao Grupo Parlamentar do PS.

Senhor Deputado Joaquim Machado, a posição do Partido Socialista sobre esta matéria é clara em duas votações: naquela que se realizou aqui nos Açores e naquela que se realizou na Assembleia da República.

Em ambas, o Partido Socialista Açores foi claro na sua posição. Nós entendemos que o Governo da República deveria de compensar também as empresas dos Açores, e da Madeira, da mesma forma que compensou as nacionais.

E se é certo que estamos de acordo nessa parte, a partir daqui os nossos caminhos divergem. E divergem, porquê?

Divergem, tendo em conta a posição relativa que cada um de nós tem quanto à possibilidade de resolver, ou de contribuir, para resolver esse assunto. É que se toda a sua argumentação até poderia ter algum grau de compreensão, quanto àquilo que deriva do aumento do salário mínimo nacional, já falha, e fica a dúvida, quanto àquilo que deriva do aumento regional.

Então, se é assim, quem é que está mais resignado?

É o Partido Socialista que votou a favor em ambas as situações e que não tem mais meios de demonstrar a sua razão neste processo, ou é o PSD e o Governo Regional que, mesmo assim, e nem que fosse naquele que é o aumento do salário mínimo regional, poderia ajudar as empresas dos Açores? O Governo decidiu não fazê-lo.

Repare: nós não reclamamos que o Governo cubra o aumento do salário mínimo nacional. O que nós desafiamos é o Governo a apoiar as empresas açorianas naquele que é o aumento que deriva do aumento do salário mínimo regional.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Não o fazem, porque não querem fazer, ou porque não podem fazer.

E assim se prova, Senhor Deputado Joaquim Machado, que quem está mais resignado nesta matéria é Vossa Excelência e não o Partido Socialista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Senhor Secretário Regional das Finanças, eu comungo do seu otimismo em relação à economia dos Açores. Ou melhor, comungo, como não poderia deixar de ser, dos factos, que resultam de, em alguns desses setores que Vossa Excelência referiu, haver efetivamente um crescimento. E que não restem dúvidas: isso é bom.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Regozijamo-nos com isso.

O Orador: Isso é muito bom!

Mas, Senhor Secretário Regional das Finanças, esqueceu-se Vossa Excelência, e é essa a parte em que a sua caracterização da situação me parece mais martelada, é que nunca o Governo Regional recebeu tanto dinheiro de impostos como tem recebido, mas nunca a situação das finanças públicas regionais esteve tão desequilibrada como está atualmente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

O Orador: Nunca houve um desequilíbrio tão grande das finanças públicas regionais como há agora.

Senhor Secretário Regional, o défice de 2021 (o défice de 2021) bateu o recorde. Bateu o recorde!

E a situação torna-se tão mais significativa (são 383.6 milhões de euros de défice apurado em 2021)...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

O Orador: ... quando, em 2021, Vossas Excelências, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, puseram menos dinheiro na SATA do que o Governo anterior tinha posto em 2020.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Mas isso foi pelas asneiras que fez!

O Orador: Vossas Excelências receberam, em 2021, os fundos comunitários das despesas feitas pelo Covid em 2020 e, mesmo assim, apresentam o maior desequilíbrio de sempre das finanças públicas da nossa região.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Falso!

O Orador: Nunca, como agora, houve uma dívida tão grande da região. Vossa Excelência, invocam um orçamento de endividamento zero, mas fá-lo, não porque queira, mas porque não pode...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Falso!

O Orador: ... porque já ultrapassou os limites do endividamento.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Falso!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*): Falso! E o senhor sabe que é falso!

O Orador: Nunca, como agora, houve um corte tão grande e uma redução tão grande...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Falso!

O Orador: ... (nunca como agora houve um corte e uma redução tão grande) numa anteproposta de plano e orçamento, para a nossa região, de plano de investimentos, como havia em relação ao plano de investimentos que vigorava.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

E isso é algo, Senhor Secretário Regional, que não pode deixar de merecer também uma reflexão nesta Casa em relação à situação de, por onde, nos conduzem Vossas Excelências, a nossa região.

Por último, em relação ao emprego, Senhor Secretário Regional das Finanças, a taxa de desemprego, no segundo trimestre de 2022, é superior à do país.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Diga a taxa de emprego! Diga quantos é que estão empregados! Diga tudo!

O Orador: O aumento da população empregada (já agora, eu apelava à atenção do Senhor Deputado Nuno Barata e do Senhor Deputado José Pacheco, porque este dado contraria flagrantemente aquilo que Vossas Excelências têm assumido como uma das vossas bandeiras) nos Açores faz-se à custa da criação de mais 4.200 empregos, onde, na função pública,

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Quantos entraram para a SATA e para a EDA?

O Orador: ... na função pública...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: ... se Vossa Excelência, somar os dados,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: Eu não sei se posso...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Pode!

(Apartes inaudíveis)

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Deputado, e antigamente como era?

O Orador: Era menor.

Deputado José Pacheco (CH): Era, era!

O Orador: Era menor!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Se Vossa Excelência somar os dados, daquilo que tem a ver com a administração pública, com a saúde e com a educação, chegará exatamente a esse valor.

São mais cerca de 4.200 empregos à conta da função pública...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: ... e é isso que o Senhor Deputado José Pacheco, se ri, e, impacientemente e pachorrentamente, apoia.

Deputado José Pacheco (CH): Isso é falso!

O Orador: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Espero que exista oportunidade de apresentar e que não se vá para intervalo!

O Orador: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados...

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, os senhores, imediatamente a seguir, terão oportunidade de se inscrever e debater os argumentos que vão ser apresentados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Espero bem que sim!

O Orador: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, acabámos de assistir aqui também ao reconhecimento do fracasso da opção política do Governo Regional (deste Governo Regional) de entregar 125.000.000 de euros, que eram destinados às empresas açorianas, e pô-los nas mãos do Banco de Fomento.

Senhor Secretário Regional, é muito engraçado chegar aqui e dizer, nós não estamos satisfeitos.

Os senhores, agora é que “caíram da burra”. Nós, desde o início que alertámos para esse problema...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: ... e neste momento, as empresas açorianas estão privadas desses 125.000.000 de euros, porque os senhores erraram, os senhores cometeram um erro e quem está a pagar pelo vosso erro são as empresas dos Açores.

Não vale a pena agora chorar sobre o leite derramado, Senhor Secretário. Este erro, deve-se a opção errada do Governo, do qual Vossa Excelência é Secretário Regional das Finanças, que, em vez de criar os mecanismos que podiam fazer, neste momento, particularmente exigente e difícil, as empresas açorianas serem recapitalizadas com esses 125.000.000 de euros, aquilo que os senhores fizeram foi, pura e simplesmente, entregá-los ao Banco de Fomento, e isso soma-se a outras coisas.

Somam aos 117.000.000 de euros que as empresas açorianas, no âmbito das Agendas Mobilizadoras, não puderam utilizar para os fins...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: ... que estavam destinadas....

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: ... e some ainda aos mais de 60.000.000 de euros, que, por erro deste Governo, a região perdeu das verbas comprometidas para o Furacão Lourenço.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso!

O Orador: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Errare humanum est, como diz o Senhor Presidente do Governo.

O único problema é que quem está a pagar pelos erros deste Governo são as empresas e as famílias dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Ao longo desta legislatura vamo-nos habituando aqui a um determinado ritual.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então não é?

O Orador: Quando o debate está a correr mal, levanta-se o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, como se fosse um “bombeiro de serviço”...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não será o contrário?

O Orador: ... para “apagar o fogo” que está naquela bancada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Essas suas leituras, hoje, estão completamente erradas! Não acerta uma!

O Orador: Hoje voltou a verificar-se o mesmo comportamento.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Hoje é, em cada cavadela, cada minhoca!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor devia-se demitir de Presidente da CAS.

O Orador: Confrontado com os sucessos da governação, logo se levantou o Senhor Deputado Vasco Cordeiro para pôr abaixo os sucessos que a governação e os açorianos estão a fazer para viver melhor na nossa terra. É uma coisa notável!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas desses sucessos, porque já vi a inscrição do Senhor Secretário Regional das Finanças, eu vou-me coibir de fazer muitos comentários.

Todavia, concordando numa coisa com o Senhor Deputado Vasco Cordeiro: de facto, é necessário fazer mais, era possível fazer mais, era possível fazer melhor, não fosse a dívida que os senhores deixaram para os açorianos pagar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Freitas (PSD): Ora bem, era muito mais fácil!

O Orador: Sobre a discriminação das empresas dos Açores, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, depois da votação dos deputados dos Açores na Assembleia da República, o que é que fez o Partido Socialista dos Açores para resolver o problema?

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o que é que fez o senhor?

O Orador: O que é que fez o Presidente do PS/Açores?

Se fez, não teve resultados; se não fez, o resultado também é o mesmo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Olhe, a coligação é o Governo Regional!

O Orador: Nós já percebemos que o senhor deixou de fazer parte da solução dos problemas que existem nos Açores.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, confessou, e aí a utilidade da sua intervenção, porque disse isto: “não tenho mais meios!” Confessou a incapacidade para resolver o que quer que seja.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Há indicadores recentes que dizem o contrário, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigado Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Talvez nessa última intervenção devo uma resposta ao Senhor Deputado Vasco Cordeiro, sobre a questão relativa à abordagem cautelosa, ou que alguns dizem que se deve ter, no contexto económico atual.

Em primeiro lugar e, como disse em parte, a avaliação sobre a inflação que existe neste momento, e aquilo que está a induzir a inflação, não é, consensual.

Mas uma parte daqueles que dizem que se deve ter essa abordagem cautelosa, são os mesmos que, há alguns meses atrás, em abril ou maio, por aí, diziam que a inflação era passageira: o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Governo da República, insistiam que era um vento passageiro e que, por isso, não valeria a pena fazer muito. Era um vento que passaria.

Como se viu, a inflação não é passageira, e aqueles que diziam que a inflação era passageira...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas quem é que disse isso?

O Orador: ... já corrigiram.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas quem é que disse isso?

O Orador: O Governo da República, do Partido Socialista.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Ah! É bom dizer logo!

O Orador: E não só!

E, afinal, a inflação não era passageira, por isso permita-me que desconfie destes mesmos arautos que dizem que é preciso ter uma abordagem cautelosa, que é preciso não aumentar salários no contexto da inflação.

O que é que isso quer dizer?

Empobrecer!

Porque se a inflação está mais elevada que o aumento dos salários, significa que as pessoas empobrecem, e é este contexto, e são e é destes arautos e destes senhores, que fazem algumas previsões (o FMI, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, o Governo da República) que nós desconfiamos, e eu julgo que já demonstrei que é prudente desconfiar.

Aliás, são estes mesmos, nomeadamente os bancos centrais e do Banco Central Europeu, que acha que é aumentando os juros, que vai resolver o problema da inflação. Mas o que não diz é que o aumento desses juros significa, na vida de cada um, no fim do mês, menos 100, menos 200, menos 300, menos 400 euros na conta, no fim do mês, porque é isso que vai acontecer à prestação da casa e permita-me, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, que desconfie de quem acha que a solução é tornar o povo português e o povo dos Açores mais pobre, e é por isso que nós desconfiamos e temos propostas alternativas.

Muito obrigado, Senhor Deputado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, agradeço-lhe a oportunidade de afirmar, se quiser, solenemente, perante esta câmara e perante os açorianos, que o senhor e o Partido Socialista estão errados. Estão errados!

Segundo o artigo 40.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. são retiradas, ao endividamento, aquelas verbas que são para aplicação em fundos comunitários e as verbas do Covid e aquilo que, tecnicamente, nós temos em relação ao PIB são 46,9% em 2022 e que vai se reduzir para 42,7 em 2023.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*) e **Deputado Flávio Soares** (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Esta é a verdade que as açorianas e os açorianos têm que saber.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

Deputado Carlos Silva (*PS*): Onde é que isso está escrito, Sr. Secretário!

O Orador: Ao abrigo do artigo 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, a verdade é que a região, em 2022, em 2023, pode endividar-se. A opção de não se endividar, os senhores podem concordar ou discordar – isso aí é tudo razoável! Não podem é mentir, iludir os açorianos!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Já a Senhora Deputada Sandra Dias Faria, num debate, tentou insinuar isto aqui, que o senhor, hoje, trouxe também aqui a esta Casa.

O senhor faltou à verdade, para não dizer outra maneira.

O seu faltou à verdade, o senhor errou tecnicamente, a região pode endividar-se em 2022 e em 2023.

Não se vai endividar em 2023, por uma opção da região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Aliás, numa reunião recente que tive com o Ministro das Finanças, quando lhe dei nota de que a nossa opção era de endividamento líquido zero, ficou admirado. Parabenizou-nos e disse que isso ajudava também Portugal a cumprir o critério de reduzir o défice puro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto para dizer: sim! Sim! Tínhamos margem para nos endividar ao abrigo da Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Sim! Poderíamos fazê-lo.

Sim! É uma opção deste Governo não o fazer.

E é uma opção que não invalida, antes confirma outra opção, mais importante ainda, que é termos uma proposta de antepiano, que é a melhor de sempre, e a maior de sempre, em apoios sociais para as açorianas e para os açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E estas evidências comprovam a saúde das finanças dos Açores.

Mas também lhe digo, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, a sua intervenção, a amargura que vai dentro de si (a amargura que vai dentro de si),...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... significa que o senhor estava mesmo a precisar de uma cura de oposição, e uma cura longa de oposição, e, quiçá, longa demais para o seu futuro político.

O senhor precisa mesmo de uma cura de oposição para perceber o ciclo a que levou esta região, de mais impostos, mais dívida, menos emprego, mais desigualdades e confirmada agora pelo ciclo virtuoso desta governação e dos

seus apoios parlamentares, de menos impostos, mais emprego, mais turismo, melhores preços de leite.

Isto sim, este ciclo virtuoso contraposto ao seu ciclo vicioso, e a sua amargura, comprovam que a cura da oposição ainda agora começou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): A última sondagem dava mais 4 ou 5 deputados!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, já que se dirigia à minha pessoa do alto da sua sabedoria (do alto mesmo, literalmente, o senhor é maior do que eu; pronto o senhor diverte-me um bocado, não é?) o senhor atirou aqui com o número de 4.500 pessoas que entraram na função pública.

Realmente tem razão. É uma das bandeiras.

É, como diz o outro: eu fico doente dos nervos, quando se fala nessas coisas.

Agora eu quero é perceber se estas pessoas foram trabalhar para as escolas, se foram trabalhar para hospitais, se foram trabalhar para outros sítios.

Seriam aquelas pessoas que estavam nos programas, que não davam futuro?

Seriam aquelas pessoas que estavam a recibo verde, que muitas vezes aqui o Bloco invocou? Seriam essas tais pessoas?

Eh, pá, se é nomeações, ó senhor, eu estou consigo: vamos já começar a despedir essa gente toda.

Agora, se nós estamos a falar da asneirada que nós tínhamos nos programas, que as pessoas não tinham futuro, não tinham nada e que agora vão ser contratadas, como é o caso das escolas... ah, eu fico muito satisfeito.

Ó senhor, olhe a bandeira. Olha eu a acenar aqui com a bandeira.

(Neste momento o Sr. Deputado simula que acena)

Olha para mim, senhor!... Olha a bandeira!...

2O senhor estava na autoestrada, foi-se meter pela canada.2

Dá sempre asneira, senhor!

Então, e a precariedade que o senhor criou nesta terra, com esses programazinhos, que as pessoas nem futuro tinham, e que agora estão aí à rasca, e que temos que andar aqui todos a correr a tentar resolver, e o senhor vem invocar isso, como sendo: ai, eles estão indo todos para administração pública.

Todos eles estão a ir para secretários regionais, diretores, deputados?

Não!... Estão aí a fazer aquilo que eles sabem fazer, que já faziam e que deviam fazer de forma digna, com contrato de trabalho e com futuro. É porque nem sequer um creditozinho para uma bicicleta eles conseguiam.

Ó senhor deputado, rico exemplo, hem?! Maravilha. Fico muito satisfeito com esses exemplos.

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, faz favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Senhor Secretário Regional das Finanças, invocou o artigo 40.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Senhor Secretário, mas o senhor talvez, não sei se isso justifica alguma coisa do lapso em que incorre, esqueceu-se de olhar para o artigo 67.º do Orçamento de Estado, deste ano.

O artigo 40.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas está suspenso, Sr. Secretário.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já há dias!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Não está!

O Orador: Está suspenso!

O artigo 67.º da Lei do Orçamento de Estado, deste ano, suspende o 40.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Não senhor!

Deputado Berto Messias (PS): Está bonito. Estamos bem entregues.

O Orador: ... e fica o limite de 50% para os endividamentos da região e diz que, mesmo no caso do endividamento,...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Descontando os fundos comunitários!

O Orador: Senhor Secretário, eu acredito que Vossa Excelência tem mais que fazer do que andar a vasculhar a lei.

Mas quem lhe passou a informação, errou!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Foi quem passava aos senhores!

O Orador: Não é o artigo 40.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. É o artigo 67.º da Lei do Orçamento de Estado. E o que o artigo 67.º da Lei do Orçamento de Estado diz, é que é verdade que podem recorrer à dívida de fundos comunitários e podem recorrer ao Covid (e já vamos aí), desde que não ultrapasse 50% do valor do PIB.

Vossa Excelência está a laborar em erro, Sr. Secretário!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Não senhor!

O Orador: Vossa Excelência está a laborar em erro, que é um erro de quem olha para um artigo que está suspenso e não se preocupa com o artigo que está em vigor.

Em segundo lugar, o que eu gostava de dizer era o seguinte:

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Não é o deste ano!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não! É o deste ano mesmo, Senhora Secretária Regional. É o de 2022!

O Orador: Eu gostava de concluir, mas...

Deputado Marco Costa (PSD): Cale a sua bancada! A sua bancada é que não se cala!

O Orador: No segundo trimestre de 2022, em relação ao primeiro trimestre de 2022, a população empregada aumentou 4.200.

Na administração pública, se forem ver, passou de 13.900 para 15.200.

Na educação passou de 8.300 para 8.900, na saúde passou de 13.800 para 16.100...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas *(Berta Cabral):* Alguma vez isso foi assim?!

O Orador: ... 1300 de diferença: 600 com 2.300, dá 4.200.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor passa a vida a dizer que isso é mentira!

O Orador: E, portanto, aquilo que eu disse não só estava certo, como tenho inteira razão naquilo que disse: há um aumento da população empregada à custa da função pública.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falta pessoal nas escolas!

O Orador: Senhor Secretário Regional das Finanças, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros.

Há algo que o Senhor Secretário Regional das Finanças não contestou!

Eu não contestei os números dele no turismo, eu não contestei os números dele na agricultura, eu não contestei os números dele no emprego. Mas também é verdade que o Senhor Secretário das Finanças não contestou os números que eu apresentei.

Nunca, as finanças públicas da nossa região estiveram tão desequilibradas como estão agora.

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Isso é falso!

O Orador: São os vossos números!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor sempre foi mal aconselhado, nesse aspeto!!

O Orador: São os vossos números!

São os números que os senhores põem cá fora...

Presidente: Senhor Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... 383.6 milhões de euros de défice em 2021.

Até agosto deste ano, o défice da região vai em 159.000.000 de euros.

Nunca houve um défice tão alto nos primeiros oito meses de um ano e os senhores chegam aqui e vangloriam-se que está tudo no “mar de rosas”, isto está tudo a correr muito bem!

O Senhor Secretário sabe, que eu sei, que o senhor está com dificuldades financeiras, neste momento.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Graves!

O Orador: Graves!

E o senhor não quer ver o problema que tem. Mas pior do que as dificuldades financeiras em que o vosso governo está a meter a região, são as dificuldades financeiras em que o vosso governo está a meter as empresas e as famílias dos Açores.

Os 125.000.000 de euros que o senhor agora” bate a mão no peito” a dizer “*mea culpa, mea maxima culpa*”, não são os senhores que estão a pagar por isso. São as empresas dos Açores que ficam privadas desse dinheiro.

Presidente: Senhor Deputado tem de terminar se faz favor.

O Orador: São as empresas dos Açores não que têm a possibilidade de recorrer a esses 125.000.000 de euros para capitalizarem-se.

São as empresas dos Açores que perderam a oportunidade de utilizar os 117.000.000 de euros das Agendas Mobilizadoras para a sua capitalização também.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Os senhores não olham para isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Respeite o Sr. Presidente da Assembleia!

O Orador: Senhor Presidente, eu apresento-lhe as minhas desculpas. Eu peço desculpa! Não ouvi! Excedi o tempo, é verdade, e peço desculpa por isso.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Tem a palavra o Senhor Deputado Joaquim Machado.

(*) Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito obrigado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo Regional:

Sobre o estado emocional de quem está cá dentro, eu creio que estou dispensado de fazer comentários. E espero poder ouvi-lo, Senhor Presidente, se por acaso me fizer algum alerta durante a minha intervenção.

Uma coisa ficou aqui mais uma vez evidenciada. É que o “bombeiro de serviço” veio, a toda a pressa, “para o incêndio”. Não creio que tenha trazido todo o material necessário e sai daqui, como se diz na linguagem mais corrente, e seja-me permitida a expressão, “chamuscado”.

E nesta intervenção do Senhor Deputado Vasco Cordeiro, ele voltou a repetir uma coisa que já havia dito na intervenção anterior, que me parece que não pode ser esquecida. É que o Partido Socialista e o Senhor Deputado Vasco Cordeiro são contra o emprego estável.

Um dia dizem que há falta de funcionários nas escolas, no outro dia o Senhor Deputado Vasco Cordeiro vem dizer que há funcionários a mais, porque nós criamos emprego, na educação.

Um dia diz que faltam professores (e faltam!), no dia seguinte diz que nós criámos muitos lugares de quadro de professores.

Num dia diz que falta muito pessoal na saúde, mas hoje, o Senhor Deputado Vasco Cordeiro, vem dizer que afinal nós criamos muito emprego na saúde. O senhor decida-se!

Nós conseguimos fazer uma coisa: foi acabar com a precariedade e com os programas ocupacionais que só serviam para que disfarçar o desemprego.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Que, além de disfarçar o desemprego, ainda tinham mais uma utilidade político-partidária, que era manter as pessoas de mão estendida, à esmola...

Deputado Manuel Ramos (PS): Não diga tolices!

O Orador: ... dos programas ocupacionais,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): 350!

O Orador: ... na gestão meticulosa que os senhores faziam na colocação dessas pessoas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): 350 que os senhores estão a ocupar agora!

O Orador: E ainda voltando aos Deputados à Assembleia da República, Senhor Deputado Vasco Cordeiro, o que é que o senhor fez mais para resolver o problema das empresas nos Açores?

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o que é que o senhor fez?!

O Orador: Uma coisa – e eu também me lembro – é que esses mesmos Deputados à Assembleia da República acabaram há pouco de chumbar a redução na Taxa Social Única dos empresários de São Jorge, que foi proposto por este Parlamento, para que até dezembro ela fosse suspensa.

Isso aí doía, isso aí doía!

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Pergunte aos jorgenses!

O Orador: Tanto doía que eles esqueceram-se dos empresários de São Jorge e da crise sismovulcânica e votaram contra.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Vasco Cordeiro, Vossa Excelência fez lembrar-me aquela frase célebre de D. João II que dizia: “o meu pai deixou-me apenas rei das estradas, porque não deixou mais nada.”

E Vossa Excelência agora diz: “Não! Os senhores já não se podem endividar, não se podem endividar mais.”

Vossa Excelência teve um grande contributo para que o endividamento fosse o máximo, quase o máximo. Mas ainda deixou alguma coisa.

Portanto, se neste momento os níveis da dívida da região são tão grandes que Vossa Excelência até diz, e até se “os senhores já não se podem endividar mais, porque eu já endividei a região em quase tudo o que é possível.”

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Os senhores é que endividaram, mais de 200 milhões por ano! Mais de 200 milhões por ano que os senhores contrariam!

O Orador: Como é que é possível que o senhor venha aqui utilizar esse argumento?

“Eu endividei-me em quase tudo! Portanto, os senhores já não podem endividar-se quase nada”.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Oitocentos milhões em quatro anos!

O Orador: Mas ficará provado, porque as suas palavras ficaram registadas...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Dois anos, 400 milhões!

O Orador: ... que o que Vossa Excelência disse, em relação a endividamento, não é verdade.

Peço-lhe que peça desculpa a este Parlamento por ter feito uma informação, por ter dito algo que não é verdade.

O segundo ponto, em relação às Agendas Mobilizadoras:

A responsabilidade é do Governo da República, do Partido Socialista. As Agendas Mobilizadoras foram o maior embuste do século do Governo da República do Partido Socialista.

A responsabilidade é vossa, o dinheiro não chegou aqui, nunca esteve para chegar, porque Vossas Excelências, a nível nacional, desenharam um programa em que as Agendas Mobilizadoras foram desenhadas e são um enorme embuste.

Esse dinheiro nunca existiu!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não existe são os 125 milhões!

O Orador: Esse dinheiro nunca existiu!

Em relação aos impostos, é ou não é verdade que este Governo, este Parlamento, votou a maior baixa de impostos de sempre, do ponto de vista de atingir aquele que é o limite dos 30%?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Qual é a maior taxa de impostos?

O Orador: Não podemos reduzir mais a carga fiscal.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É mentira! Não é a maior baixa de imposto!

O Orador: E o que é que fez Vossa Excelência nestas circunstâncias? Votou a favor? Absteve-se?

Não, Senhor Deputado! Vou lembrá-lo! O senhor votou contra, o senhor esteve contra a redução dos impostos...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor está enganado, quem fez a maior baixa de taxa de impostos foram os governos do PS!

O Orador: Senhor Deputado Vasco Cordeiro, tenho mais uma notícia para si:

Terá que pedir desculpa em relação à questão do endividamento, que é falsa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é, não!

O Orador: Mas disse aqui outra falsidade que é em relação ao défice, que é o maior défice de sempre. Senhor Deputado, a questão do défice também é falsa e irá pedir aqui desculpa assim que se provar, tecnicamente, que aquilo que disse é falso.

Mais!... Vem aqui Vossa Excelência falar na SATA também e no contributo do endividamento da SATA.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E o Cachalote?!

O Orador: Como é que é possível, Senhor Deputado, o senhor deputado referenciar esta situação?

Deputada Ana Luís (PS): O senhor é que sabe, é um especialista em contabilidade pública!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Peço desculpa, pelo calão: os senhores estiveram à beira de “rebenotar” com a SATA, Senhor Deputado.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: A responsabilidade é sua e dos seus governos.

Nós, o que fizemos, foi salvar a SATA!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Diz Vossa Excelência – e ainda quero ficar com algum tempo – que isto “não é um mar de rosas”.

Não!... Deixou-o de o ser!... E por ter deixado de ser um “mar de rosas” que Vossa Excelência fez um discurso tão enfurecido e também tão falso, Senhor Deputado, que contabilizei 10 informações falsas no seu discurso 10.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: E isso ficará provado em próximos debates, porque do ponto de vista político, Vossa Excelência faltou várias vezes ao Parlamento.

E sabe uma coisa, Senhor Deputado (e termino), ficou gravado, Senhor Deputado. As suas falsidades ficaram gravadas.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado Senhor Deputado.

Senhoras e Senhores Deputados...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PS)

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, pelo menos quando eu estou a falar, eu preciso de me ouvir.

Esta tarde, se os senhores forem rever o vídeo, e se no vídeo se ouvir o barulho que se fez neste Parlamento, eu acho que cada um devia pôr a mão na consciência.

Atingimos a nossa hora regimental. Vamos interromper os nossos trabalhos. Reiniciamos amanhã às 10h00 com a Agenda.

Eram 20 horas e 04 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Vilson Filipe da Costa Ponte **Gomes**

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco